



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

2 - ATAS

- 2.1 - 79ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.2 - 29ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.3 - Reunião de Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissão

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Admissão na Ordem do Mérito Legislativo do Estado de Minas Gerais, nos termos da Resolução nº 2.778, de 27 de abril de 1982.

Mérito

Affonso Celso Ávila



ATAS

ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/11/2012

Presidência do Deputado Inácio Franco e da Deputada Rosângela Reis

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagens nºs 324 e 325/2012 (encaminhando o Projeto de Lei nº 3.592/2012 e emenda ao Projeto de Lei nº 3.500/2012, respectivamente), do Governador do Estado – Registro de presença - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.593 e 3.594/2012 - Requerimentos nºs 3.833 a 3.837/2012 – Questão de ordem – Registro de presença - Oradores Inscritos: Discursos da Deputada Liza Prado e dos Deputados Rômulo Viegas, João Leite e Duarte Bechir - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Presidência – Questões de ordem - Decisão da Presidência – Questão de ordem – Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Inácio Franco - Dilzon Melo - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Bosco - Braulio Braz - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 14h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte
1ª Fase (Expediente)
Ata

- A Deputada Rosângela Reis, 2ª-Secretária “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Rômulo Viegas, 1º-Secretário “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 324/2012

- A Mensagem nº 324/2012 e o Projeto de Lei nº 3.592/2012 foram publicados na edição anterior.

MENSAGEM Nº 325/2012

- A Mensagem nº 325/2012 e a emenda ao Projeto de Lei nº 3.500/2012 foram publicadas na edição anterior.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria de registrar a presença, em Plenário, do Conselheiro Doutor Viana, do Tribunal de Contas, um colega em nossa Casa.

2ª Fase (Grande Expediente)
Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.593/2012

Autoriza as instituições de ensino mantidas pelo poder público estadual a instituir programa de monitoria para alunos matriculados na rede pública estadual de ensino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam as instituições de ensino mantidas pelo poder público estadual autorizadas a instituir programa de monitoria destinado aos alunos de ensino médio.

Art. 2º – O programa de monitoria consistirá em ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente escolar, visando à preparação dos educandos para o trabalho produtivo, sendo considerado estágio não obrigatório e devendo observar as regras dispostas na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 3º – Os objetivos do programa são a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem e o incentivo à formação docente, envolvendo professores e alunos na condição de orientadores e monitores.

Art. 4º – É condição para o início e execução do programa de monitoria a sua previsão expressa no projeto pedagógico da instituição de ensino.

Art. 5º – Caberá a cada instituição de ensino elaborar o regulamento do programa de monitoria, o qual deverá observar as normas de estágio constantes na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, bem como as seguintes diretrizes:

I – designação de professores para o desempenho da função de orientadores, cabendo a eles orientar e supervisionar os alunos participantes do programa;

II – utilização de processos seletivos públicos pautados em critérios objetivos de merecimento para a seleção dos alunos que irão desempenhar as funções de monitores, com preferência para o rendimento escolar;

III – destinação, preferencialmente, das atividades da monitoria para o atendimento dos alunos que possuam dificuldades de aprendizado e rendimento escolar abaixo das expectativas;

IV – concessão aos monitores de bolsa ou outra forma de contraprestação bem como de auxílio-transporte.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de novembro de 2012.

Rômulo Veneroso

Justificação: É fato inquestionável que o sistema de ensino estadual caminha a passos largos rumo ao progresso; no entanto, ainda é possível aprimorar esse sistema de ensino da rede pública copiando projetos de sucesso já existentes, inclusive de escolas particulares mineiras. Diante disso, faz-se necessária a apresentação deste projeto, no intuito de trazer inovação à rede de ensino.

É necessário destacar que nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, é da competência concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal legislar sobre educação. Desta forma, cabe à União editar as normas gerais e aos Estados suplementá-las, editando leis estaduais que, em observância às diretrizes traçadas pela norma nacional, regulamentem a educação no âmbito da sua esfera federativa.

Quanto ao aspecto da competência, não há óbice a que o Estado legisle sobre o assunto, criando, no âmbito de sua rede estadual de educação, programa educacional consistente em trabalho aprendiz ou estágio, para os alunos matriculados em suas escolas públicas.

Além disso, a criação de tais programas de estágio ou trabalho de aprendiz configura-se como uma decorrência lógica da autonomia administrativa do ente federado, ao qual incumbe organizar com exclusividade, no âmbito dos seus órgãos, as formas de prestação de atividades administrativas indispensáveis para a prestação de serviços públicos

O ensino decorrente da monitoria é considerado por Heward (1982) o mais intenso e personalizado de todos os processos de ensino-aprendizagem já estudados. O autor salienta que um professor não conseguiria ensinar classes numerosas ou heterogêneas dentro da

proposta de atendimento individualizado sem um trabalho integrado com o monitor. A colaboração e a participação faz com que as pessoas se comprometam mais com as atividades.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.594/2012

Declara de utilidade pública a Liga Ecológica Santa Matilde - Lesma -, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Liga Ecológica Santa Matilde - Lesma -, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de novembro de 2012.

Gláycion Franco

Justificação: A Liga Ecológica Santa Matilde - Lesma -, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete, é uma entidade civil sem fins lucrativos, de finalidade cultural, visando a coletar e difundir conhecimentos sobre questões sociais e de ética ligados à promoção humana, aprofundar temas ligados a política, cultura, história, turismo e meio ambiente e promover e apoiar ações de promoção social.

A entidade encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem. Atende, dessa forma, aos requisitos legais.

O processo que tem por objetivo a declaração de utilidade pública da referida entidade encontra-se legalmente amparado e obedece às exigências da Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por essas razões, conclamo aos meus nobres pares a aprovar esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.833/2012, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Academia Mineira de Letras do Triângulo Mineiro pelos 50 anos de sua fundação. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 3.834/2012, do Deputado Bosco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Federaminas pela realização do XV Congresso das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais, ocorrido de 8 a 11 de novembro, em Araxá. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 3.835/2012, do Deputado Bosco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Banda Euterpe Fraternidade, de Brasília de Minas, pelos 104 anos de sua fundação. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 3.836/2012, da Deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Ministro Joaquim Barbosa por sua posse no cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 3.837/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Inatel pela conquista do Prêmio Finep de Inovação 2012 - Região Sudeste -, na categoria Instituição de Ciência e Tecnologia. (- À Comissão de Educação.)

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, quero apenas dar ciência a esta Casa de que estou apresentando requerimento na Comissão de Esportes para que seja discutida a ação judicial que finalmente foi comunicada à sociedade no dia de ontem. A Justiça Federal de Belo Horizonte decretou a indisponibilidade de bens do escritório de arquitetura que elaborou o projeto de reforma do Estádio Mineirão. Há mais de cinco pessoas diretamente envolvidas nas obras, funcionários estaduais do Deop. Os Deputados devem se lembrar de que, em razão de uma denúncia, o próprio Tribunal de Contas do Estado, por meio de sua assessoria técnica, fez auditoria nas obras do Mineirão. Entre as irregularidades - obras pagas e não realizadas, superfaturamento -, uma delas se destacava: a contratação de um projeto básico de arquitetura e engenharia no valor de R\$17.800.000,00. Na verdade, para se ter ideia de como esse preço está muito acima do mercado, o escritório do arquiteto Oscar Niemeyer, renomado mundialmente, foi contratado para fazer o mesmo projeto de três prédios na Cidade Administrativa, no valor de R\$6.000.000,00. Agora, para reformar o Mineirão, contratam um escritório que cobra quase três vezes mais. Há muitas coisas estranhas nesse processo. Esse mesmo escritório sublocou uma empresa alemã para realizar parte do trabalho, escolhida sem licitação, por notória especialidade. Sabe-se lá por que essa empresa, que trabalha em outros três Estados, passou a colaborar com esse escritório. Os recursos saem do governo do Estado e vão para a Alemanha. É preciso averiguar por que houve essa sublocação. O fato é que a Justiça Federal decretou a indisponibilidade dos bens. Repito que a assessoria técnica do Tribunal de Contas já havia feito uma auditoria constatando equívocos durante o procedimento de contratação da empresa, além de várias outras irregularidades. O governo sempre faz propaganda de que a obra do Mineirão será rápida e está indo bem. Isso não tem nada a ver. Não é porque ela está rápida e dentro do prazo estabelecido que tudo pode ser feito. Vimos isso há muito tempo. O Deputado Antônio Júlio esteve no Tribunal de Contas do Estado, pegou toda a documentação e trouxe essa denúncia para cá. Agora averiguaram que a nossa denúncia estava correta do ponto de vista jurídico. Estão indisponíveis os bens do escritório e de diversos representantes do governo do Estado dentro do Departamento de Obras Públicas. Portanto, esse é um ponto do Tribunal de Contas. Fomos ao Ministério Público do Estado e fizemos também essa denúncia, mas não houve ação. Sendo assim, estamos fazendo aqui uma cobrança ao "Dr. Acecu", do Ministério Público do Estado: queremos saber o porquê de nada ter sido feito, apesar de o

relatório do Tribunal de Contas ter sido entregue ao Ministério Público. Já o Ministério Público Federal, por meio de três Procuradores - incluindo o Dr. Álvaro Souza Cruz -, entrou com a ação e agora foi vitorioso. O Juiz não só bloqueou os bens, mas também está entrando com processo por improbidade administrativa. Portanto, Sra. Presidente, nós, da Bancada do PT e do PMDB, estamos entrando com uma solicitação na Comissão de Esporte para que isso seja averiguado. Que sejam convidados para participar da reunião os representantes do governo e do Ministério Público, para sabermos como anda a obra do Mineirão, não apenas em relação a essa questão do escritório, mas também no tocante a outras irregularidades que foram apontadas pelos técnicos do Tribunal de Contas. Também estamos solicitando aos Conselheiros do Tribunal de Contas que apressem a análise do relatório que lá se encontra. Sra. Presidenta, muito obrigado e desculpe-me, pois a Deputada Liza Prado estava com a palavra. É que eu precisava dar ciência disso. Foi uma denúncia que fizemos na época, mas, infelizmente, o governo fez ouvido de mercador e não quis escutar, como também não quis nos ouvir no caso do prédio do Ipsemg, que também se tornou inviável. Às vezes, trazemos à tribuna um assunto, mas ele é desconsiderado por ser apresentado pela Oposição. Mas é bom que o governo fique atento àquilo que falamos, afinal é nossa obrigação averiguar as ações do governo. Muito obrigado, Sra. Presidenta.

Registro de Presença

A Sra. Presidente (Deputada Rosângela Reis) - A Presidência registra e agradece a presença, nas galerias, de alunos de 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Bolivar de Freitas, de Belo Horizonte, e de seus professores.

Oradores Inscritos

- A Deputada Liza Prado e os Deputados Rômulo Viegas, João Leite e Duarte Bechir proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

A Sra. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, reformando despacho anterior, determina seja o Projeto de Lei nº 3.540/2012, do Tribunal de Justiça, desanexado do Projeto de Lei nº 3.342/2012, de mesma autoria.

Sendo assim, a Presidência encaminha o Projeto de Lei nº 3.540/2012 às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 22 de novembro de 2012.

Rosângela Reis, no exercício da Presidência.

Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sra. Presidente, pedi questão de ordem para esclarecer melhor a denúncia acerca da questão do Mineirão, a qual considero preocupante, muito séria e que precisa, de fato, ser esclarecida e aprofundada nesta Casa. Precisamos romper com uma certa cultura que está se formando nesta Casa de que qualquer denúncia feita em relação ao governo do Estado seja sufocada e não possa ser apurada. "O governo do Estado é perfeito", e tudo que diz respeito a denúncias em relação a ele é culpa dos que fazem as denúncias. Esses são os culpados, precisam ser desmistificados e atacados porque denunciam o governo. No entanto, tudo isso é equívoco. Foge-se do assunto se referindo a outro. Procura-se, então, atacar o Deputado ou seu partido por uma outra questão. Dessa forma, não entramos no conteúdo do assunto. Na verdade, o conteúdo nunca aparece, porque haverá sempre outro assunto para substituir aquele que é colocado aqui. Assim, ficamos em um diálogo de surdos. Trouxe aqui uma denúncia concreta. Através de uma liminar de um Juiz federal, exige-se agora a indisponibilidade de bens de diversas pessoas ligadas ao governo do Estado por terem feito um contrato sem licitação pelo preço de R\$17.800.000,00 em um projeto de arquitetura e engenharia. Um preço que é três vezes superior ao que foi feito pelo escritório do Niemeyer na Cidade Administrativa. Vejam que não estou questionando o preço de R\$6.000.000,00, que também foi feito sem a exigibilidade de licitação. Trata-se, porém, do escritório do Niemeyer, e esse preço de R\$6.000.000,00 está dentro do preço de mercado. Agora, R\$18.000.000,00 para fazer o projeto de reforma do Mineirão? Não há justificativa plausível, tanto é que o Juiz e o Ministério Público Federal, através de três Procuradores, também tiveram esse entendimento. Mas como o sobrenome dele é Souza Cruz, não vale. Não pode ser assim, Deputado Duarte Bechir, senão não poderemos nunca nos aprofundar em nenhum debate, haverá sempre o preconceito estabelecido para que o conceito não seja analisado. São plausíveis R\$17.800.000,00? O Juiz disse que não, achou caro. É óbvio que é caro, são quase R\$18.000.000,00 em um projeto administrativo. Li a nota em que o governo tenta se justificar. Ele se justificou também na ação, mas não conseguiu convencer o Juiz, não conseguiu convencer o Ministério Público nem a mim até agora, e acho que não vai conseguir. Se o Deputado for ao mérito, verá que realmente é um problema sério. A empresa que ganhou ainda alocou o serviço para uma empresa alemã. O recurso saiu daqui e vai para a Alemanha. Quero que se analise se o recurso não foi para a Alemanha como uma forma de lavar dinheiro, porque essa mesma empresa fez isso com três outras no Brasil. A Fifa e a Confederação Brasileira de Futebol - CBF - estão agora, Deputado Duarte Bechir, também sob a mira de uma CPI, solicitada pelo Deputado Romário. O Deputado faz a denúncia de que a CBF está recolhendo dinheiro, que há evasão de divisas da própria CBF. A empresa alemã chamou minha atenção. E o preço é completamente superfaturado, são R\$18.000.000,00 de projeto administrativo. A nota do governo diz até que anteriormente outra empresa já havia feito. Como não terminou e para dar prosseguimento - está na nota do governo -, ela contratou sem licitação outra empresa, que é do Gustavo Penna, por essa bagatela de R\$17.800.000,00. Ora, é uma denúncia séria, quero saber de quem é a



responsabilidade, quero saber se o recurso foi todo utilizado. Isso merece uma CPI, a bem da verdade. Deputado Duarte Bechir, não posso concordar que desviem o assunto e digam, como fez o Deputado João Leite, que por que faço essa denúncia - aliás, não faço denúncia, apenas estou dando repercussão à ação judicial, à decisão judicial de liminar - sou contra a obra do Mineirão. Dizer que sou contra a obra é sofisma, sinceramente. Quer dizer que, por qualquer apuração que fazemos, somos contra determinada obra? Não há condições. O procedimento do Ministério Público Federal foi feito por pessoa concursada, de carreira. Só porque o Dr. Álvaro Souza Cruz é irmão do Deputado Sávio Souza Cruz não vale? Ele deve ser respeitado, é Procurador Federal de renome, fez concurso público, é reconhecido. Agora, se é contra o PSDB não pode ser feito, as pessoas não prestam, devem ser atacadas? Sinceramente esse tipo de visão, Deputado, não pode prevalecer. Exponho aqui a seriedade da denúncia. Isso precisa ser apurado pela Casa. Houve algo de errado, pelo menos os indícios são muito fortes. Por que é do PSDB e do governo rasga-se, não vale? Não vale o Juiz, não vale o Procurador, não vale a Oposição, ninguém vale nada? Só vale a palavra do governo? Vamos, então, discutir o estádio do Corinthians. Discordo também - e dou razão ao Deputado João Leite - do fato de a Caixa Econômica fazer acordo com o Corinthians. Acho isso errado, estou pensando que deveria entrar com uma ação. Mas quero ir ao conteúdo. Não direi que isso não deve ser analisado só porque o Deputado João Leite é que fez. Dessa forma realmente ficamos em um diálogo absurdo. Pediria a V. Exas. que entrassem no assunto para discutir. Era sobre essa questão que eu queria fazer esclarecimentos.

O Deputado Duarte Bechir - Estou ao lado do Deputado Rogério Correia e, na qualidade de Vice-Líder do Bloco Transparência e Resultado e como um dos Líderes do Governo, se eu sáisse deste Plenário sem manifestar minha opinião, seria como se eu não estivesse ouvindo nem enxergando. Estou bem, graças a Deus, estou ouvindo e enxergando muito bem. Acho que precisamos trazer a esta Casa situações conclusas. Há questões que ainda estão em fase de investigação, ainda estão sendo analisadas. Essas questões não podem e não devem servir de parâmetro para a formação de uma ideia conclusa. Isso porque V. Exa., salvo engano, também teve a oportunidade de se sentar numa cadeira de Vereador; acho que V. Exa. foi Vereadora. Aprendemos lá na Câmara Municipal que os pedidos de CPI têm de versar sobre matérias e fatos conclusos, não sobre suposições. O Ministério Público age e sempre vai agir buscando nas suposições as verdades que possa vir a encontrar. Então, o Ministério Público denuncia, não defende ninguém. De cá, busca-se o período, o momento da defesa. São dois momentos: a denúncia e a defesa. Para encerrar, confio muito no governo que aí está. O Prof. Anastasia é um homem sério, equilibrado, consciente, probo. Acho que esse governo não faria uma denúncia desse tamanho, falando dessa forma que o Deputado Rogério faz, de forma consciente. Então, o Governador tem de tomar conhecimento. O Estado vai se manifestar no momento correto, por meio da sua defesa, da Advocacia-Geral do Estado. Tenho a certeza de que no momento certo a verdade virá à tona, e os mineiros continuarão acreditando não somente na capacidade, mas também na idoneidade e na moral deste governo que aí está. E com muito orgulho eu faço parte dele nesta Casa.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação da Proposta de Ação Legislativa nº 1.736/2012 à Proposta de Ação Legislativa nº 1.729/2012, da Proposta de Ação Legislativa nº 1.772/2012 à Proposta de Ação Legislativa nº 1.734/2012, da Proposta de Ação Legislativa nº 1.815/2012 à Proposta de Ação Legislativa nº 1.803/2012, da Proposta de Ação Legislativa nº 1.817/2012 à Proposta de Ação Legislativa nº 1.704/2012, das Propostas de Ação Legislativa nºs 1.836 e 1.793/2012 à Proposta de Ação Legislativa nº 1.789/2012 e da Proposta de Ação Legislativa nº 1.852/2012 à Proposta de Ação Legislativa nº 1.851/2012, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 22 de novembro de 2012.

Rosângela Reis, no exercício da Presidência.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sra. Presidente, gostaria de solicitar o detalhamento de quais propostas foram apensadas em outra, mas creio que vai demorar. Peço, então, que remeta ao nosso gabinete essa leitura para que possamos fazer um estudo do que foi apensado, apenas para que a Liderança do PT tenha conhecimento. Aproveito apenas para dizer ao Deputado Duarte Bechir que não foi no governo do Prof. Anastasia que este escritório foi contratado pela bagatela de quase R\$18.000.000,00. Foi pelo seu antecessor, Aécio Neves, aquele que quebrou Minas. Tinha de ser no dele. Não foi no do Anastasia.

A Sra. Presidente - Deputado Rogério Correia, a Presidência providenciará o envio ao seu gabinete de cópia das propostas de ação legislativa.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/11/2012

Presidência dos Deputados Inácio Franco e Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 302, 1.702 e 2.555/2011, 2.916, 2.917, 2.918, 2.919, 2.958, 2.959, 3.320, 3.451, 3.475, 3.476 e 3.534/2012; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Bonifácio Mourão; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 612/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 760/2011; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 771/2011; discursos dos Deputados



Pompílio Canavez e Rogério Correia; questão de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Rogério Correia, João Leite e Ulysses Gomes; prorrogação da reunião; discursos dos Deputados Délio Malheiros, Ulysses Gomes e Gilberto Abramo - Encerramento da hora da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 302, 1.702 e 2.555/2011 e 2.916, 2.917, 2.918, 2.919, 2.958, 2.959, 3.320, 3.451, 3.475, 3.476 e 3.534/2012 (À sanção.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Bonifácio Mourão em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Resolução nº 3.557/2012 e o Projeto de Lei Complementar nº 24/2012 sejam apreciados após o Projeto de Lei nº 3.004/2012. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 612/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacutinga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 612/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 760/2011, do Deputado Wander Borges, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Belo Horizonte. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 771/2011, do Deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre a transferência de domínio, do Estado para o Município de Carmópolis de Minas, de trecho da Rodovia MG-270. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Pompílio Canavez.

O Deputado Pompílio Canavez – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Quero cumprimentar também os telespectadores da TV Assembleia e os ouvintes da Rádio Assembleia. Eu me inscrevi para discutir o projeto do Deputado Ivair Nogueira, porque é importante aproveitar a oportunidade para falar da questão das rodovias, que tem sido objeto de diversas pronunciamentos e intervenções de muitos parlamentares.

Conversando com pessoas de todo o Estado, muitos que trafegam pelas rodovias federais em Minas Gerais não têm compreendido bem o posicionamento de alguns parlamentares desta Casa, que relatam que as rodovias federais em Minas estão em estado precário, praticamente intrafegáveis. Isso não é verdade. É claro que é preciso melhorar, há que se resolver muitos trechos complicados de diversas rodovias federais no Estado. Como rodo muito por rodovias federais, especialmente as do Sul de Minas, percebo que estão



em muito bom estado. Posso citar a BR-265, que passa por Barbacena, São João del-Rei, Lavras e cruza a Fernão Dias, saindo em Boa Esperança. Recentemente, no governo do Presidente Lula, foi asfaltado um trecho importantíssimo da 265, que sai de Boa Esperança e chega quase à MG-050, passando por Ilícinea e Carmo do Rio Claro, atravessando uma região importantíssima, que é a do grande Lago de Furnas.

Essa região, depois do advento do Lago de Furnas, ficou praticamente sem rodovias novas. Foi necessário o Presidente Lula agir. Quando o Presidente Lula inaugurou a rodovia, ele fez menção ao Zezão, primeiro Prefeito do PT do Sul de Minas, que lutou muito por essa estrada. A BR-265 passa por São João del-Rei e por Lavras. Quem passa por ali conhece e sabe que o trecho da BR que vai da Fernão Dias até Lavras era um perigo muito grande. Hoje a rodovia está duplicada e em ótimas condições. Alguns trechos até São João del-Rei estão precisando de terceira faixa, mas, em comparação com o que foi até antes do Presidente Lula, está ótima. Quem passa por ali pode comprovar o que estou dizendo. O Deputado Fábio Cherem, que é de Lavras, pode atestar isso. Essa rodovia também leva a Barroso, onde há fábrica de cimento, e a Lavras, onde há a Votorantim, que tem um tráfego muito grande de carretas e caminhões. O trecho era horroroso, e o Presidente Lula resolveu.

A BR-491, que sai da região do Circuito das Águas, passa por Varginha, Elói Mendes, Paraguaçu, Alfenas, Areado, saindo em Guaxupé e indo até Monte Santo. São Sebastião do Paraíso também era uma lástima. A rodovia era terrível, era intratável e agora está ótima. Alguns trechos precisam de cuidado maior agora no período de chuva, mas não dá para comparar com o que era. A BR-491 precisa de trevos em Alfenas, Fama, Cabo Verde, Serrania, e eles estão, agora, no PAC 2. Quero avisar aos conterrâneos de Alfenas, Serrania e Cabo Verde que esses trevos estão no PAC 2, já estão sendo licitados e começam a ser construídos em 2013, especialmente o trevo da Unifenas em Alfenas. Na rodovia havia uma companhia de pneus que fazia uma propaganda nas rádios da região chegando a contar todos os buracos da rodovia, o que não há mais. O Deputado Hélio Gomes sabe que as rodovias ainda precisam melhorar, mas já melhoraram em comparação com o que foi antes do governo do Presidente Lula. Estou ficando apenas no Sul de Minas para termos uma ideia.

O Ministro Alexandre Padilha esteve comigo – eu era Prefeito à época –, com o Deputado Ulysses Gomes e diversos parlamentares – também estava o Carlos Melles, atual Secretário de Obras – e deu início ao asfaltamento da BR-146. Resolveu-se um problema grave de mobilidade no Sul de Minas, no trecho que passa por São Pedro da União, chegando perto de São Sebastião do Paraíso, outro grave problema de mobilidade da região. Estou falando somente do Sul de Minas, mas rodovias de outras regiões do Estado estão em melhor situação.

Lembro, Deputado Duarte Bechir, que, antes do governo do Presidente Lula – falei isso aqui, ontem, em aparte ao Deputado Rogério Correia –, ajudei a organizar um protesto no Sul de Minas a que demos o nome de Enduro do Descaso. Colocamos diversas faixas, convidamos e convocamos a população. Nem foi preciso muito, porque todos da região estavam indignados com a situação das rodovias. Havia motoristas de tratores, de carros, de ônibus e de caminhões, e todos participaram do Enduro do Descaso. Fizemos o trecho da BR-369, que liga Alfenas a Campos Gerais, a Boa Esperança, que sai nos lados do Rio Grande. Fizemos o Enduro naquela época. Em tom de brincadeira, mas para simbolizar bem o estado das rodovias, dizíamos que havia buracos no acostamento e esperávamos a vez de entrar na rodovia, de tão terrível que era. Lembro-me de que as ambulâncias que levavam pessoas para fazer hemodiálise ou tratamento oncológico viravam quase latas-velhas de tanto que sacudiam e balançavam, e as pessoas que estavam dentro das ambulâncias sofriam ainda mais.

E hoje podemos fazer uma comparação, porque a realidade não é mais essa. Como já disse, é preciso ainda melhorar muita coisa; é preciso resolver problemas em muitos trechos de rodovias; fazer terceira via ou terceira pista ou duplicar via; é preciso melhorar ou reconstruir algumas pontes, mas esse é um trabalho de manutenção. Então, podemos comparar o que era com o que é hoje. Por isso, aproveitei o projeto de lei do nosso companheiro Ivair Nogueira, que trata da cessão de um trecho de rodovia do Município de Carmópolis de Minas, para lembrar isso. Quem não está trafegando pelas rodovias pode até achar que o que está sendo dito no Plenário é verdade, mas não é. Quem anda pelas rodovias sabe que não é desse jeito. Talvez alguns Deputados circulem em determinadas regiões, e é preciso que circulem mais, andem em outros pontos do Estado. Quem anda de carro, quem anda pelas nossas rodovias sabe o que estou dizendo. Basta comparar; basta pegar matérias de jornais, matérias de televisão de antes de 2003 e comparar com as de hoje.

Recebemos a notícia de que, em comparação com o feriado do ano passado, o número de acidentes diminuiu cerca de 46%. Isso já é reflexo da melhoria da qualidade das nossas rodovias, mas também não podemos deixar de responsabilizar os motoristas pelo grande número de acidentes. Então, temos de observar essa questão. Recentemente lemos matérias sobre caminhoneiros que usam medicamentos para conseguir trabalhar e dar conta do recado. Existe uma lei federal que os obriga a ter um período de descanso. Houve um grande protesto e um grande movimento contra a implantação dessa lei, que acabou não sendo implantada.

Então, boa parte dos acidentes que têm acontecido se deve também à imperícia, à imprudência, ao álcool misturado com o volante. Ontem mesmo o jornal “Bom Dia, Minas” mostrou um flagrante feito por um motorista que filmou outro motorista que ia no carro da frente fazendo zigue-zague pela rodovia. Numa tentativa de ultrapassagem, esse carro que ziguezagueava pela rodovia acabou batendo de frente com um caminhão, causando mortes. No carro dele havia diversas garrafas vazias de bebida.

Então, esse tipo de coisa também tem de ser dito. É preciso fiscalização e melhor conscientização, aliás aqui na Casa há uma campanha educativa para que haja menos imprudência, menos imperícia no trânsito. Nós, que andamos pelas estradas, quantas vezes não vemos, Deputada Maria Tereza Lara, motoristas completamente despreparados dirigindo caminhões e carretas enormes, com pneus carecas, sem condição nenhuma. Há motoristas que ficam dias sem dormir, causando acidentes. Recentemente, um Deputado falou sobre acidentes nas rodovias. Muitas vezes eles ocorrem em função das condições das rodovias, mas também por imperícia e imprudência.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado Pompílio Canavez, nosso companheiro da Bancada do PT, cumprimento-o por esse pronunciamento. Quero lembrar aqui, Deputado, que, na posse do Lula como Presidente, a rodovia para Brasília, a BR-040, que passa por Curvelo, tinha mais buracos do que asfalto. Fui a Brasília na época e ficava horrorizada. Eram horas e horas para passar.



Isso logo que ele tomou posse, portanto problemas dos governos anteriores. Essa questão a que V. Exa. está se referindo é bem verdade. De fato, excelentes rodovias são necessárias. Defendemos a infraestrutura e que as rodovias tenham uma ótima conservação, como está ocorrendo em várias estradas federais. O fato de elas estarem muito bem conservadas não impede - e temos de fazer um trabalho nesse sentido - que motoristas que não têm compromisso com a vida abusem da velocidade, porque as rodovias estão muito boas.

Nossa Comissão de Segurança Pública discutiu o ano todo a questão de violência no trânsito. Sabemos que no Brasil morrem 80 mil pessoas por ano. É uma guerra. Pelas pesquisas, grande parte das mortes - não que queiramos generalizar dizendo que todos os motoristas são irresponsáveis - é por irresponsabilidade de alguns, e causam um prejuízo imenso.

O Deputado Pompílio Canavez* - Os responsáveis acabam se tornando vítimas dos que não são responsáveis.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Vimos recentemente casos de motoristas que estavam trafegando obedecendo a toda a legislação e que foram atingidos por outros carros de motoristas que usam álcool, drogas e trabalham sem o devido descanso em função de empresas que os obrigam a trabalhar sem obedecer ao horário de descanso. Assim, há todo um conjunto de causas. É lógico que defendemos a conservação das rodovias e queremos que isso aconteça, mas os acidentes não são só por isso. Queremos reafirmar essa realidade e destacar o compromisso do governo federal, da Presidenta Dilma com essa questão. Está, por exemplo, discutindo a mobilidade. Hoje fiquei sabendo que também haverá investimento do PAC nas ferrovias, para cargas, por sinal foi dito que virá até Belo Horizonte e Governador Valadares.

O Deputado Pompílio Canavez* - Exatamente.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - A Prefeita de Betim, Maria do Carmo, já entrou com ofício solicitando que vá até o porto seco de Betim, pois lá são recebidas as cargas da Petrobras, da Fiat, da Teksid. Então, não podemos deixar que venha só até o Centro de Belo Horizonte. A Região Metropolitana tem esse porto seco, onde grande parte da carga é recebida e despachada.

Portanto, são todas ações de um governo que se preocupa com o transporte de cargas. Acompanhamos de perto essa situação e gostaríamos de falar do projeto de empréstimo que o governo do Estado protocolou nesta Casa referente ao metrô, para o qual há investimentos e compromisso do governo federal. Não há outra saída, Deputado Pompílio Canavez, que não o investimento no transporte coletivo de qualidade. A Europa já está há anos na nossa frente. O Brasil, por ter uma grande extensão, ficou aguardando que carros e caminhões ocupassem cada vez mais as rodovias e não avançou nas ferrovias.

É importante para nós continuarem esses investimentos, e não podemos, por uma questão de disputa partidária, diminuir o compromisso que nossa Presidenta tem com a infraestrutura. Estivemos recentemente em São Paulo e ontem falamos com uma comitiva e com vários Deputados desta Casa. Ouvimos o Dr. Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias - CNI -, falar sobre o compromisso da Presidenta com a indústria, fazendo até parcerias com o Senac e o Sesi para formar profissionais. Há dificuldades, pois, logicamente, um governo não consegue resolver tudo de uma vez, mas há grandes avanços na área do transporte coletivo e na da educação.

Mais uma vez, parablenho V. Exa. por esse pronunciamento tão apropriado.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Antes de conceder aparte ao Deputado Rogério Correia, gostaria de comentar a questão da ferrovia. Morei muitos anos em Ipatinga e utilizava sempre o trem que vinha de Vitória e ia até Belo Horizonte passando por minha cidade. Na época, há muitos anos, a viagem levava até 10 horas, mas hoje gastam-se cinco horas e pouco, quase o mesmo tempo que de ônibus.

É preciso, portanto, haver mais trens. A Vale do Rio Doce, que ganhou a empresa de graça no período nefasto da privatização, deveria ser obrigada a colocar trens de passageiros, por exemplo, no horário noturno, desafogando a BR-381, que passará agora por um processo de duplicação. Alguns trechos deverão ser refeitos. Passei lá por diversas vezes, e seu traçado é inadequado, lamentável. As obras demorarão muito tempo. Lembro que a Fernão Dias levou alguns anos para ser duplicada, e o mesmo acontecerá com a BR-381.

A Deputada Maria Tereza Lara lembrou os trens. Está na hora de cobrarmos da Vale que disponibilize trens confortáveis, como outros países, para transportar a população desde a terra da Deputada Rosângela Reis até Belo Horizonte, pois vamos passar um longo período de obras de duplicação da estrada, Deputado Rogério Correia. Repito que a Vale, que ganhou a empresa de graça, tem a obrigação de, em contrapartida, disponibilizar mais trens confortáveis, rápidos e em mais horários para fazer a ligação do Vale do Aço com a Capital. Como todos os dias pessoas vêm para cá, se houver um trem confortável, elas o utilizarão. Hoje, Deputado Rogério Correia, sei que é preciso comprar com antecedência as passagens de trem, pois são difíceis de achar.

Seria, então, o caso de a Vale do Rio Doce colocar mais trens de passageiros e mais horários, inclusive um trem noturno para que haja um tráfego mais confortável e mais seguro. A BR-381 tem um traçado inadequado. Precisamos pensar alternativas para o início da duplicação da BR-381, que vai demorar bastante. Temos que pensar, como a Deputada Maria Tereza Lara lembrou, do modal ferroviário. Muitas pessoas usam isso. Hoje as pessoas têm que comprar passagem de trem com dois ou três dias de antecedência, porque na hora não a acham. A Vale do Rio Doce tem que oferecer uma contrapartida para o povo mineiro e brasileiro. É uma luta que temos que levar a efeito nesta Casa.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Pompílio, foi bom V. Exa. discutir esse projeto de lei que trata da questão das estradas de Minas Gerais, para que possamos fazer um balanço real da situação das rodovias federais. Quem assiste à TV Assembleia vê um ou outro Deputado criticando as rodovias, mas quem se locomove por Minas Gerais sabe que a situação é boa. Em geral, as estradas estão em níveis bastante elevados, se compararmos com o passado. Aí nem se fala, não tem nem termo de comparação. Ontem eu disse que, quando íamos a Montes Claros - o Deputado Paulo Guedes, o Deputado Carlos Pimenta e os Deputados da bancada do Norte que estão aqui presentes evidentemente se lembram disso -, não passávamos pela estrada principal, mas tínhamos que fazer um desvio por Pirapora. Depois a estrada de Pirapora se esburacou inteiramente e tivemos que ir por Diamantina, pegando um pedaço de terra. Depois essa estrada também se esburacou e só era possível ir pelo ar. Para ir a Montes Claros, pela estrada



normal, era buraco atrás de buraco. Hoje a estrada está um tapete. Quem ouve alguns Deputados falarem de estrada fica achando que Minas Gerais está como na época do FHC, e não está.

Por isso fiz um levantamento para verificar a situação dessas estradas em Minas. A BR-381, que vai até Ipatinga, é uma péssima estrada do ponto de vista de como foi feita. Ela tem um traçado inadequado, e a sua duplicação é que vai corrigi-la. Já existe recurso previsto e comemorado pelo Governador Antonio Anastasia. Não sei se você viu no “site” do PSDB, Deputado João Vítor Xavier, o Governador Anastasia elogiando e dizendo que, de fato, a obra está sendo licitada, está tudo direitinho. Realmente já está licitada. O Governador Anastasia disse que já está tudo certo e já agradeceu à Presidenta Dilma. Tenho certeza de que o Deputado João Vítor Xavier o fará também, porque é um Deputado preocupado com a situação do povo. A estrada será duplicada. Não é que a estrada esteja esburacada e em péssimas condições; apenas há um traçado que não suporta o trânsito de hoje. A estrada é antiga e precisa ser refeita.

As estradas do Sul de Minas também estão em ótimo estado. Lembro da época do Itamar Franco, que brigava com o Fernando Henrique porque o Sul de Minas era buraco só. Eu era Deputado, e V. Exa. era Prefeito. Era a época dos buracos de FHC. O Itamar Franco brigava com ele para saber de quem era o buraco. Hoje a estrada está um tapete. Existe buraco na Praça Sete para fazer o metrô. Essa é outra história - demos até um avental para o Prefeito ontem. As estradas estão muito boas. Para Pará de Minas a estrada está duplicada, uma beleza. Já na BR-040 existem problemas; ela tem que acabar de ser duplicada, assim como a BR-381 também.

Ontem o Prof. Anastasia e o Deputado João Leite estavam comemorando o fato de que será passada para o Estado a licitação do Anel Rodoviário. Aquele é outro trecho em que existem problemas. Para irmos ao Jequitinhonha, se quisermos ir por Curvelo, temos a BR-116, que melhorou muito. Nasci em Belo Horizonte, mas minha família é de São João do Manhuaçu. A BR-116 era apenas uma listinha e, hoje, tem uma parte duplicada e um funcionamento bastante adequado.

Ele lembrou uma. Ele também lembrou o caso da BR-367, que deve ser feita. Contudo, o Deputado Carlos Pimenta não se lembrou da de Montes Claros, para elogiar o Lula e a Dilma. A estrada melhorou excepcionalmente. É claro que há trechos que precisam ser feitos, como os das MGs, Deputado Carlos Pimenta. Por exemplo, aquele trecho onde faltam 40km devia ser feito pelo projeto de Minas, aquele trecho no final de Irapé. Como se chama? Esqueço o nome. Aquele é MG; aquele é do Caminhos de Minas e tem de ser feito. Vai sair. Também sairá a BR-367, pode ficar tranquilo. Enfim, a condição das estradas é muito melhor.

O Deputado Pompílio Canavez* - Tem até empréstimos para isso, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Há os empréstimos que estamos fazendo, há tudo. Então, estou dizendo, Deputado Carlos Pimenta, que não é verdadeiro o discurso de setores da oposição, de quem se opõe à Dilma - e sei que esse não é o seu caso - nesta Casa. Dizem que as estradas estão um caos, mas isso não é verdade. Desafio qualquer um a dizer que as estradas, em Minas Gerais, estão um caos, a não ser esporadicamente, um trecho ou outro. Essa é a verdade. Quem não anda de carro nas estradas do Estado acha que estão um caos. Não é verdade. Você citou outro trecho: Montalvânia. O Deputado Paulo Guedes falará sobre as estradas do Norte e as suas condições em aparte. As estradas do Norte de Minas melhoraram excepcionalmente. Pelo amor de Deus, não sou de lá, mas vou muito àquela região. Um Deputado do Norte de Minas que não é grato à Dilma é mal-agradecido, porque as condições eram péssimas. Mas isso não significa que não existam trechos para serem corrigidos.

Falava do Jequitinhonha. Vai-se daqui a Curvelo. Chega-se ao centro de Curvelo em duas horas. A estrada está duplicada até a entrada de Curvelo. De lá, você sobe, vai-se para Diamantina, desce-se, e há um trecho para ser feito pelo Caminhos de Minas até Araçuaí. O Deputado Carlos Pimenta lembrou que ele precisa ser feito. É a BR. No restante, estão prontas as estradas.

Para terminar o aparte, Deputado Pompílio Canavez, quero dizer o porquê disso. Obras concluídas este ano somam R\$272.700.000.000,00 do PAC 2. O valor é 82% acima do obtido no ano passado. Para transporte, Deputado Pompílio Canavez, foram R\$26.800.000.000,00. Esse é o balanço do PAC 2, a quinta etapa do PAC 2. Estamos comemorando. Parabéns, Presidenta Dilma! Parabéns, Presidente Lula, pelo PAC! Foram 1.120km de rodovias. Por isso, elas melhoraram. Houve obras do Estado, sendo algumas em parceria com o capital privado. Foram 459km de ferrovias. Houve 16 empreendimentos nos aeroportos e 14 nos portos; equipamentos para estradas vicinais. Prefeitos do Brasil e de Minas, foram 1.275 retroescavadeiras. Participei disso, pois era do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Participei do processo que fez a licitação para as retroescavadeiras. Em especial, Municípios do Norte, do Noroeste e do setor do semiárido estão todos com retroescavadeiras. Os Municípios que ganharam retroescavadeiras agora também receberão, pelo PAC, as motoniveladoras, as famosas patrôas que os Prefeitos mendigavam. Agora eles também terão patrôa pelo PAC 2.

Essas são obras concluídas com os valores que citei. Deixo para falar das obras de energia no próximo aparte, mas não posso deixar de falar do Minha Casa, Minha Vida, cujos financiamentos habitacionais se referem a 780.955 contratos. Para a urbanização, Deputado Alencar da Silveira Jr., de assentamentos precários são 826 empreendimentos. Esse é o balanço do PAC 2. Nunca na história deste país houve um processo de intervenção de tamanho vulto, Deputado Pompílio Canavez. Falo sobre o Programa de Aceleração do Crescimento. É o Estado entrando com sua função de organizar o crescimento do Brasil.

É isso que a Dilma, “la fuerte”, está avisando na Europa. Façam dessa forma. Não aceitem o que FHC aceitou no Brasil. Não aceitem o Fundo Monetário Internacional. Não aceitem a “troika” mandando na Europa. Tenham vocês os seus Estados, o dever, a moral e a coragem de fazer o que os países da América Latina estão fazendo. Não se projetem para a recessão. É o recado que a Dilma dá à Europa; Dilma, “la fuerte” - é assim que ela está sendo chamada na Europa, na Espanha, nos títulos dos jornais. Aqui a oposição à Dilma está perdida. Não encontra discurso. O Senador Aécio Neves está, no Senado, lutando para não baixarem a conta de energia elétrica. Está lá a favor dos acionistas da Cemig. Diz ele que é o povo. O povo é a Andrade Gutierrez, foi substituído. A Cemig está substituindo o povo pela Andrade Gutierrez.

De tudo o que entra, 15% vão para a Andrade Gutierrez. Dois bilhões de empréstimo? Trezentos milhões vão para a Andrade Gutierrez. Dois bilhões de lucro? Trezentos milhões vão para a Andrade Gutierrez. E o Senador Aécio Neves até trabalhou. Em uma semana no Senado, ele trabalhou. Deixou de ir a Paris, não foi sorver o vinho branco na Place de la Madeleine e ficou no Senado, para conseguir R\$2.000.000.000,00 de empréstimo, aquele que foi aprovado aqui na Casa, para o Estado pagar à Cemig de uma vez e



entrarem R\$300.000.000,00 para a Andrade Gutierrez. Com mais R\$2.000.000.000,00 de lucro no ano passado, mais R\$300.000.000,00. Seiscentos milhões foi o que a Andrade Gutierrez investiu, mesmo assim com dinheiro do BNDES, para comprar os 33% das ações da Southern. Ai, Aécio trabalhou uma semana. Não foi encontrado no Cervantes; estava em Brasília, uma semana, para os acionistas, para o povo de Minas dizer. Agora, o povo de Minas é a Andrade Gutierrez. Então, a oposição está perdida. Está lutando para não baixar a conta de luz, lutando para não diminuir o risco Brasil.

Ontem a Cemig veio aqui. Foi um vexame. A Cemig não consegue explicar por que a energia cai tanto. Eles não investem. E para onde está indo o lucro, cada vez maior? Sabemos: está indo para a Andrade Gutierrez. Como diz o Deputado Alencar, se um cachorro fizer xixi no poste, apaga-se a luz. Onde está o investimento, Cemig? Onde está o investimento que temos no PAC da Dilma?

A oposição à Dilma está perdida, está sem discurso. Agora está dizendo que vai renovar o PSDB. Tenho uma ideia: renove mesmo; extinga esse pensamento antigo, neoliberal; varra isso; comece a pensar como a Dilma, “la fuerte”, como o Lula; comece a pensar no Brasil e no mundo desenvolvido a partir do crescimento e da intervenção do Estado. Abandone o neoliberalismo de FHC; abandone essa ideia nefasta que atrapalhou o mundo inteiro; abandone a ideia de o próprio capitalismo se auto-organizar, sem a presença do Estado. Caminhe mais para o sentido do bem-estar social; caminhe mais para o sentido da social- democracia; resgate o PSDB; acabe com essa ideia antiga. Esse é o pensamento vitorioso no mundo hoje. A Europa está se curvando à Presidenta Dilma. O Rei da Espanha mandou Hugo Chavez calar a boca: “Por que não te calas?”. Agora Hugo Chavez está respondendo a ele, com a Dilma: “Por que não te calas, Espanha?”. E siga agora o exemplo dos países da América Latina, do desenvolvimento interno, do crescimento, da divisão de renda.

Paulo Guedes, o Brasil está melhorando porque dividiu renda. Pobre hoje compra carne, pobre viaja, pobre vai à praia, pobre viaja de avião. Negros entram na universidade - ontem foi o Dia da Consciência Negra. O Brasil está mudando. Não adianta o PSDB se juntar ao PIG, o Partido da Imprensa Golpista, e ficar falando de outros assuntos, desviando-se do assunto real do desenvolvimento nacional. É isso que o povo está enxergando. É isso o que o Pompílio está dizendo ali. A melhoria do Brasil está acontecendo a olhos vistos. É por isso que Lula é querido, que Dilma é querida. Peço ao Senador Aécio Neves que não fique no Senado lutando por quanto pior melhor, lutando para não baixar as contas de luz. Ajude o Brasil a se desenvolver, a crescer. Vamos diminuir o Custo Brasil e avançar ainda mais. Parabéns, Pompílio.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Antes de conceder aparte aos Deputados Carlos Mosconi e Paulo Guedes, farei um rápido comentário sobre o que o Deputado Rogério Correia disse, sobre Dilma, “la fuerte”. Realmente a preocupação da Dilma com a infraestrutura do nosso País procede, pois o setor de transporte é o gargalo do nosso desenvolvimento. É preciso investir mais. Ficamos décadas sem construir uma nova estrada. Acabamos com as ferrovias. Não utilizamos o potencial dos nossos rios para o transporte de cargas e de pessoas. Nossa capacidade de transporte hidroviário é maior que a dos Estados Unidos, mas não a utilizamos. Está na hora. É isso que o governo da Presidenta Dilma está propondo.

Deputado Carlos Mosconi, ao conceder-lhe aparte, comento sobre algumas rodovias do Sul de Minas que precisam ser melhoradas. Mas o senhor, que roda muito na região, sabe e, com certeza, concorda que melhorou muito, se compararmos com a situação de 10 anos atrás.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Agradeço, caro Deputado Pompílio. Gostaria de voltar ao mundo real, porque não podemos ficar no sonho. Precisamos voltar para o mundo real. O mundo real é o Brasil que aí está, campeão da violência, campeão da educação de péssima qualidade, campeão da saúde precaríssima, que não atende à população, que a despreza, que não dá atenção às reais necessidades da população. Esse é o mundo real em que vivemos, e não o que foi dito aqui, essa maravilha de país ilusório que não existe.

Caro Deputado Pompílio Canavez, cumprimentando-o por sua manifestação, serei rápido. V. Exa. conhece tanto quanto eu a nossa região Sul de Minas. As estradas federais viveram durante grande tempo em situação lastimável. V. Exa. se lembra muito bem disso. Foram recuperadas, mas quero fazer uma crítica à recuperação feita. Citarei um caso específico: a estrada federal que liga Poços de Caldas a Andradas. Essa estrada está quase intransitável. V. Exa. sabe disso porque deve ter passado por ela. Essa estrada foi recuperada há pouco mais de um ano. Foi restaurada, Deputado Alencar da Silveira Jr., Deputado Pompílio Canavez, há pouco mais de um ano. Estava absolutamente intransitável e foi restaurada, mas agora, após um ano e pouco, está novamente intransitável. Que restauração foi essa, Deputado Pompílio Canavez? Isso me causa preocupação porque as outras estradas que foram restauradas há menos tempo também poderão chegar rapidamente a essa situação.

Essa estrada foi “recuperada”, mas isso não significou absolutamente nada. Além disso, não tem manutenção. Os buracos são abertos todo santo dia. Nas estradas federais não há nenhum tipo de fiscalização. Por elas trafegam caminhões pesados - com peso acima do permitido -, mas não existem balanças nem uma Polícia Rodoviária Federal para coibir esse tipo de abuso. As estradas vão sendo literalmente exterminadas. A estrada a que me referi está colocando em risco a segurança da população que passa por ela porque é extremamente movimentada, como V. Exa. sabe.

Melhorou? Ótimo. Isso é obrigação. Levantamo-nos e dizemos: a estrada está boa. Será que a estrada poderia não estar boa? Será que pagamos os nossos impostos para quê? Vamos ficar aqui falando maravilhas sobre a estrada, que ela está ótima? Foi lamentável o tempo em que ficou péssima, mas a restauração feita, que custou muito dinheiro, não está valendo para nada, caro Deputado Pompílio Canavez. Após um ano e pouco dessa restauração, a estrada está intransitável e, como disse, não tem manutenção, ao contrário das estradas estaduais, que foram recuperadas. Na licitação constava um período mínimo de quatro anos para sua manutenção. Por isso se encontram em boa situação em todo o Estado.

Envie à Presidenta Dilma um ofício denunciando a situação da estrada. Relatei essa história, ou seja, que a estrada, após um ano e pouco de recuperação, se encontra em péssima situação. A Presidenta respondeu meu ofício dizendo que iria tomar providências. A resposta está guardada em meu gabinete. Vou cobrar providências se isso demorar para acontecer, porque a situação da estrada está prejudicando a economia do Sul de Minas e causando insegurança à população. Obrigado, Deputado Pompílio Canavez.

O Deputado Pompílio Canavez - Deputado Carlos Mosconi, o tráfego, o uso que se faz de algumas rodovias faz com que sua vida útil seja muito curta. V. Exa., como sempre, está desempenhando não só o papel de parlamentar, mas também o de cidadão, que é o de fiscalizar. Se não está bem feito, vamos denunciar. É preciso falar das empreiteiras do País. Ontem assistimos, estarecidos, à Justiça soltando o Carlinhos Cachoeira, algo complicado, porque é um homem que exerce uma influência muito forte sobre essas questões.

V. Exa., Deputado Carlos Mosconi, implicitamente concordou que a situação melhorou. Antigamente, V. Exa. participou de diversos protestos, lutou muito para que o governo federal assumisse o seu papel. Além do apagão de energia, sofremos também um “apagão” de rodovias.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - “Apagão” que se tem repetido com frequência enorme, Deputado Pompílio Canavez, especialmente no Nordeste e Norte do País, mas nenhuma providência tem sido tomada.

O Deputado Pompílio Canavez - Mas não existe o constrangimento nem o vexame de desligar aparelhos, deixar de tomar banho, ou seja, foi algo institucionalizado. Existem problemas. A Cemig os tem por falta de investimentos, como disse aqui o Deputado Rogério Correia. Enquanto o lucro aumenta, a qualidade cai. Existe uma inversão: lucro cada vez maior, mas a qualidade da energia que chega à cidade, à empresa, à casa do cidadão está caindo muito.

Falando de energia e lembrando o que disse o Deputado Rogério Correia, acho absurdo, sem sentido, sem tamanho que sejam contra a redução da tarifa de energia para o consumidor. Como pode isso? Como pode o Senador Aécio Neves e muitos políticos serem contra a diminuição do custo Brasil, da energia elétrica? O cidadão vai pagar menos em sua conta de luz, bem como as empresas, que poderão gerar mais empregos.

Deputado Paulo Guedes, fico pensando que temos um potencial enorme de energia hídrica. O nosso Estado é responsável por 70% da água do sistema elétrico nacional. Deputado Doutor Wilson Batista, deveríamos aproveitar essa condição e diminuir ainda mais o custo da energia em nosso Estado, para atrair para cá empresas da China. Em vez de se derreter o nosso minério lá, que viessem para cá, e não ficássemos apenas lotando os porões dos navios que vão para outros continentes.

Temos energia elétrica. Vamos diminuir o preço dela. Fico abismado de ouvir alguém dizer que é contra isso. O PSDB apresentou centenas de emendas contrárias à redução do custo da energia elétrica, e isso tem de ser dito. O custo da energia elétrica tem de ser reduzido, pois vai diminuir o custo Brasil.

Deputado Mosconi, quero lembrar que, recentemente, a Presidente Dilma propôs que 100% dos “royalties” do pré-sal fossem destinados à melhoria da educação, como o senhor reclamou. A situação da educação está mesmo precária. Por que, então, não votaram a favor de os “royalties” do pré-sal serem integralmente destinados à educação?

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Primeiramente quero parabenizá-lo por fazer essa discussão tão importante, Deputado Pompílio. Também quero discordar do Deputado Carlos Mosconi, que reclamou da saúde. O governo do Estado deixou de investir mais de R\$5.000.000.000,00 e, agora, recorre ao TAG para continuar a não investir em saúde. Se Deus quiser, vamos conseguir barrar essa farra e ter R\$1.000.000.000,00 a mais aplicados em saúde em Minas. A nossa saúde vai de mal a pior, porque o Estado deixa de investir. Ai estão os relatórios do Tribunal de Contas...

O Deputado Pompílio Canavez* - Que obriguem os Municípios a investirem muito mais do que podem, do que aguentam.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Justamente. Pompílio, no que diz respeito às estradas, quero fazer um histórico do que ocorreu em minha região, onde as rodovias foram quase todas recuperadas. A estrada que liga Montes Claros a Pirapora, pela qual não passava nem carro no governo Fernando Henrique, foi totalmente restaurada, ficou excelente, com um investimento de mais de R\$200.000.000,00. Mais de R\$500.000.000,00 foram investidos na recuperação do trecho da BR-135, que liga Montes Claros a Curvelo, que também ficou excelente, sem problema. Hoje se pode ir a Belo Horizonte com facilidade. No governo do Fernando Henrique, na época da chuva, as cidades de Manga, Montalvânia, Juvenília e Miravânia ficavam ilhadas. Não se conseguia ir nem vir. Nem os Correios entregavam correspondência lá. O asfaltamento da estrada que liga Manga a Montalvânia está sendo concluído, e está sendo lançado agora o trecho que liga Manga a Itacarambi. O governo mandou fazer o projeto executivo para a restauração da BR-251, ligando Montes Claros a Salinas, com mais de 100km de terceira pista, e para a duplicação da estrada que liga Montes Claros ao trevo de Janaúba. Ou seja, no que tange ao Norte de Minas, minha região, não temos o que queixar do governo federal, que está fazendo o dever de casa, realizando mais de 70% do que tinha de ser feito. Em relação aos outros 30%, estão em andamento os projetos.

Quero agradecer à Presidente Dilma e ao ex-Presidente Lula, que nos ouviram. O trecho da estrada que liga Manga a Montalvânia virou novela. Houve Deputados que perderam os dentes, prometendo, nos governos passados; outros perderam os cabelos, envelheceram e se aposentaram, mas a estrada não saiu. Só vai sair agora, no governo do Presidente Lula, sob a nossa intervenção, com o nosso pedido.

Quero agradecer ao Presidente Lula, ao Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio, que tem nos atendido muito bem. Ontem ele recebeu, no Ministério, o Deputado Gabriel Guimarães, para tratar da licitação do trecho Manga-Itacarambi. Quero agradecer e parabenizar o governo da nossa Presidenta Dilma e o ex-Presidente Lula, que mudou de fato o Brasil. Vemos aqui uma Oposição desnorteada, uma Oposição sem discurso, uma Oposição que vê o ex-Governador Aécio Neves votar contra, trabalhar contra a redução da taxa de energia para o consumidor. Por quê? Gostaria de ver o Aécio Neves fazer um discurso para explicar isso a Minas Gerais. A Dilma vem com uma boa notícia, vai reduzir a conta de energia em Minas, mas a Cemig se recusa veementemente a acatar a medida provisória. Ela se recusa a acatar uma medida que vai reduzir a conta de energia dos consumidores.

Quero parabenizar a Presidenta, pois o Brasil está mudando para melhor, as pessoas estão tendo oportunidade de sonhar, de arrumar emprego, de estudar. Nosso país cresce, é respeitado lá fora. Este é o novo Brasil, o Brasil administrado pelo PT no governo Lula e agora no governo Dilma. Isso o PSDB não engole porque ficaram oito anos no governo e quebraram o País, que vivia de pires nas mãos. Em qualquer crise o governo Fernando Henrique Cardoso recorria ao FMI, endividando ainda mais o País. Hoje estamos emprestando dinheiro ao FMI, porque Lula fez o dever de casa, distribuiu renda, coisa que o PSDB não aceita. Eles não aceitam distribuir renda porque o dinheiro do povo tem de ficar somente para meia dúzia de pessoas. Isso era assim no seu governo.



O Senador Aécio Neves ficar contra a redução da taxa de energia é um absurdo, Deputado Pompílio, que não esperávamos. Ele, que quer ser Presidente da República, como vai explicar que é contra a redução da taxa de energia? A taxa de energia é a mais cara do mundo. A Presidenta Dilma, ao propor uma medida correta, tem de enfrentar as concessionárias e a oposição do Aécio. O Deputado Rogério Correia explicou muito bem sua relação com a Andrade Gutierrez, com os acionistas, que ficam com os lucros. Eles têm R\$2.000.000.000,00 de lucro, mas não aceitam reduzir a taxa de energia para o consumidor. Quero parabenizar a Presidenta Dilma. Gostaria de ver o Senador Aécio explicar por que é contra a redução da conta de energia. Explique-se, Aécio: por que é contra a redução da taxa de energia? Ele não tem condições de explicar. A explicação é uma só, ou seja, defender os poderosos, defender as grandes empresas, os grandes acionistas da Cemig. O povo não interessa. No Norte de Minas, o tempo não pode fechar. Trovejou, faltou energia. Começou a formação de chuva, a energia cai. E assim está acontecendo em todo o Estado. Já pararam o Luz para Todos. Priorizaram as regiões ricas. Há 70 mil pessoas esperando o Luz para Todos, mas a Cemig enrola e enrola. As coisas não andam.

Por isso quero dizer que estamos vigilantes. Vamos continuar cobrando explicações do Senador Aécio Neves, cobrando explicações de por que ele deixou de aplicar R\$5.000.000.000,00 na saúde. Por que querem tentar, mais uma vez, enrolar o povo de Minas com um TAG, para deixarem de investir na saúde, na educação. Parabéns, Deputado Pompílio Canavez.

O Deputado Pompílio Canavez – Obrigado, Deputado Paulo Guedes. Antes de passar a palavra ao Deputado Alencar da Silveira Jr., gostaria de fazer uma ilustração. O Deputado Carlos Mosconi disse que as rodovias estaduais estão muito bem, que tudo está bem, mas o jornal “Hoje em Dia”, da data de hoje, 21/11/2012, traz que há 16 obras em atraso na PPP da MG-050, uma rodovia estadual que terá contrato repactuado. Ela é a campeã de cobrança de pedágio no Brasil. Enquanto o pedágio na Rodovia Fernão Dias é de R\$1,40, nela se cobra o valor de R\$4,10; são seis pedágios em um curto trecho. Só quero lembrar que não se pode ser nem tanto ao mar nem tanto à terra, pois uma das mais importantes rodovias estaduais tem uma PPP, que foi notícia hoje no jornal “Hoje em Dia” e terá de ser repactuada, porque há 16 obras em atraso.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Deputado Pompílio Canavez, quem vai julgar é quem está acompanhando este debate, é o telespectador da TV Assembleia, o pessoal que está nas galerias. Em um debate como este, ver o Deputado Rogério Correia defender as estradas no Estado é brincadeira, pois estão todas ruins. V. Exa. não deve estar andando pelos mesmos lugares que eu. Depois dessa chuvinha que caiu, os buracos apareceram tanto nas MGs quanto nas BRs. A população não aguenta mais estourar os pneus dos carros nessas rodovias. Deputado Pompílio, quem vai julgar quem está certo é o telespectador. Será que o Deputado Alencar está falando certo? Será que o Deputado Rogério Correia falou certo? Será que o Deputado Pompílio Canavez falou certo? É só colocar os carros para andar nas rodovias. Vamos começar a viajar, a colocar o carro na estrada. Está tudo muito ruim.

V. Exa. falou da MG-050, que tem pedágio caro. Isso é caso de polícia. Não sei como os Deputados de Divinópolis, de Itaúna, que usam aquela malha, não fazem nada. Outro dia, passei por lá e coloquei minha impressão daquela estrada no meu Twitter: disse que é caso de polícia. Aquele pessoal tem de ser preso. Uma rodovia daquelas não tem acostamento, não tem nada e ainda cobra um pedágio caro. Se fosse morador de Santo Antônio do Monte, de Divinópolis ou daquela região, já teria parado aquilo lá. Ainda bem que isso não ocorre na rodovia da minha cidade de Itabirito, naquela MG para a qual fizemos um acerto com o DNIT e, agora, arrumamos a Serra de Itabirito - só ficou faltando o cruzamento e as curvas, por causa dos acidentes. A situação foi agravada porque veio a chuva, levou a estrada, levou tudo. Ali, pelo menos, é isso. Mas por onde andamos em Minas Gerais está ruim.

Se eu fosse Deputado de Divinópolis, teria parado aquela rodovia, teria deitado naquele asfalto e dito que, por ali, não passaria mais ninguém. Aquilo é coisa de polícia. Os Deputados que transitam por aquela rodovia deviam fazer alguma coisa. Aquele é o local onde o Deputado João Leite bateu o carro, anos atrás, e quase morreu. É caso de polícia, pois não há acostamento, não há asfalto; a única coisa que há lá é pedágio. Aquilo mostra a falta de vergonha na cara do governo. Temos de falar o que é fato. Sou da base do governo, mas aquilo ali é caso de polícia, ninguém aguenta mais. E as estradas federais e estaduais só estão uma porcaria, em Minas Gerais.

Temos de levar esse assunto a debate com seriedade. Os buracos apareceram apenas com essa chuvinha que caiu. Será que estou falando bobagem? Para mim, o Deputado Rogério Correia surtou aqui, hoje. Defender professor, Deputado Rogério Correia, é bacana, assim como defender o governo Dilma. Agora, defender estrada em Minas Gerais, meu filho, pelo amor de Deus! Pode-se saber que hoje você não acordou bem: V. Exa. veio aqui defender as estradas de Minas Gerais... Quem está acompanhando, vê que não tem estrada boa em Minas, não tem MG, não tem BR.

O Deputado Fabiano Tolentino está brigando e acabará morrendo naquela estrada, embora não seja o que lhe desejo nem a ninguém. Quero apenas lembrar que aquilo é caso de polícia. Nós, que somos da base do governo, temos de dizer que não pode acontecer o que vem ocorrendo ali. Quanto às BRs, basta chover para os buracos aparecerem. Com todo o respeito que temos pelo companheiro, não há como defender estradas em Minas Gerais. Está tudo uma porcaria só.

O Deputado Pompílio Canavez - Deputado Alencar, falei das rodovias do Sul de Minas, e o Deputado Paulo Guedes falou sobre as rodovias do Norte. Comparamos com o período passado, antes do governo Lula, e, embora quem ande pelas estradas saiba que há alguns trechos com problemas, houve uma grande melhora.

Dilma, “la fuerte”, como os jornais espanhóis a estão chamando, sabe que tem de melhorar a infraestrutura brasileira, que necessita melhorar as rodovias, que precisa investir em ferrovias, no transporte hidroviário e reduzir o Custo Brasil. Por isso, reduzir as tarifas de energia elétrica para o consumidor doméstico e para as empresas é fundamental.

O Deputado Fabiano Tolentino (em aparte) – Bom dia. O Deputado Alencar falou muito bem. Realmente, as estradas, no todo, estão ruins. É precário o estado da MG-050 porque faltam investimentos, o contrato está atrasado, precisa ser repactuado, e necessitamos de sua duplicação até Divinópolis, no mínimo. Hoje a duplicação vai apenas até Itaúna, e nada está sendo feito.

A reunião ontem foi muito produtiva. Acredito que a Nascentes, com novo investimento, pode voltar às obras, porque estamos pagando um pedágio caríssimo e o benefício é muito pequeno para os usuários. Sei que é complicado ultrapassar um carro no trecho de Divinópolis a Itaúna porque não há acostamento digno, a estrada necessita de melhorias e de duplicação. São 272km, precisamos de muita melhoria na MG-050, e o contrato é de 25 anos. Estrada é primordial, ela leva empresas para a cidade, dinamiza a

economia... Portanto, temos de trabalhar muito nas nossas estradas, e Divinópolis precisa de melhorias na MG-050. Estamos lá, com muito empenho, muita luta, muita vontade de duplicá-la em sua totalidade. Esse é o sonho do divinopolitano e das cidades da região. Muito obrigado, Deputado Pompílio, pelo aparte. Tenho certeza de que faremos muito pelas estradas mineiras.

O Deputado Pompílio Canavez – Estaremos juntos com o senhor nessa luta. Quero dizer que sou favorável ao projeto de lei do Deputado Ivair, que o debate foi muito proveitoso e devemos retomá-lo, já que até a base do governo acha que as rodovias estaduais precisam ser mais bem cuidadas, como acabou de denunciar, alto e bom som, o Deputado Alencar da Silveira Jr. Muito obrigado, Presidente.

O Sr. Presidente – Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* – Solicitei a continuação da discussão do Projeto nº 771, que dispõe sobre a transferência do domínio do Estado para o Município de Carmópolis de Minas do trecho da Rodovia MG-270, para que pudéssemos continuar o debate sobre a questão das estradas de Minas, cuja realidade estamos vendo.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. parece que surtou: não sei onde está vendo tantos buracos em estradas. O Deputado Tolentino lembrou muito bem que a MG-050 é a vergonha de Minas. É a estrada que cobra o pedágio mais caro do Brasil. Privatizaram uma estrada, não a duplicaram, e cobram um pedágio absurdo. A MG-050 é um mau exemplo. Mas o Deputado Tolentino esqueceu de falar sobre o bom exemplo que é a BR-262. Está uma beleza. De vez em quando, Deputado Tolentino, você poderia elogiar a Dilma. Vai-se até Nova Serrana, e é um verdadeiro tapete. Só o Deputado Alencar vê buracos lá.

O Deputado Fabiano Tolentino (em aparte) – O Deputado Rogério lembra muito bem que a BR-262 melhorou muito, e a região cresceu bastante. Uma estrada boa traz crescimento para a localidade; portanto, é importante que nossas estradas estejam em bom estado. É claro que há alguns problemas. De Nova Serrana para a frente, pode melhorar mais, mas já avançou muito. E lá não é uma estrada “pedagiada” - é preciso lembrar -, ninguém paga para trafegar nela. Houve uma melhoria ali, sim, e toda região tem de ter boas estradas.

Temos de trabalhar muito. Esse é o papel do fiscal, independentemente de ser da base do governo. O papel do Deputado é fiscalizar e levar investimentos – cada um na sua região distinta. A 262 melhorou muito e precisa avançar mais ainda; sempre queremos mais melhorias. Mas é preciso começar as obras na MG-050, que estão atrasadas. Quando começar, aí, sim, passa a haver o benefício. Por enquanto, só temos o custo, que é alto em razão do pedágio. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia* – Obrigado, Deputado Tolentino. Estou me lembrando disso porque o Antônio Júlio reclamava sempre - e com razão - do estado da 262, e agora, Deputado, é de se elogiar o trabalho que foi feito em Nova Serrana. Também é uma obra do PAC. Por isso, eu estava fazendo um balanço do Programa. É claro que precisamos cobrar vários trechos de estradas. Alguns não foram feitos, isso é verdade. Mas que realmente o Programa de Aceleração do Crescimento, para obras de infraestrutura no Brasil, colocou o Estado fiscalizando e orientando o crescimento e desenvolvimento, não há dúvida. Aquela ideia do passado, Deputado Carlos Pimenta, de que, por meio de acordos com a iniciativa privada e apenas dependendo dela, consertaríamos o Brasil, não deu certo. É o que não está dando certo na Europa, pois não há o papel indutor do Estado. Essas questões não se desenvolvem ao “bel-sabor” do mercado. As rodovias não vão sendo duplicadas, refeitas, etc. porque a iniciativa privada vai apostar nelas. Sem que o Estado faça a sua parte, isso não acontece.

Foi isso que se deu no final do governo Fernando Henrique, com aquele apagão das estradas, como chamávamos: a “buracaiada” generalizada nas estradas do Brasil inteiro. Por que aconteceu aquilo? Porque o governo apostava que a iniciativa privada supriria a deficiência do setor de infraestrutura de estradas no Brasil. Era o modelo privado a ser substituído. Foi implementado em São Paulo, no governo do PSDB, com altos custos e num Estado onde o desenvolvimento é muito maior, assim como o volume de tráfego de veículos. Apostou-se num modelo em São Paulo, e hoje a população paga caro. Pensava-se que aquele mesmo tipo de aposta poderia ser feito para o Brasil. Deu errado. Mudou-se o pensamento, então. Quando o Presidente Lula lançou o Programa e colocou Dilma como a mãe do PAC, o Estado brasileiro começou a planejar esse desenvolvimento. Essas estradas são fruto de planejamento. Hoje você cita trechos que podem ser melhorados, porque ainda falta fazer alguma coisa. Mas são trechos, não é aquele estado esburacado das estradas que o Brasil vivia.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Rogério, essa questão das estradas, principalmente em Minas Gerais, tem de merecer tanto por parte do governo do Estado, do governo federal, desta Casa, da população quanto das lideranças uma análise bem mais aprofundada e sem nenhum tipo de posicionamento político. Na verdade, se compararmos o que acontecia no passado com o que acontece hoje, obviamente melhoramos muito - reconheço. Eu já passei por aquela estrada de Montes Claros várias vezes e, por duas vezes, interrompemos o tráfego na 135. Levamos caminhão de som, brigamos. Mortes aconteciam ali todos os dias, professores da Unimontes, população em geral, era um caos. A estrada foi recuperada, é claro. Foi totalmente refeita também graças à iniciativa da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, porque não havia nem projeto. Se fôssemos depender de um projeto do DNIT naquela época, demoraria mais dois ou três anos. A própria Associação Comercial e Industrial de Montes Claros fez um rateio entre todas as pessoas que passam por aquela estrada, empresas, firmas, etc., e entregou o projeto na mão do Ministro naquela ocasião, em resposta à alegação de que não havia projeto. Se tivesse de ser feita mais alguma adequação, também poderia ser feita. Isso mostra que tem de haver iniciativa, parcerias, não pode ser dessa forma.

A Presidenta Dilma pegou o transporte rodoviário sucateado. As estradas já tinham 20, 25 anos. É claro que ainda precisa ser feita muita coisa. O Deputado Paulo citou a estrada de Montalvânia, que é uma vergonha. Sair de Manga para ir a Montalvânia é uma vergonha. Espero que essa história tenha um fim, porque o problema é a vaidade. Não é dessa maneira que vamos resolver os problemas.

Deputado Rogério Correia, quero chamar a atenção para duas rodovias cruciais para o Brasil, para Minas Gerais e, principalmente, para as regiões. Uma é a BR-251, ligando Montes Claros à Rio-Bahia, passando por Francisco Sá. Não há um dia sequer em que não aconteça um acidente na Serra de Francisco Sá. As carretas descem, e os acidentes acontecem. Eles tapam os buracos na época da



seca, mas, quando chove, o buraco aparece novamente. Parece que o governo federal quer agir, mas a burocracia é muito grande. A estrada está pronta, mas vêm os órgãos ambientais e criam problemas.

Deputado Rogério, a mais difícil é a BR-367, idealizada na época de Juscelino Kubitschek. Ela corta todo o Jequitinhonha, o Baixo, o Médio e o Alto. Conversando com o Prefeito de Jacinto, com a Prefeita de Santa Maria do Salto, com o pessoal de Salto da Divisa, soube que estão passando lá centenas de carros por dia. As pontes são de madeira. Um cidadão ficou tão indignado que colocou fogo na ponte porque viu sua família sendo morta naquela estrada. A empresa que cuidava da estrada faliu e esperou até o fim do mandato para entregar ao DER, que entregou ao DNIT. Fica esse jogo de empurra na estrada da vergonha. E essa estrada não é apenas a estrada da praia. Não, ela é responsável por várias cidades da região que estão em situação de penúria por falta de um programa de investimento regional. E não se pode falar em crescimento regional, em desenvolvimento das cidades, em desenvolvimento de um povo se não se tem estrada. Se o Deputado Rogério Correia fosse rico e fosse convidado para implantar uma empresa em Salto da Divisa, ele não iria. Ninguém quer ir porque são quase 100km de estrada de terra cheia de buracos. O asfalto que já existe tem de ser retirado, tem de ser renovado.

Deputado, estou propondo uma audiência pública com o Sr. DNIT, com o Sr. DER, com as lideranças locais para descobrir quem é o pai da criança feia, quem tem responsabilidade, para podermos cobrar. O DNIT diz que a estrada é concessionária do Estado, o Estado diz que já devolveu a estrada. Devolveu a quem? Em Salto da Divisa, quando se fala em saúde, é na Bahia; quando se fala em comércio, é na Bahia; quando se fala em educação, é na Bahia. É uma cidade segregada, riscada do mapa de Minas Gerais porque não tem como se locomover. E a comarca é Jacinto, mas ninguém vai lá. E as empresas têm um potencial muito grande na região.

Essa audiência pública que realizaremos será para deciframos o código da BR-367, para saber quem tem responsabilidade. Para mim, não interessa saber se é sicrano ou fulano, respeito a nossa Presidenta Dilma e a defendo em qualquer circunstância, assim como respeito o Governador Anastasia e o defendo também em qualquer circunstância. Mas a situação está aí. Entre as sete cidades de Minas Gerais que não têm via de acesso, estão Jacinto, Salto da Divisa, Santo Antônio do Jacinto e Santa Maria do Salto. São quatro Municípios que não podem ter esse benefício. E o trecho de Santo Antônio do Jacinto até a BR-367 foi asfaltado dentro do Processo. De Santa Maria do Salto até a BR-367, o trecho está asfaltado.

Queria convidar e pedir o apoio de V. Exa. para encarmos o povo do DNIT, que não está “nem aí” para a Assembleia de Minas. Quando vamos ao DNIT, em Brasília, para conversar, eles chegam com uma papelada enorme dizendo que já está pronto, que já estão adequando, mas não resolvem o problema. Juscelino Kubitschek deve estar estrebuchando de raiva no túmulo porque ele idealizou essa estrada, e até hoje a integração do Jequitinhonha não aconteceu de fato, porque não temos uma estrada para levar o progresso. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Concederei aparte ao Deputado Doutor Wilson Batista, mas antes gostaria de dizer ao Deputado Carlos Pimenta que essa estrada já foi comprometida, incluída no PAC, mas não teve solução. É uma estrada que devemos cobrar, concordo com V. Exa. em gênero, número e grau. Os Prefeitos e a população local precisam dessa obra, que é importante. No Jequitinhonha, depois de Irapé, uma estrada de 40km - estava no Caminhos de Minas - ainda não foi asfaltada. A estrada que liga Irapé a Araçuaí também é necessária e vai encurtar bem o percurso. É uma MG que precisa ser asfaltada e também precisa ser cobrada. No Jequitinhonha, são esses dois gargalos que temos de cobrar. Esse é o nosso papel. O que estou fazendo aqui é colocar os pingos nos “is”, porque realmente é preciso reconhecer que houve uma melhoria muito grande na malha rodoviária de Minas Gerais.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Deputado Rogério, parabeno-o por esse debate. Gostaria de colocar algumas opiniões para reflexão, porque não estou de acordo com todas as colocações que foram feitas a respeito do governo federal. Inicialmente, começo pelo seu próprio “marketing” de campanha: “País rico é país sem pobreza”. Isso é verdade, o País está rico e está sem pobreza, mas o povo está pobre. Então deveria ser: “País rico é povo sem pobreza”. O governo do PT recebeu uma fortuna para administrar o País a partir de 2002. E cumpriu muito bem a sua missão, gastou exageradamente com a sua companheirada. Empregou muito bem a sua companheirada, todos os seus aliados perdendo o alcance da vista.

Todos sabem muito bem que o Ministério dos Transportes, o Ministério do Trabalho e o Ministério do Turismo gastaram muito com poucos e não gastaram com o povo. O povo no Brasil ainda vive na pobreza. Sabemos que mais de 15% da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza. Batemos recordes mundo afora de criminalidade, são 45 mil homicídios por ano. É uma verdadeira epidemia. Estamos, sim, em um país rico, mas o povo vive na pobreza. Vemos as nossas Capitais e as nossas metrópoles revestidas de favelas, vemos o tráfego caótico nas grandes cidades, não existe um planejamento para o Brasil. Você é testemunha disso.

Que planejamento e infraestrutura existem hoje em nível federal para as nossas metrópoles? É o imaginário trem-bala? É a usina dinossauro Belo Monte? É a transposição das águas do Rio São Francisco? São todos planejamentos que estão cheios de complicações, todas obras sem nenhum futuro. É esse o planejamento de nosso país, de nosso velho país do PT, que vocês insistem em eternizar. Eternizar o quê? Que planejamento importante temos hoje para o Brasil? Estamos vendo as obras da Copa do Mundo cheias de remendo, de disfarces, de maquiagem, enganando o povo brasileiro e dizendo que o Brasil tem dinheiro. O Brasil, sim, tem dinheiro, mas não está sendo aplicado para o povo do Brasil; está, sim, sendo útil para fazer empréstimos para outros países, para dizer que o País está bem. Ele, sim, está rico, tem uma fortuna, mas o povo brasileiro não está vivendo esse crescimento nem na educação, nem na saúde, nem na segurança. Batemos recordes dos piores indicadores sociais do mundo, até mesmo com relação aos países mais pobres da América Latina, que vivem com melhor qualidade de vida do que o povo brasileiro. Então, não podemos eternizar esse governo do PT, que faz caridade social e vive escondido simplesmente atrás do Bolsa Família e de outros projetos sociais. Distribui uma migalha para o povo brasileiro e desperdiça o dinheiro de um país rico.

É essa a minha indignação. Temos, sim, de reconhecer os nossos erros para que a nossa população possa viver com mais qualidade, ter mais vida com felicidade, igualdade e mais trabalho para todos. O nosso povo precisa de trabalho e esperança de um futuro melhor. O trabalho para melhorar a sua autoestima para criar a sua família e viver feliz neste país. Por isso discordo muito quando dizem que o PT trouxe oportunidade para o povo brasileiro. Ainda faltam muitas oportunidades. Vejo ainda desperdícios do dinheiro de um país



que é rico. O “slogan” não deve ser “país rico é país sem pobreza”, mas “país rico é povo sem pobreza”. O governo do PT deveria, inicialmente, mudar o seu “marketing” para trabalhar para o povo, e não trabalhar para o País, esquecendo-se do seu povo.

O Deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, Deputado Doutor Wilson Batista. Em seguida vou conceder-lhe aparte, Deputada Maria Tereza Lara. Antes, gostaria apenas de dizer ao Deputado Doutor Wilson Batista que respeito a opinião dele, embora tenha discordância profunda da análise que fez do Brasil de hoje, construído pelo PT, pelo PMDB e pelos partidos da sua base aliada. A opinião de V. Exa., que respeito, é a da Oposição constituída pelo PSDB, pelo DEM, pela chamada Oposição conservadora e neoliberal do Brasil. Essa tem esse pensamento. É bom que tenhamos Oposição e que seja respeitado o seu pensamento no Brasil, embora as minhas discordâncias, evidentemente, sejam profundas.

Deputado Doutor Wilson Batista, vou expor alguns pontos. O Presidente Lula tirou da miséria 40 milhões de pessoas. Isso é fato, está constatado. A Presidenta Dilma tem agora o programa chamado Brasil Carinhoso, pelo qual se localizam os bolsões de pobreza. A Presidenta Dilma tem o compromisso de sair do governo com o Brasil combatendo e erradicando a pobreza, que já é antiga. Felizmente estamos caminhando para um final feliz: 40 milhões de pessoas saíram da miséria, e outros tantos estão sendo detectados pelo programa Brasil Carinhoso.

Então, Deputado Doutor Wilson Batista, do ponto de vista de programas sociais, o governo do Presidente Lula, da Dilma e do PT avançou muito. O programa Bolsa Família não pode ser visto, segundo V. Exa. disse, como um programa de migalhas a serem entregues ao povo. Isso não é verdade. Para os que ainda têm preconceito em relação a ele, digo que é um programa que traz dignidade. A pessoa passa a ter o direito de mensalmente receber o mínimo daquilo que o Brasil produz, para evitar que passe fome. Essa é a ideia do programa, que está sendo exportado para o mundo. A pessoa passa a ter a dignidade de ter um recurso. Nós, que temos emprego e ganhamos bem, podemos achar que é pouco, mas, para essas pessoas, de forma alguma são migalhas; pelo contrário, é um recurso fundamental para que suas crianças vão à escola e tenham o que comer. Em um país de muita miséria, o Bolsa Família passou a ser algo fundamental.

Junto com ele existe o programa para que essas famílias - a Deputada Maria Tereza Lara fará um aparte e sabe muito bem a esse respeito, pois trabalhou com isso em Betim e na Região Metropolitana - tenham ainda uma série de incentivos das Prefeituras - o nosso governo não faz o mesmo, mas deveria fazê-lo - a fim de terem profissão e emprego e não necessitem mais do Bolsa Família. Esse é um programa fundamental de inclusão social e, portanto, está longe de ser um programa de migalhas. O PSDB tem a mania de dizer isso, mas é um preconceito dos ricos em relação aos pobres.

O Brasil tem um programa para a área agrária, e eu, que trabalhei na área, considero-o fundamental. O Pronaf, que disponibiliza crédito para o pequeno produtor, melhorou impressionantemente a vida dos pequenos produtores, assim como o Luz para Todos e o Programa de Aquisição de Alimentos, por meio do qual o pequeno produtor produz alimentos e recebe por eles, enquanto o Estado os compra e distribui gratuitamente nas escolas. São programas sociais que incluem e retiram as pessoas da miséria. Há programas desse tipo em todas as áreas.

O programa na área educacional - e não posso concordar com o Deputado Doutor Wilson Batista - tem melhorado nossos índices constantemente, ano a ano. No último decênio, o Brasil melhorou na área de educação de forma impressionante. Já estamos chegando a padrões elevados e cresceremos ainda mais. O Prouni foi um programa fantástico. Hoje, negros e pobres estudam em universidades públicas e privadas, pois temos programas para tal. A Presidenta Dilma, agora, lançou o Pronatec, por meio do qual nossa juventude mais pobre terá acesso ao ensino tecnológico e conseguirá emprego.

Falando em emprego, o Brasil nunca teve um índice de emprego tão alto e um índice de desemprego tão baixo como o atual. Realmente, não consigo entender a análise feita pelo Deputado Doutor Wilson Batista - ela vem no sentido do que vêm dizendo o PSDB e o DEM - de que o Brasil não está melhorando. Ora, certamente um país com tantas desigualdades sociais ainda tem muito o que avançar, por isso queremos continuar com o PT. É crime querermos continuar elegendos os governantes? O Deputado Doutor Wilson Batista diz que queremos eternizar o PT, e realmente queremos, mas por meio do voto. É evidente. Vamos querer a Dilma de novo, pois está dando certo, desde que isso seja por meio de duas eleições, como estabelece a lei. Não faremos como o Fernando Henrique Cardoso: comprar votos para haver mais uma reeleição. O Lula não fez isso. Trabalhou para sua sucessora, a Dilma. Já o Fernando Henrique trabalhou para si mesmo e comprou voto para reeleição, que não podia. Lembrem-se disso!

O Deputado diz que o PT está querendo eternizar-se, mas não é assim. O partido está disputando a eleição. Isso não é justo? Depois de seu mandato, acredito que a Dilma merece vir de novo. Se seu governo estiver indo bem e ela tiver um sucessor, respeitando o PMDB, que é nosso coligado em nível nacional, assim como o PSB e o PDT, vamos continuar tentando construir o Brasil, dividindo renda e melhorando mais com o nosso programa. Isso é da política e precisa ser feito respeitando as regras institucionais. Não queremos nos eternizar no poder, mas, sim, em um regime democrático, fazer com que a hegemonia de um programa socialista permaneça. Repito que queremos isso a partir do processo democrático, pois o PT joga com essas regras. E o povo tem respaldado esse nosso programa, que tem avançado muito.

Negar que o Brasil mudou depois do Presidente Lula é negar o óbvio, é dar murro em ponta de faca. É por isso que a Oposição está perdida, porque, quando faz as críticas ao governo, pelos avanços que ocorreram, o povo vislumbra que ela quer voltar ao passado, e não há como o PSDB retornar ao que era muito pior.

Se compararmos à época do neoliberalismo de Fernando Henrique, vemos que esse projeto faliu. E, ao vermos esse projeto sendo implementado na Europa, vemos a falência dele. O projeto que o PSDB representou com a direita no Brasil, chamado projeto neoliberal, é o projeto que está falindo o mundo. A Europa está em crise; é o projeto neoliberal que está em crise; é o modelo político socioeconômico europeu que está em crise. A receita que está sendo colocada lá é a receita do Fundo Monetário Internacional, do Mercado Comum Europeu, do processo da Alemanha conservadora, da Merkel, é portanto a “troika” que está levando a Europa ao aguçamento da crise, que levou os países árabes a se rebelarem, porque o nível de desemprego para a juventude era altíssimo. Esse modelo de capitalismo neoliberal está em crise no mundo. O PSDB está arraigado a ele e não faz uma crítica desse processo, então não tem o que oferecer ao Brasil. Vai oferecer ao Brasil o modelo europeu em crise, o modelo norte-americano em crise?

O PT está com o PMDB, com seus aliados, como o PDT e o PSB, nacionalmente, porque aqui em Minas esses partidos estão debaixo das asas de Aécio Neves e do neoliberalismo. Em nível nacional, eles se aliaram a esse modelo do PT, que está oferecendo ao mundo uma nova visão de governar, um novo modelo econômico. Não só o Brasil está fazendo isso, mas a América Latina. Nós estamos servindo de exemplo para modificar esse receituário conservador neoliberal da “troika”, que hoje assola e leva miserabilidade à Europa.

Um continente tão rico como aquele hoje passa apertos impressionantes por modelos e receitas equivocados do neoliberalismo e de recessão econômica e de receitas impostas ao povo, que, em greve, reage e busca manter direitos adquiridos.

A Presidenta Dilma está sendo ovacionada na Europa. As pessoas querem saber o que está acontecendo na América Latina. “Deemos uma luz e outro modelo econômico que não seja essa peste neoliberal, que, durante tantos anos, levou miserabilidade ao povo e agora assola a Europa.” Hoje a Presidenta Dilma está exportando esse modelo, que não é genuinamente brasileiro. Faz parte dele a América Latina como um todo, que hoje se unifica em um determinado modelo.

Então, Deputado Doutor Wilson Batista, não posso realmente concordar com a análise de V. Exa., embora a respeite. Faz parte, evidentemente, dos 5% que se opõem ao Presidente Lula, que precisam ser respeitados, que acham que o governo Lula foi e que o governo Dilma está sendo péssimo. Existe e, em geral, faz parte da elite dominante brasileira, dos mais ricos, dos que têm preconceito contra o Presidente Lula. Em geral têm preconceito contra pobre. Sentem preconceito ao verem pobre no aeroporto pegando avião: “Que pobreza é essa aqui? Antigamente eu pagava mais caro, mas andava, sozinho, de avião, tinha conforto. Hoje está essa pobreza no aeroporto me amolando, tem fila para fazer 'check-in’”. E com isso o rico fica incomodado, assim como a classe média conservadora. “Tem carro demais na rua. Pobre agora pode pegar qualquer carro!” Um jornalista da Globo foi punido no Sul por falar que, agora, qualquer um pode ter carteira, que não tem nem curso universitário e já pode sair dirigindo. É preconceito contra os pobres. De fato as coisas mudaram. Hoje o Brasil e as pessoas convivem com o que a produção da riqueza faz, e é justo que seja assim.

Fico satisfeito quando vou a praias do Nordeste, Deputado Doutor Wilson Batista, e vejo negros e nordestinos. Eles invadiram as praias, que são deles. Beleza, acho ótimo. Há pessoas que se incomodam com isso: “Nossa Senhora, o que estão fazendo aqui?”. Acham estranho esse novo mundo, mas é o novo mundo. Estamos construindo isso. É preciso que a Europa construa isso que se chama divisão de renda. O Brasil começou a dividir renda. Se existem pessoas que não gostam disso, não gostarão mais ainda, porque vamos dividir mais renda. Precisamos dividir renda, isso é fundamental. Sem dividir renda, o mundo não anda. Concentrar riqueza na mão de poucos não dá certo. O Brasil dividiu pouca renda ainda. Aqueles que acham ruim a renda que o Lula distribuir e que a Dilma está distribuindo não viram nada. Vamos distribuir mais renda, Deputada Maria Tereza Lara, pois mais renda precisa ser distribuída.

Precisamos, como diz a Dilma, de um país mais de classe média e vemos aquela disparidade: a pobreza com nada e os ricos com tudo. Pobre não entra na universidade, pobre não viaja, pobre não passeia, pobre não tem emprego. Essa época no Brasil está mudando. Estamos fazendo história. Então, tenho realmente essa diferença, mas respeito também aqueles que pensam diferentemente e defendem o modelo antigo no Brasil. Recomendaria à oposição ao governo da Dilma, ao PT e ao Lula que tente - e o próprio PSDB está falando isso - reciclar o discurso. Enquanto a oposição ficar arraigada ao passado, enquanto a Oposição for viúva do Fernando Henrique, não conseguirá se impor no Brasil e ter força. Cada vez mais definhará.

Para dar um exemplo, retorno a falar do Senador que quebrou Minas. O Senador que quebrou Minas vai defender os acionistas da Cemig, em especial a Andrade Gutierrez, e se esquecerá de que precisamos reduzir a conta de luz para o custo Brasil diminuir e para o Brasil se desenvolver e dividir mais renda. Dessa forma, o Senador Aécio Neves, para ser candidato, assemelha-se aos mais ricos, ao seu partido, o PSDB, aos banqueiros e à base real do PSDB, os mais ricos, e se distancia do povo.

É isso o que tem acontecido. Então, o PT não quer eternizar-se no poder por nenhuma via que não seja a democrática. Eternizar no poder não; queremos disputar as eleições no sistema democrático, com programa de governo e sem baixarias nas disputas. O que o Serra faz em campanha eleitoral não é campanha, mas baixaria pura. Achamos que devemos discutir, durante as eleições, os programas de governo. Não devemos desviar o assunto. Como não têm programa para se opor, como o seu programa não tem público, hoje os partidos conservadores atuam por meio dos donos das grandes empresas de mídia no País. São elas que fazem oposição à Dilma e ao PT. Falam em liberdade de imprensa, mas, na verdade, querem liberdade de empresa. São meia dúzia de famílias que mandam na imprensa e na mídia nacional. Estão ali também para defender os interesses dos mais ricos, que combatem, de forma incessante, o projeto para distribuir renda no Brasil, o projeto democrático popular. Procuram sempre colocar pedras no caminho e, por meio de propagandas, falar mal, desviar o assunto e sujar a imagem do Partido dos Trabalhadores, do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. O Presidente Lula saiu do governo, mas continua sendo o alvo principal deles. Sempre estão tentando atingir o Presidente Lula, pois não conseguem apresentar um programa digno que convença os trabalhadores. O programa deles é ruim e do passado, e os trabalhadores e a maioria do nosso povo estão com o nosso projeto. Assim, precisam atacar a figura do Lula. Depois atacarão a Dilma. Acham que ganham eleição desse jeito. Perdem sempre. “O PT quer eternizar-se.” Não, disputamos eleições como o Serra e o Alckmin disputaram.

Enfim, disputamos eleições. Agora preparamo-nos para disputar as eleições em Minas. Não vou falar sobre isso, que é um capítulo à parte. Minas Gerais está na contramão do Brasil; Minas Gerais está perdendo a chance de ter um crescimento sustentável. O governo do PSDB não dá sustentabilidade ao Estado, mas esse é outro assunto.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Cumprimento o Deputado Rogério Correia, nosso Líder, e também o Deputado Inácio Franco, que preside esta reunião. Estava pensando a questão da educação no Brasil. Ontem estive em São Paulo com uma comitiva desta Casa, em parceria com o governo federal da Dilma e a CNI, com o Sesi e com o Senac.

A atividade Olimpíadas da Educação reuniu 680 jovens do País inteiro que estão estudando pelo Pronatec. O Dr. Robson Andrade, Presidente da CNI, que foi Presidente da Fiemg, fez um discurso. Ele não é ligado ao PT, mas é uma pessoa séria, que tem trabalhado pelo Brasil, principalmente em defesa da indústria, e elogiou muito a Presidenta Dilma nessa parceria. Já são mais de 2 milhões de



jovens no País fazendo curso técnico, grande parte dos quais por meio de convênio firmado entre o governo federal e o sistema das indústrias do País, a CNI, o Senac e o Sesi, para propiciar a esses jovens o direito à profissionalização. Imagine quantos jovens.

Em 1999, quando entrei nesta Casa pela primeira vez, o então Presidente Fernando Henrique havia acabado com os cursos técnicos no País inteiro, por meio de legislação federal. Recebia filas de jovens pleiteando bolsas de estudo, uma vez que não tinham como fazer curso técnico, muito menos curso superior, porque não havia bolsas suficientes nem escolas federais suficientes.

Agora, invertendo essa lógica, a Presidenta Dilma está atenta, sensível à questão da educação, tanto que inicialmente propôs que os recursos do pré-sal fossem direcionados só para a educação. Logicamente, ela não conseguiu o apoio para isso em toda a Câmara Federal, nem entre os Governadores, mas foi uma indicação dela, foi uma defesa dela, preocupadíssima com a educação.

Daqui a uns 10 ou 20 anos, assistiremos à inversão da lógica dos cursos técnicos no Brasil. Deputado Rogério Correia, recentemente li uma estatística de acordo com a qual apenas 11% dos brasileiros fazem curso superior. O índice é baixíssimo. Graças ao Prouni, milhares de jovens de classes populares que nunca chegariam à universidade, principalmente em cursos como Medicina e Engenharia, que são muito caros, hoje têm essa oportunidade.

Voltando à questão do Pronatec, o Dr. Robson elogiou muito a Presidenta, e a própria Presidenta também elogiou muito a CNI nessa parceria, pensando no País, no bem comum, superando qualquer divergência política ou partidária. O Deputado Bosco, Presidente da Comissão de Educação, integrou a comitiva da Assembleia, acolhida com muito carinho pelo Dr. Olavo, Presidente da Fiemg. Todas as autoridades presentes reconheceram a importância desse investimento no Pronatec.

Não é verdade quando se diz que a Presidenta Dilma não valoriza, que não investe em educação. Isso não é verdade, de forma alguma. Com todo o respeito ao Deputado Doutor Wilson Batista, que fez um aparte, pessoa que tem desenvolvido um trabalho sério, sobretudo em defesa dos deficientes. Ele fala em política de oposição só por fazer oposição, porque o que ele disse aqui não são fatos.

Gostaria de deixar registrado, Deputado Rogério Correia, que, como V. Exa. já falou sobre o Bolsa Família, como conheço bem em Betim, todos os Municípios, independentemente da coloração partidária, todos os Municípios que quiseram fizeram esse convênio com o governo federal, propiciando, como V. Exa. afirmou, que 40 milhões de brasileiros saíssem da miséria. É lógico que queremos muito mais. É lógico que o País precisa que 100% dos jovens estejam nos cursos técnicos, que 100% dos que desejam possam fazer universidade, o Prouni continua.

Além disso, a Presidenta Dilma está investindo em creches, porque pensa nas mães trabalhadoras e nas crianças que necessitam de assistência e de educação de qualidade. Isso também é tirar as famílias da miséria. Inúmeras creches estão sendo construídas; a Presidenta assumiu a construção de 6 mil até o final do seu mandato, porque isso significa que as mães podem ir para o mercado de trabalho e estudar. Muitas mães estão estudando, porque os filhos podem ficar em creches. Esse é um compromisso da Nação. Como disse, queremos muito mais. Por isso é importante que esse projeto tenha continuidade. Não podemos desconhecer o que está sendo feito, que precisa ser ampliado mais e mais.

Também foram construídos câmpus da Universidade Federal no Norte de Minas, como disse o Deputado Paulo Guedes. Estão sendo construídos institutos federais em Betim e Contagem, entre outras cidades. São fatos. Contra a realidade, contra números, contra fatos, Deputado Rogério Correia, não há argumentos. São fatos reais, que podem ser comprovados.

Cumprimento V. Exa. por seu pronunciamento. Não podemos aceitar que esses dados sejam manipulados ou desconhecidos por esta Casa. Continuaremos juntos nessa luta, apoiando aquilo que é do governo federal e bom para o Estado de Minas Gerais. Mesmo sendo da oposição, a nossa bancada vai votar favoravelmente ao empréstimo para o metrô, porque queremos o bem do povo. O compromisso da nossa Presidenta é liberar investimentos para um transporte público de qualidade, como é o caso do metrô. Essa é uma necessidade urgentíssima, e terá o nosso apoio tudo que é de iniciativa do governo federal. Nesse caso, os recursos vêm da Caixa Econômica Federal, vêm de propostas do PAC, enfim, é um compromisso da Presidenta Dilma com a mobilidade urbana.

Existe agora uma proposta para investimento em trens de cargas. Isso está sendo discutido. Não queremos que eles fiquem somente em Belo Horizonte, mas que possam ir até o Porto Seco, em Betim, porque as empresas de lá - Petrobras, Fiat, Teksida - fazem transportes por meio do Porto Seco. Os trens de cargas devem ir até lá. Essa também é a nossa luta. A Prefeita Maria do Carmo, mesmo não sendo reeleita, continua a manter seu compromisso com a cidade. Devemos pensar na população. Ela encaminhou um ofício ao governo federal, para o trem de carga chegar até Betim.

Era o que gostaria de registrar, Deputado Rogério Correia. Obrigada.

O Deputado Rogério Correia* - Deputada Maria Tereza Lara, quanto ao projeto do Pronatec, estou sugerindo a esta Casa - como V. Exa. disse, todos os Deputados desta Casa são favoráveis ao projeto - que seja realizado um seminário para discutir o Pronatec em Minas, ou seja, para discutir como está sua implementação. Enfrentamos algumas dificuldades, como a falta de preparação para acolher um projeto dessa dimensão. O Senai e a Secretaria de Trabalho estiveram conosco na época. Como houve dificuldade de colocar alunos no Senai, solicitaram que verificássemos, em diversos Municípios, se as prefeituras poderiam fazer convênios. Ainda não estávamos preparados para o número de vagas destinadas aos jovens de Minas. Não estou dizendo que faltam jovens querendo acesso ao ensino tecnológico, mas que o Estado não estava preparado para receber o Pronatec. Esse projeto tem números, dimensões extraordinárias; é do tamanho do Brasil.

V. Exa. disse bem. A Presidenta está reservando para esse projeto, até 2014, cerca de 8 milhões de vagas para cursos menores, como Senai e Senac, como também para cursos de maior habilitação, com mais horas de estudo, como os de formação no ensino médio. São 8 milhões de vagas, somando todas as possibilidades de aprendizagem do ensino tecnológico. Esse projeto, além de qualificar o estudante, do ponto de vista de geração de emprego, qualifica mão de obra para o desenvolvimento do País. Ou seja, atua conjuntamente com o Programa de Aceleração do Crescimento, pois vamos precisar de mão de obra qualificada. Muitas vezes o empresariado diz que não há jovens ou população qualificada para sustentar o crescimento do Brasil, do ponto de vista tecnológico. De fato, falta formação da nossa juventude para esse novo período de desenvolvimento e qualificação de mão de obra. O Pronatec é um projeto que se encaixa no novo modelo que estamos construindo no Brasil. Por isso é fundamental.

A minha ideia é fazermos um grande seminário - estou tentando entrar em contato com o Ministro Mercadante - sobre o Pronatec.



A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Excelente ideia, Deputado.

O Deputado Rogério Correia* - De forma a levantar as prioridades, os Municípios, os principais profissionais, os técnicos agrícolas e industriais, o número de pessoas que precisamos formar nas diversas áreas, como turismo e mineração, aqueles de que o Estado precisa, enfim, levantar o tipo de juventude, de mão de obra de que precisamos. Esse levantamento precisa ser feito. É necessário desenvolver o Pronatec, conforme as necessidades de crescimento do Estado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado, acho essa uma excelente ideia e tem todo o nosso apoio. Estava conosco em São Paulo o Deputado Celinho do Sinttrocel, que aqui está. Fomos bem acolhidos. Foi uma experiência muito interessante. Outros colegas também estiveram conosco, como os Deputados Tiago Ulisses, Neilando Pimenta, Carlin Moura e Bosco, o que comprovou a grandeza do projeto. Deputado, você, que é o nosso Líder, pode contar conosco para discutirmos a ideia com a Mesa da Casa. Isso vai ajudar Minas Gerais a se preparar e envolver todos os órgãos, a fim de aproveitarmos o máximo desse projeto. É disso que precisamos e é o que desejamos. Obrigada.

O Deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Solicito ao Deputado Bonifácio Mourão, nosso Líder do Governo, que nos ajude. Deputado, a ideia é realizar, no próximo semestre, um grande seminário nesta Casa, com os governos federal e estadual, sobre os rumos do ensino tecnológico em Minas e no Brasil. A ideia é fazer algo que unifique os interesses evidentes dos governos federal e estadual e dos partidos políticos para termos mão de obra qualificada.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, vejo que, para a votação do projeto, não há quórum. Pediria a V. Exa. que fizesse a recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Rômulo Viegas) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 27 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação aos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, havendo quórum, quero terminar a discussão orientando o voto favorável ao Projeto de Lei nº 771/2011, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao Município de Carmópolis de Minas o domínio do trecho da Rodovia MG-270, situado nesse Município, compreendido entre o acesso ao povoado Bom Jardim das Pedras e a ponte sobre o Córrego Lava-Pés. Agradeço ao Presidente dizendo que vamos votar favoravelmente ao projeto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos e cidadãs de Minas Gerais que acompanham esta reunião extraordinária da Assembleia Legislativa, solicitamos este tempo para discutirmos o Projeto de Lei nº 771/2011, do Deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre a transferência de domínio do Estado para o Município de Carmópolis de Minas de trecho da Rodovia MG-270. Muitas vezes temos acompanhado situações como essa para a qual o Deputado Ivair Nogueira, atento, solicita adequação. Muitas vezes estradas e rodovias estaduais e federais passam dentro das cidades. O exemplo mais claro e clássico que temos é o do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, que há muito tempo deixou de ser uma interseção de rodovias, das BR-040, BR-262 e BR-381, e praticamente se tornou uma avenida dentro de Belo Horizonte. Com uma diferença: é uma avenida de alta velocidade, por onde circulam cargas, o que nunca deveria ocorrer num trecho urbano. Mas o governo federal vem impondo aos belo-horizontinos, impondo à RMBH, impondo aos mineiros e aos brasileiros que saem do Sul do Brasil em direção ao Norte e ao Nordeste esse Anel Rodoviário que coloca em risco a vida das pessoas. Nós mesmos, várias vezes, já falamos a respeito da situação, desta tribuna, e parece, Deputado Inácio Franco, que esse também é o problema existente em Carmópolis. São rodovias que passam dentro da cidade. É totalmente incompatível o tráfego de rodovias com o tráfego urbano, eles não combinam.

Eu, a Deputada Maria Tereza Lara e os membros da Comissão de Segurança Pública estivemos praticamente em todo o Estado de Minas Gerais, discutindo, num ciclo de debates, o Siga Vivo, a violência nas estradas mineiras. Chamou-nos a atenção, Deputados Rômulo Viegas e Gilberto Abramo, o caso de Governador Valadares. Noventa por cento dos acidentes na BR-116 ocorrem em seu trecho urbano. Senti até uma certa ira ao pensar onde estão o DNIT, a Polícia Rodoviária Federal, a Prefeitura de Governador Valadares para tomarem uma providência em relação às mortes, aos acidentes que ocorrem no trecho urbano daquela BR. É o que todos nós vivenciamos em Belo Horizonte. Oriente meus filhos que dirigem dizendo-lhes que não entrem no Anel Rodoviário, pois não é uma via segura. E esse verdadeiro açougue é imposto aos belo-horizontinos e à população mineira.

Continuarei a falar sobre essa questão, pois temos na RMBH um legado de 20 anos de PT na Prefeitura da Capital. Falarei sobre esse legado que o PT deixou: ausência de obras, ausência de planejamento etc. Antes de falar sobre isso, devo ouvir esse grande Líder, Deputado Rômulo Viegas, engenheiro, professor da Universidade Federal de São João del-Rei. Ele é odiado por todos os alunos da Engenharia porque é professor de Cálculo. Ele trará uma grande contribuição a essa discussão que travamos. Com a palavra, o Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado João Leite, meu padrinho na fé, meu irmão no Evangelho. Nesta oportunidade de apartear-lo, farei algumas reflexões extremamente importantes. É natural que o processo democrático tenha os parlamentares que apoiam determinado governo e outros contrários a esse governo, e isso é de livre iniciativa, é de livre arbítrio, e o parlamentar tem o direito de externar suas opiniões e ser respeitado - claro que dentro da ética e do respeito ao próximo - por seus colegas.

Mas temos uma observação a fazer, Presidente Inácio Franco, em relação aos parlamentares da Oposição ao nosso governo e que são situação em relação ao governo federal - ao contrário, nós, aqui, apoiamos o governo de Minas e somos oposição ao governo federal. Há uma diferença entre os nossos discursos. Primeiro, em momento nenhum, ofendemos a honra de ninguém; não questionamos a vida pessoal de ninguém e não usamos da tribuna certos adjetivos para desqualificar homens públicos da situação ou



da oposição. Simultaneamente, acho que o Brasil e, de certo modo, a humanidade evoluem a partir do momento em que, ao buscarmos avanços tecnológicos, ao buscarmos a ciência, também preservamos a sua memória, a sua história; cultuamos o que os antepassados deixaram. Lamentavelmente, quando vemos alguns parlamentares da Oposição fazerem pronunciamentos aqui, temos a impressão, Deputado João Leite, de que o Brasil só começou a existir a partir do governo Lula, a partir de 2003. Tudo antes foi desconstruído.

O Deputado João Leite* - Conseguiram hoje desconstruir Juscelino. Disseram que a BR-381 foi maldita por ele. Imaginem! Conseguiram desconstruir até Juscelino, o homem que ligou o País. Eles conseguiram falar mal de Juscelino Kubitschek aqui, hoje.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - É lamentável, porque, como eu disse, a humanidade, para avançar, tem de preservar a sua memória, tem de valorizar o que foi feito no passado. Quantas coisas boas foram feitas pelos nossos antepassados! Quantas coisas vieram do Renascimento! Quantas coisas evoluíram na Idade Média! Vejam a nossa ciência: hoje pessoas com problema de depressão são tratadas com remédios de qualidade, antidepressivos de ponta e, antigamente, eram internadas, tinham de fazer tratamento de choque.

Entendo que qualquer homem público bem-intencionado sempre dá uma grande contribuição para a cidade, para o governo ou para a Nação. Não podemos esquecer, em hipótese nenhuma, o que o governo do PSDB fez para o Brasil - o governo Fernando Henrique. Tudo bem que se alia ao Itamar Franco. O Lula não fala que a Dilma era a mãe do PAC? Ele era o Presidente da República, a atual Presidente Dilma era Ministra da Casa Civil, e o Presidente falou que a Dilma era a mãe do PAC. Então, o pai do Plano Real é o Fernando Henrique, porque o Presidente era o Itamar, mas o Ministro da Economia era o Fernando Henrique. Estão entendendo como é preciso comparar os discursos, para não sairmos desafinando, não perdermos a harmonia, a sensibilidade da legalidade?

Fico realmente impressionado, sobretudo ao voltarmos no tempo, pensando na era da ditadura, dos problemas que enfrentamos. Éramos estudantes na época; participamos daquele processo novos ainda. Quantos parlamentares aqui enfrentaram aquela situação, de maneira até mais perigosa, no que diz respeito à vida deles? Mas ali também houve construção, houve avanços. Vieram os outros Presidentes e todos eles... O ex-Presidente Collor abriu o mercado brasileiro. Só tem defeitos? O Presidente Sarney só tem defeitos? Ninguém mais fez nada neste Brasil? E Fernando Henrique, ao implantar o Plano Real, mudou o quadro inflacionário. E vale um alerta: o dragão da inflação já está dando suas baforadas por aí. A dona de casa já começa a sentir o peso dos gêneros de que ela necessita no dia a dia. E aí surge uma nova nação. O Brasil nasce ali. Foi regada uma terra com muita competência, para que outro Presidente, que foi o Lula, pudesse começar a colher.

João Leite, não dá para construir um prédio de 15 andares sem um alicerce benfeito, com competência, com uma boa engenharia estrutural. Se esse prédio não for bem edificado, vai cair. Vejo, por exemplo, nesse salão vigas invertidas que não aparecem. O calculista foi inteligente para não perder a arquitetura. Fernando Henrique deu os primeiros passos; o governo do PSDB criou os primeiros programas sociais, como o Vale-Gás e o Bolsa-Escola, e avançou com a saudosa participação da primeira-dama Ruth Cardoso. As coisas avançaram. Naquele época realmente havia problemas, tínhamos que recorrer ao FMI. Agora, porém, isso virou pecado mortal. Na mesma época em que Fernando Henrique e Eduardo Azeredo firmaram a dívida de Minas, todos os outros Estados também o fizeram. Quando caímos na realidade, matematicamente, fica difícil entender algumas coisas. Por exemplo, tomo um dinheiro emprestado com o Presidente Inácio Franco para comprar um bem, e ele o hipoteca com 15% de taxas de juros ao mês. Depois, ele me chama para uma reunião e fala: "Deputado Viegas, o senhor continua pagando essa dívida de 15%, mas, simultaneamente, vou emprestar-lhe outro dinheiro a juros de 8%". Pergunto se não seria melhor, em vez de me emprestar mais dinheiro, abater os juros da primeira dívida. Nessa matemática simples, o que o governo federal está fazendo é isto: abriu o cofre com juros baixos, mas não abriu mão dos juros da dívida pública, que são altíssimos. Dizem que quem fez isso foi o Fernando Henrique, foi o Eduardo Azeredo, então temos que mandar matar, temos que mandar prender. Vamos criar um fórum para falar disso o dia inteiro. Ótimo, mas não vamos resolver o problema?

O que observo como ex-Prefeito e, agora, vivendo no Parlamento e vendo a situação dos Estados brasileiros é que o atual governo tem realmente uma visão estatizante. Eu, particularmente, sou contrário a isso. Para mim, o Estado tem que ser um ente mediador. Esse é um debate riquíssimo, que podemos fazer, mas o Estado tem que ser mediador. Hoje o que está se implantando no Brasil é um Estado totalitário. Só o governo federal tem dinheiro; os Municípios e Estados têm que ir ao governo federal pedir dinheiro. O dinheiro que é arrecadado com a tributação fica nas mãos do governo federal, e o governo federal está colocando a maioria dos partidos políticos subservientes a esse sistema totalitário que se está implantando no Brasil. É o Banco do Brasil poderoso; é o BNDES poderoso; é a Caixa Econômica poderosa; e poderoso é o Prefeito que é da base do governo.

Temos que ter cautela com o nosso Estado, porque o Senador Aécio Neves é o provável candidato da Oposição à Presidência da República, então Minas Gerais tem que aguardar. Várias vezes ouvimos, neste Parlamento, as notícias dos investimentos em Minas. De repente, vimos no "Hoje em Dia" que não há nada projetado no DNIT. Então, quando se fala de estradas, querem diminuir até o maior programa feito em Minas Gerais pelo PSDB, que é o Processo. Não conseguem enxergar que o Processo é o maior programa de pavimentação asfáltica feito no Brasil?

Dizem: "Minas Gerais quebrou, Minas Gerais quebrou". Que coisa triste, quebraram Minas Gerais. E aí não há solução. Vamos criar um fórum para ficar falando que Minas Gerais quebrou.

O Deputado João Leite* - A ideia é repetir o bordão mil vezes. Vimos isso no nazismo, isso é próprio do nazismo.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Vamos fazer um fórum, Deputado Dilzon Melo, para ficar falando que Minas Gerais quebrou. Quando se pensa em redução de imposto, de tarifas, isso agrada todo o mundo, é um espetáculo. Dizem: "Vamos abaixar o imposto da linha branca, vamos abaixar o IPI". Tomam uma medida e arrebentam o FPM das Prefeituras. Agora vem essa discussão das tarifas de energia elétrica: vamos abaixar. O governo federal vai abaixar as tarifas dele? Vai abaixar? Essa é uma discussão interessante. São 13 impostos na conta. Na conta da Cemig não tem só ICMS, não, tem impostos federais também. Então, fico realmente impressionado. Quero ver a discussão avançar com resultados. O governo federal está fazendo coisa boa? Está. Vamos ser sinceros. A Presidenta Dilma está fazendo coisas boas, sim. Temos de saber valorizar o que está sendo feito de bom e criticar aquilo que, no nosso entendimento, está errado. Será que o governo de Minas só faz coisa errada? O Senador Aécio Neves foi conduzido e



reconduzido ao governo, então o povo mineiro está errado. Aqui, conforme o posicionamento da Oposição, o Ministério Público está errado, o Judiciário está errado, a imprensa está errada, o povo está errado, está tudo errado. Mas o Senador Aécio Neves foi reconduzido duas vezes, com votação expressiva em primeiro turno. Então, o povo está errado. O Governador Anastasia foi eleito no primeiro turno, também está errado.

Eu nunca viria a esta tribuna para fazer críticas pessoais ao Lula ou à Presidenta Dilma, em hipótese alguma. A nossa discussão tem de estar focada naquilo que entendemos. Há Deputados na Casa que acham que o sistema deveria ser estatizante mesmo, que o Estado tem de controlar tudo. Essa é a opinião deles, e sou contrário a ela. Eu penso que o Estado tem de ser mediador. Na hora de decidir, o povo decide nas urnas. Se daqui a alguns anos o povo entender que a Presidenta Dilma tem de ser reeleita, ela será reeleita. E vamos bater palmas para isso, o que vamos fazer? Mas não podemos continuar uma discussão sem avançarmos no resultado.

Particpei de não sei quantas audiências públicas sobre a dívida de Minas. Fomos a Brasília conversar, visitamos o Presidente Marco Maia, fomos a vários gabinetes. Mas a matemática continua oscilando. Pela dívida dos Estados, o valor dos juros é altíssimo, e não abrem mão dele. Mas agora emprestam dinheiro com juros mais baixos. É uma coisa que nem a aritmética pequena consegue entender. Dizem que quem fez a dívida foi Eduardo Azeredo, foi Fernando Henrique. Mandam prender, mandam punir e pronto. Faz o que tem de ser feito, mas vamos resolver. Não dá para Estados e Municípios ficarem assim. Vejam bem os Prefeitos que estão deixando o cargo agora, Deputado João Leite: 80% deles vão desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF - porque a conta não vai fechar. O FPM de outubro despencou. Liguem para uma Prefeitura do Estado do Rio, ou de São Paulo, ou para o Maranhão, ou para Minas Gerais, que verão. Pintam aqui um quadro como se fosse a panaceia dos mares, e o vilão da história é o PSDB. O PSDB só fez coisa errada, é impressionante.

Agradeço o aparte dado por V. Exa. Temos orgulho de sermos tucanos, de sermos do PSDB, porque contribuimos, sim, e vamos continuar contribuindo para o desenvolvimento do País e do Estado. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Muito obrigado, sabia que V. Exa. traria brilho a essa manifestação que estamos fazendo. Imagine, Deputado Rômulo Viegas, que o trecho dessa rodovia já tem até o nome de Avenida Nossa Senhora de Fátima, em Carmópolis. Lembro-me da situação de Lagoa Dourada, quando tentamos fazer essa transferência da rodovia. Achávamos que era estadual o trecho que liga a BR-040 a São João del-Rei. Tentamos, então, com a legislação, transferir esse trecho para o Município de Lagoa Dourada. Só que se tratava de rodovia federal que passa dentro da cidade.

Temos também caso semelhante em Belo Horizonte, com o anel rodoviário, uma situação indesejada e indesejável. O prometido Rodoanel Norte, que iria de Ravena a Betim, não saiu do papel. Neste governo do PT, desde 2003, nada saiu do papel para Belo Horizonte, para a Região Metropolitana, para Minas Gerais.

Hoje à tarde estou inscrito e quero falar do legado de 20 anos do PT em Belo Horizonte. O legado é este que estamos vendo aí. Tive o cuidado de fazer um levantamento das obras que não foram realizadas ou as que foram realizadas e não surtiram nenhum efeito. Na Lagoa da Pampulha, por exemplo, foram gastos R\$400.000.000,00 com a empresa Andrade Gutierrez. Na primeira chuva, ela vai transbordar, trará um problema sério. São 20 anos. É o legado do PT em Belo Horizonte. É isso o que o PT nos deixou para Belo Horizonte, para a Região Metropolitana. Fiz um levantamento e hoje à tarde trarei esse legado.

Quero referir-me agora ao legado do PSDB do Fernando Henrique Cardoso. Foram duplicados 600km da BR-381 Sul, de Belo Horizonte a São Paulo. Foram 600km. Fala-se tão mal de Fernando Henrique Cardoso aqui desta tribuna, mas ele fez essa duplicação. Lembro-me dos Deputados do PT do Vale do Aço, que tinham um “slogan”: “SOS 381. Duplicação já!”. Diziam que exigiam a duplicação imediatamente. Passávamos na BR-381, na altura de Antônio Dias, que tem uma ponte sobre o Rio Piracicaba, em que o trem da Vale passa por cima, parece um túnel. Ali estava pichado: “Duplicação já!”. Desde 2003 está apagado. Queriam que Fernando Henrique Cardoso fizesse imediatamente 600km para São Paulo e os outros 306km até Governador Valadares. Não deu tempo. Entrou o Lula e acabou aquela manifestação de duplicação já, silenciaram, acabaram com a exigência. E eles gostam de dizer que o Fernando Henrique Cardoso não fez nada.

Vamos a mais um legado de Fernando Henrique Cardoso para Belo Horizonte e para a Região Metropolitana. No seu governo foram inauguradas nove estações do metrô em Belo Horizonte; nos governos Lula e Dilma, zero, nada. Não há nada feito, um metro de metrô sequer feito em Belo Horizonte. Fernando Henrique Cardoso inaugurou nove estações.

Temos ainda o programa de saneamento, Prosam, na Região Metropolitana. Os Córregos Sarandi e Ressaca foram urbanizados por Fernando Henrique Cardoso no governo Eduardo Azeredo. Foram retiradas as famílias para que pudéssemos ter essas avenidas que foram feitas com a permanência dos córregos desses rios dentro de suas próprias calhas.

Falemos do ramal Calafate-Barreiro do metrô. As famílias foram desapropriadas, o ramal e a calha foram todos feitos para a colocação dos trilhos nesse trecho. Faça uma visita lá, Deputado Rômulo Viegas.

No trecho Calafate-Barreiro, as estações feitas por Fernando Henrique Cardoso estão abandonadas, são hoje esconderijo de criminosos. As famílias retiradas estão voltando para o leito feito para a colocação dos trilhos e ocupando novamente aquelas áreas. Esse é o legado de 20 anos do PT em Belo Horizonte, essa é a história.

Hoje à tarde, trarei a lista de todas as obras que não foram feitas pelo Partido dos Trabalhadores em Belo Horizonte. São 20 anos de abandono. Uma das únicas obras feitas, o Prefeito Marcio Lacerda precisou derrubar: a trincheira da Santa Rosa na Pampulha. Para passar o BRT, precisaram tirar aquela monstruosidade que não levava a nada e a lugar nenhum. Lembro-me da propaganda falsa, mentirosa de que alguém poderia pegar um táxi, atravessar a trincheira da Santa Rosa e ir até o Aeroporto da Pampulha. É impossível acontecer isso; não existe ligação da Antônio Carlos com a Avenida Santa Rosa até o Aeroporto da Pampulha. Foi uma obra inútil. Esse é um legado do PT a Belo Horizonte. Repito que trarei a lista aqui para deixar afixada na tribuna: o legado de 20 anos do PT em Belo Horizonte.

Trarei também a real situação da ausência de projetos para enfrentarmos as chuvas. Quero trazer aqui o que o PT fez em Belo Horizonte ao impermeabilizar a cidade, asfaltar e cimentar tudo, possibilitando que os fundos de vale recebessem, com toda velocidade, as águas. Vimos um vídeo que saiu na internet mostrando o Rio Arrudas e uma onda vindo. Muitas pessoas da roça vivem

aqui, como o Deputado Arlen Santiago, e conhecem isso: se chover na cabeceira, devemos nos cuidar lá embaixo, pois virá uma onda muito forte. A chuva foi na cabeceira do Arrudas, em Contagem. Se a água começar com velocidade nesse Município, Belo Horizonte sofrerá. Se Belo Horizonte foi impermeabilizada, Santa Luzia e Sabará sofrerão com as enchentes, pois não há retenção de água. Deus fez o rio sinuoso para tirar a velocidade das águas, não é, Deputado Gilberto Abramo? Mas o homem colocou o rio reto, aumentando-se a velocidade das suas águas. E essa água que veio de Contagem fez um grande estrago em Belo Horizonte.

Quero trazer aqui a lista do legado de 20 anos do PT em Belo Horizonte, pois, no ano passado, o Secretário de Obras de Belo Horizonte era do PT, assim como o Secretário de Políticas Sociais. Não há projetos, não há estoque de projetos. Eles não planejaram, não projetaram, não pensaram a cidade. E alguns vêm aqui dizer que a Linha Verde do Aécio trouxe inundações para a nossa cidade? Há quantos anos o Córrego Cachoeirinha, que passa na Avenida Bernardo Vasconcelos, foi retificado? E ele vem em linha reta e chega a um paredão: a Avenida Cristiano Machado, o Minas Shopping, a estação do metrô. Não tem para onde a água ir. Não é Linha Verde, mas incompetência de 20 anos do PT. Esse é o legado que o PT deixou para Belo Horizonte.

O PT não planejou, não fez os projetos para tratar das questões graves de Belo Horizonte. Esse é o legado do PT. Estamos no tempo de legado. Qual será o legado da Copa do Mundo? O legado do PT está aí: nem um metro de metrô, mas um anel rodoviário, uma avenida passando dentro da cidade, com cargas monumentais. Imaginem uma carga com todas as inadequações passando por uma via. Ela deveria estar sendo acompanhada. Ela saiu de Santa Catarina e foi para o Rio de Janeiro. Mas quem “pagou o pato” foi Belo Horizonte. Essa carreta parou na subida do Betânia para o Olhos d'Água e ali ficou, parando todo o trânsito de Belo Horizonte. São 10 anos de PT no governo federal e eles mantêm esse anel rodoviário passando dentro de Belo Horizonte, por onde é transportada uma carga que vai de Santa Catarina para o Rio de Janeiro.

O que o belo-horizontino tem a ver com isso? O PT acha que tem. Ele não planejou. O País se desenvolveu, o País cresceu, e hoje ouvimos aqui crítica a Juscelino Kubitschek. O PT não perdoa nem JK. Quando JK fez a 381 ligando Belo Horizonte a São Paulo e a Governador Valadares, um caminhão levava cargas de 7t. Hoje os caminhões carregam de 50t a 70t e a estrada é a mesma. E o PT conseguiu falar mal de JK aqui hoje. Por que não mudaram a estrada? Por que não mudaram o Anel Rodoviário? Por que não fizeram o metrô? Por que 700 linhas de ônibus vão ao Centro de Belo Horizonte? O Marcio Lacerda teve a coragem de fazer agora o BRT. Jaime Lerner fez o BRT em Curitiba em 1982, e agora Marcio Lacerda fez porque, em 20 anos, no legado do PT, 700 linhas de ônibus vão ao Centro de Belo Horizonte. O PT conseguiu fazer dessa cidade planejada para 100 mil habitantes um caos. Se chove, inunda. Aham que foi o Marcio Lacerda que fez isso? Será que foi culpa do Délio Malheiros, que nem assumiu ainda? É culpa do Délio? Entrega para o Murilo Valadares, entrega para o Paulo Lamac, que era o Líder do Marcio Lacerda no ano passado; entrega para o PT. Belo Horizonte inunda, o Anel Rodoviário para, não existe metrô, 700 linhas de ônibus no Centro de Belo Horizonte. O Prefeito olha para o estoque de projetos e não vê nenhum. E a culpa é de Délio Malheiros? E os Presidentes das Câmaras Municipais que por aqui passaram? Alguns estão aqui. O que foi cobrado do PT? Querem entregar para o Délio? Entreguem para o PT, para o Sr. Murilo Valadares, eternizado na Secretaria de Obras. Entrega para as políticas sociais, para o Sr. Jorge Nahas, para Paulo Moura, para os líderes que estiveram “na boquinha” o tempo todo na Câmara Municipal. São 900 cargos. O Vice-Prefeito Roberto Carvalho tinha 150 assessores em volta dele, e o Délio vai receber a ventala.

Concedo a palavra ao Vice-Prefeito eleito de Belo Horizonte que vai assumir esse legado do PT de 20 anos sem obras, 20 anos sem planejamento.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte)* - Deputado João Leite, V. Exa., como sempre, está fazendo um discurso histórico nesta Casa, mostrando o legado que deixam na Prefeitura de Belo Horizonte e apontando o dedo para os culpados pela enchente. Sobre a frase dita pelo Prefeito, que carinhosamente atribui às babás o cuidado com todos nós, ele quis dizer que precisamos cuidar melhor.

Marcaram de me entregar ontem um avental de babá. Estou disposto a recebê-lo com toda a imprensa. Ao receber carinhosamente o uniforme de babá, vou devolver a gentileza, entregando-lhes o uniforme de presidiários. Assim, eles poderão fazer uso desse uniforme. Encaminhem o uniforme a quem eles quiserem, especialmente para Brasília, especialmente para aqueles que saquearam o Banco do Brasil. Foram R\$153.000.000,00. Foram condenados pelo STF. Tragam para mim o uniforme de babá. Irei recebê-lo e devolverei uniforme de presidiários. Eles farão melhor uso desse uniforme. Mas está faltando uniforme de presidiário na praça. Talvez isso seja acompanhado de um sabonete e de uma escova de dente. Eles poderão levar a seus pares e a Brasília esse uniforme que lhes entregarei na frente da imprensa. É só marcar que eu recebo.

Mas, como disse bem o Deputado João Leite, querem colocar a culpa das enchentes em um Prefeito que delegou a eles a responsabilidade das obras. Curiosamente, Deputado João Leite, o Secretário responsável pelas obras foi rechaçado, no dia de ontem, pela Presidenta Dilma, para ocupar a Presidência da Valec. Por que será? Então, Deputado João Leite, assistimos nesta Casa a um teatro em que apontam o dedo para supostos culpados e são portadores da ética. STF é julgamento político. São portadores de uma ética que nunca tiveram e ficam, o tempo todo, chamando-nos para lutar com eles no local que mais conhecem: o esgoto. Tenha a certeza de que qualquer um que lutar com aquele que está no esgoto sairá enlameado. Não vamos entrar nessa. É uma estratégia de guerra que nunca pode ser utilizada: você lutar na terra do inimigo que conhece o terreno. Lutar nesse esgoto é um erro que não cometeremos, é um erro no qual não nos envolveremos.

Percebemos que os ataques pessoais ao Senador Aécio Neves - o segundo JK de Minas Gerais - são até questões patológicas e doentias. Não esquecem o Senador. Por quê? Querem antecipar a campanha? Portanto, Deputado João Leite, tenho escutado as coisas. Li nos jornais de hoje sobre a tal da entrega do uniforme. Quero marcar com os autores disso o horário, porque também entregarei a eles o uniforme de presidiários para que façam bom uso dessa indumentária que estão conhecendo muito bem. Nos próximos meses, certamente o Supremo recomendará o bom uso dessa indumentária nos presídios do Brasil. Tivemos uma corrupção nunca vista neste País, um assalto ao Banco do Brasil feito por pessoas que eram portadoras da bandeira da ética neste País, por pessoas que atacaram de maneira cruel homens públicos, por pessoas que achavam que eram donos de uma moral que só eles poderiam bradar contra os seus pares, aqui e em qualquer outro lugar. Portanto, Deputado João Leite, estou pronto para marcar a hora, a fim de receber o uniforme de babá, quando entregarei o uniforme de presidiário àqueles que o merecem.



O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Délio Malheiros. Quero insistir em algo que é muito importante na história de Belo Horizonte. Esta cidade tem uma história e um desafio. Quero, desta tribuna - e sei que falo em nome de muitos Deputados -, dizer que continuaremos a apoiar aqueles que têm um projeto para a cidade de Belo Horizonte, um projeto para Minas Gerais e um projeto para o Brasil. Não falo de um projeto partidário e que interesse apenas a alguns, mas de um projeto que interesse ao nosso País, interesse ao Brasil, como fez o mais querido, o Senador Aécio Neves, quando lançou o Programa Estruturador Processo. Ele não olhou qual partido governava a cidade. Ele olhou os mineiros.

Então ele levou o asfalto para 230 cidades. É assim que se faz. É assim que se faz. Agora, em qualquer levantamento que se faça no Brasil, hoje, os Estados que mais recebem dinheiro do governo federal são governados pelo PT. Os Municípios que recebem mais dinheiro do governo federal são governados pelo PT. Isso é democracia? Isso é República? Isso é Federação? Belo Horizonte, Minas Gerais, vejam os números. À tarde quero trazer o legado. Vou trazer o legado do PT aqui. Quero mostrar. Para a segurança pública, zero.

Fico vendo alguns Deputados do PT comemorando porque a segurança no Brasil vai mal. Ora, é crime organizado. É tráfico de drogas. É contrabando de armas. É crime depois da divisa, depois da fronteira. É responsabilidade federal. Ninguém tem de comemorar nada, ao contrário, temos de nos unir para lutar contra o crime. E eles estão comemorando, comemorando enchente em Belo Horizonte, comemorando crimes. Houve uma elevação de 50% nos crimes em Salvador. Vou comemorar? Semana que vem estarei em Salvador falando em um congresso. Vou comemorar com nossos irmãos baianos? Não há o que comemorar no Brasil neste momento.

Ontem alguém falou aqui no País das maravilhas. Lula é o pai. É o pai do Corinthians também. Por que a Caixa Econômica Federal liberar R\$30.000.000,00 para o Corinthians? Deputado Arlen Santiago, ontem ouvi o Presidente do Corinthians dar entrevista: "Esse dinheiro da Caixa não tem pai nem mãe. É Corinthians, mano. É Corinthians que recebeu. É o nome do Corinthians". A Caixa é de São Paulo? É do Corinthians? E os times mineiros? E os clubes mineiros? A Caixa é um banco social. A maioria de nós tem conta na Caixa, um banco do povo brasileiro. Virou um banco do PT, para dar dinheiro para o Corinthians, para dar dinheiro para não sei quem. "É Corinthians, mano. É nós na fita, mano. É Corinthians. Tem de dar o dinheiro da Caixa para o Corinthians." Isso é brincadeira.

Precisamos mesmo de um Aécio Neves, um republicano, de alguém que vê a Federação. Por isso dói, porque não queremos isso. Não vou pedir dinheiro para o clube do meu coração, onde joguei 684 jogos. Não quero que a Caixa dê dinheiro. Dá dinheiro para os pobres deste país. Trinta milhões para o Corinthians? Explique aos brasileiros. Explique aos brasileiros em Valadares, onde as casas do Minha Casa, Minha Vida estão caindo. Explique a eles. Explique. Não sou eu quem tem de explicar. Nós vamos lutar contra isso no Brasil. Nós vamos lutar.

A Caixa libera para alguns. Agora tem também loteria. Tem os donos da loteria. Os donos da loteria são do PT. Eles é que têm a concessão. Peça concessão lá, Deputado Arlen Santiago, peça a um apoiador seu a concessão da loteria da Caixa Econômica, que é a jogatina no Brasil. Agora ela está jogando também com o Corinthians. "É o Corinthians, mano". É só pra eles. "É nós na fita, mano". Só eles na fita. O resto dos brasileiros, os Municípios ficam fora. Se quiser, vai pedir mamãe Dilma e papai Lula dinheiro para os Municípios. Acabaram com a Federação.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Caro amigo Deputado João Leite, estamos ouvindo atentamente seu pronunciamento. Gostaríamos de lembrar-lhes que uma chaga está sendo criada e aumentada cada vez mais em nosso país. Essa chaga começou em Belo Horizonte. Quando Marcio Lacerda assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte e Marcelo Gouvea assumiu a Secretaria Municipal de Saúde, havia uma fila de 60 mil usuários do SUS, pessoas mais carentes que não conseguiram vender o seu patrimônio, fazer rifas em suas comunidades, fazer vaquinhas em suas famílias, mas que sentiam dor por causa de uma pedra na vesícula, que inflamava frequentemente, uma hérnia ou um mioma uterino. Assim, havia 60 mil cirurgias eletivas, mas o governo anterior, o governo do PT não cuidava disso. Felizmente, o Marcelo orientou e conseguiu complementar os hospitais e complementar um pouco a tabela médica. Com isso, foram operadas de 45 mil a 50 mil dessas pessoas que estavam na fila. Além disso, conseguiu-se que a fila não aumentasse.

Por que isso está acontecendo? Infelizmente, a nossa mídia não está atenta à maior chaga do Brasil, que é a questão da saúde. Em qualquer cidade a política da saúde sofre a pior avaliação. Quanto à avaliação da Presidenta da República, quase 70% da população brasileira rejeita o que está acontecendo com o SUS, que foi um grande avanço, mas, sem remuneração justa, a situação está terrível. O que ocorreu em Belo Horizonte? Para complementar a tabela, que paga abaixo do custo do procedimento, foi necessário utilizarem-se recursos que poderiam ser aplicados na atenção básica, que é realmente a obrigação do Município. O governo do Estado teve de colocar recursos no Pro-Hosp para que os hospitais conseguissem ficar abertos.

Outro dia o Deputado Délio Malheiros trabalhou para liberar emenda de sua autoria para o Hospital de Clínicas - que é federal, teria de receber recursos do SUS e do Ministério da Educação - liberar uma torre de cirurgia por uma emenda parlamentar, para que as cirurgias pudessem ser feitas num hospital público federal.

Gostaria de informá-lo, caro amigo Deputado João Leite, que sangramento retal em uma pessoa de mais de 50 anos pode significar a existência de um câncer. Ai a pessoa terá de fazer uma retossigmoidoscopia. Sabe quanto a tabela da nossa querida Presidenta Dilma paga para quem vai fazer esse procedimento? São R\$23,37. O médico terá de ir ao hospital, aplicar anestesia, usar luvas, material e vigilância sanitária. Tudo isso será pago com apenas R\$23,37.

Se uma mulher tiver um câncer de mama e necessitar fazer uma quadrantectomia e esvaziamento axilar, toda a instituição, o médico e o anestesista receberão R\$185,00, porque a tabela do SUS não é renovada na sua totalidade. Estamos vendo um arrasa-quarteirão, uma transferência de problemas para os Prefeitos, que, praticamente, não conseguem cumprir a LRF porque, infelizmente, o nosso governo federal tira o IPI dos automóveis. Se tirasse o IOF, os recursos não fariam falta para os governos municipais.

A situação da saúde está cada vez mais precarizada. Cada vez mais os Prefeitos têm de gastar 20% ou 25% em saúde, porque a tabela do SUS está inviabilizando tudo. Uma reunião da Comissão de Seguridade Social mostrou que, para cada R\$100,00 gastos em um hospital, o SUS remunera 60%. Por que não se criam, então, mais hospitais federais? Por que a estatização sempre pregada pelo governo do PT não está ocorrendo mais agora, para haver funcionários efetivos, bem-remunerados, para que o sindicato possa



trabalhar bem? Não há hospitais federais ou, quando há, é preciso emendas do Deputado Délio Malheiros para serem remunerados. Concordo plenamente com a sua consideração.

Concluimos agora a Comissão das Enchentes nesta Casa. Vimos, junto aos Deputados Pompílio Canavez e Doutor Wilson Batista e a Deputada Liza Prado, o descaso com os projetos que os Prefeitos entregam ao governo federal. Os recursos não vêm. Há cerca de quatro ou cinco anos, Além Paraíba vem sendo destruída sistematicamente todos os anos, e nem um centavo foi para lá. Infelizmente se anuncia muito, e o governo federal recolhe quase 70% dos nossos impostos, que não são poucos no País, e pouquíssimas migalhas acabam vindo para a nossa Minas Gerais.

Para terminar, ouvimos a Presidente da República dizer que não é possível o governo do Estado não ter feito o projeto da BR-381, uma rodovia federal, nem o projeto do Anel Rodoviário, também federal. Tem-se que adivinhar que o governo não faz esses projetos. O Deputado Bonifácio Mourão, nosso Líder, pede para encerrarmos, mas vamos discutir esse tema um pouco mais e ver o motivo de os brasileiros sofrerem tanto com enchentes, haver tanta morte nas estradas e, principalmente, a péssima remuneração da tabela do SUS. Não se consegue que o governo federal destine um pouco mais de recursos. Cerca de R\$15.000.000.000,00 resolveriam, amenizariam o problema do País. Parabéns, Deputado João Leite!

O Deputado João Leite* - Muito obrigado, Deputado Arlen Santiago. Hoje à tarde quero falar do legado das obras de Belo Horizonte, mas V. Exa. se lembra do legado que o PT deixou na saúde. Havia 700 leitos no Santa Casa, o Marcelo aumentou esse número para 1.100. Os Hospitais São Francisco e São Bento estavam fechados, mas hoje estão abertos e são 100% SUS. É importante nos lembrarmos desse legado. V. Exa. e o Deputado Neider sempre se lembraram da tabela SUS. Vale a pena fazer esse levantamento. Quero agradecer-lhe muito a contribuição e lembrar esse legado da saúde. Agora vamos votar a matéria, conforme orientação dos Deputados Bonifácio Mourão e Duarte Bechir.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Ulysses Gomes.

O Deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, Deputados, estou acompanhando a reunião e, ao entrar novamente no Plenário, deparei-me não apenas com a votação desse projeto, mas com essas discussões absurdas. Entrei aqui no exato momento em que o Deputado Délio Malheiros disse que entregaria aos petistas uniformes de presidiário. Queria entender o que estamos fazendo, então, nesta Casa. É inaceitável escutar isso. Se há problema individual, questão pontual, crítica ou denúncia a alguém, que o faça, mas não dessa forma. Esta Casa, esta instituição é ouvida pelos mineiros de todo o Estado. Não aceito ouvir isso.

Não aceito ouvir uma coisa dessas. Queria registrar minha indignação. Se V. Exa. tem algo a dizer, que o diga, que faça uma denúncia, que faça sua crítica a quem quer que seja. Mas não venha dizer que vamos receber um presente de V. Exa. Que V. Exa. faça desse presente o que infelizmente não posso dizer aos mineiros. Que V. Exa. leve para outro lugar um presente como esse, porque a minha história, a história do Partido dos Trabalhadores não merece o que diz.

Ouvi várias manifestações em relação a demandas importantes do nosso Estado, como, por exemplo, sobre as estradas de Minas Gerais. Ouvei o Deputado Pompílio Canavez falar. Quero citá-lo com mais propriedade, porque temos vários exemplos ali. Temos, por exemplo, a BR-459, no Sul de Minas, na qual, no final do Governo FHC, ninguém conseguia transitar. Acidentes e mais acidentes aconteciam ali. Havia buracos e mais buracos. Hoje temos uma belíssima estrada, muito bem cuidada. Quando se faz uma obra daquela magnitude, a população fica entusiasmada e quer mais. E merece mais, merece uma estrada duplicada, cada vez mais bem cuidada. Depois de ser feita, há os reparos, como melhoria das pontes e outras coisas mais. Mas o governo merece o reconhecimento da grande obra que realizou.

Ao estender a discussão, ouço o Deputado João Leite falar que as lotecas são dos petistas. Deputado Rogério Correia, temos de aguentar uma situação dessa. É lamentável, porque não é essa a instituição que defendo, não é essa imagem da instituição que represento. Temos de ficar indignados dessa tribuna que tanto respeito, da qual tanto me orgulho de falar aos mineiros. Mas é inaceitável a situação. Quero falar de forma muito particular sobre os petistas que ele cita. O Deputado João Leite diz que vê os petistas que cuidam das lotecas. Para seu conhecimento, Deputado, participei de duas licitações este ano. Tinha a intenção, junto com a minha família, de investir em um negócio. Tentei a lotérica. Trata-se de licitação, de um processo lícito. Há documentos. Sou petista e não tive essa chance, tive de enfrentar o processo. Conheço muitos outros. Quem se interessa tem competência, tem dinheiro. Não tive essas condições.

Uma coincidência maior ainda: num dos encontros que esta Casa realizou com vários Deputados para discutir a nossa dívida, esse tema também foi pauta. Conversando com um Deputado do Rio Grande do Sul, pedi-lhe orientação, porque ele tem quatro lotéricas. Ele me disse que agora o processo era por licitação, era difícil. Na década de 1980, ganhou a indicação do Senador Aécio, que, na época, era da Caixa Econômica Federal. Ele, sim, recebeu a indicação. Não estou dizendo que está errado, porque na época isso era permitido. Mas ele recebeu a indicação do então Senador Aécio Neves. Não me venha dizer que as lotéricas são de petistas. Gostaria de dizer, nobres colegas - todos que me antecederam mudaram a pauta do projeto de lei que ora vamos votar -, que não podemos aceitar essas manifestações vagas. Quem está nos assistindo, ou não vai entender, ou vai achar que Minas Gerais é uma maravilha, que não tem problema de saúde, porque não investe o mínimo, e que o problema é só do governo federal. O problema de saúde não é só do governo federal, é um problema da Nação, que passa pelo governo do Estado, pelo governo federal, pelos Municípios, pela sociedade e por recursos. Não dá mais para aceitar a incoerência dos discursos. Os discursos vagos são jogados no ventilador, pois dizem que ninguém presta, que existe somente um santo que cuida de Minas Gerais, que aqui há uma paz e uma maravilha. Temos problemas. Ou nos unimos, ou teremos de entrar nesta Casa, subir a esta tribuna e ficar aguentando essas lastimáveis manifestações, incabíveis, sem sustentação, e respondendo-as simplesmente para disputas políticas e interesses particulares.

Não aceito ser Deputado desta forma. Incomoda-me e me deixa indignado ter de ouvir certas coisas desse patamar. Queria compartilhar a minha indignação por essas manifestações e externar o compromisso que o nosso mandato, a nossa Bancada do PT tem com o nosso trabalho aqui de construir o nosso partido, de continuar construindo a nossa história de cabeça erguida, de construir a nossa atuação política em Minas Gerais, apontando os problemas que o Estado tem, sem abaixar a cabeça; apontando os problemas do

País, mas reconhecendo os avanços que cada um alcançou. Por isso, mais uma vez, registro a minha sincera indignação, Deputado Rogério Correia, por ter de assistir, lamentavelmente, a essas manifestações nesta Casa. Permito aparte a V. Exa.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Ulysses Gomes, também quero parabenizá-lo por suas palavras e aproveitar a oportunidade para responder às provocações do Deputado Délio Malheiros. Em primeiro lugar, darei um esclarecimento à população de Minas e aos Deputados e Deputadas. Ontem dei resposta ao Prefeito de Belo Horizonte, que, de maneira equivocada, disse que a população precisava de babá, por causa das enchentes. Veja bem, foi o Prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, que respondeu dessa forma a uma situação trágica na cidade em que uma pessoa foi vítima de fatalidade. Os familiares dessa vítima encaminharam uma carta ao Prefeito dizendo que não aceitavam a brincadeira de mau gosto do Prefeito, de dizer que eles precisavam de babá. Imaginem uma família que perde um ente querido e um Prefeito que responde que o cidadão precisa de babá. Outros sofreram perdas materiais, principalmente os comerciantes que perderam mercadorias, o “freezer” que estragou e sofreram prejuízos enormes. O Prefeito, em vez de assumir a responsabilidade pela cidade, disse que o povo precisa de babá.

Deputado Délio Malheiros, o Prefeito ofendeu os cidadãos. Aliás, V. Exa., que defende o direito do consumidor, deveria ir à frente e defender os consumidores que perderam alimentos e várias outras coisas. Alguns outros ficaram sem energia elétrica por muito tempo. Deu-se um apagão na cidade. E a resposta do Prefeito, Deputado Dilzon Melo, é que ele tem de ser mais babá do povo. Isso ofendeu a cidade como um todo e deveria ter ofendido o Vice-Prefeito Délio Malheiros. Aliás, a única coisa em que concordei com ele nesse processo eleitoral foi quando ele disse que estaria onde o Prefeito não estivesse. Depois, por interesses políticos, comuns na política brasileira, alia-se ao Prefeito. Só o PT é errado ao fazer as alianças, os outros podem fazê-las, mesmo aquele que diz que não quer ver o Prefeito nem pintado de ouro, que vai aonde o Prefeito não estiver, depois adere a esse Prefeito e pode fazer aliança. É um direito fazer aliança, mas não tem de ficar ofendido de as pessoas discordarem da aliança espúria que fez. Espúria porque disse que o Prefeito era a pior coisa do mundo. Agora, quer jogar a culpa no PT. De repente, virou antipetista.

Em vez de defender o consumidor, o Deputado Délio Malheiros veio defender o Prefeito e não se solidarizou, em momento nenhum, com a nossa população. Solidarize-se com os consumidores, Deputado Délio Malheiros, com aqueles que perderam alimentos, perderam “freezer”, não vire capacho do Prefeito Marcio Lacerda. Se você for um vice capacho que disser: “Pode fazer, Marcio Lacerda, xingue o povo, e eu vou, na Assembleia, xingar o PT e passar a mão na sua cabeça”.

Não estou ofendendo V. Exa. para pedir pelo art. 164. Estou respondendo. V. Exa. é que veio aqui ofender os petistas. Diga a quem V. Exa. está chamando de ladrão. Tenha a dignidade de dizer. Se quer dar presente de presidiário, procure a sobrinha do Cachoeira, que está lá em Uberaba, para quem o Senador Aécio Neves arrumou emprego. Procure outro. Vá procurar o seu campo. Se quiser fazer uma denúncia séria dessa, eu faço, mas não venha generalizar para defender o seu Prefeito, irado que está por ter feito uma aliança, mas não responde por ela à população.

Para cima de nós, não. Não venha embutir os erros. Nós fizemos uma brincadeira, ontem, com o avental, para dizer ao Prefeito, seriamente, que ele não pode tratar a população dessa forma. Foi isso, Deputado Ulysses, o que nós fizemos. Se V. Exa. ficou ofendido, retiro a brincadeira, mas não venha generalizar e vir ao microfone fazer gracinhas para cima de nós, Deputado Délio Malheiros. Ponha pingos nos “is” e fale, porque aí travaremos uma discussão séria. Não venha fazer essa discussão sorradeira. V. Exa. não presta serviço à sociedade nem à política. V. Exa. generaliza e presta um desserviço, como muitos estão fazendo para atacar o sistema democrático. Criminalizar um partido político... Imaginem se estivesse aqui algum Deputado, Vereador ou Prefeito, seja lá quem for, de qualquer partido, e eu generalizando, chamando o partido de corrupto. Que serviço se presta à democracia? Nenhum. Nem voto se ganha. As pessoas não são bobas de aceitar essa generalização que V. Exa. quer fazer, repetindo o partido da imprensa golpista. Isso é apenas criminalizar partido, é discurso udenista antigo, falso moralismo, e V. Exa. não é arauto da moralidade para vir aqui chamando todos os petistas de ladrões. Quem é você para dizer isso? Se quiser travar uma discussão - vamos fazê-lo na seriedade - sobre o que é democracia no Brasil, o que são partidos políticos, faça essa discussão. Diga-me o nome de algum Governador, eleito em Minas Gerais, que não teve caixa dois estabelecido e que não haja denúncia a seu respeito. Pesam denúncias sobre todos os candidatos a Governador de Minas.

A política, no Brasil, funciona com alianças não só em nível nacional, como aqui também. Quantas alianças fez o Prefeito Marcio Lacerda para ser reeleito? Quantos candidatos a Vereador financiou? Ou não financiou nenhum? Sejamos honestos. Quantos Vereadores não foram financiados pela dobradinha que V. Exa. fez agora? Quantos? Todos os partidos políticos foram financiados. Ou se muda esse cinismo, ou se discute seriamente uma reforma política no Brasil.

Nós estávamos fazendo, Deputado Délio Malheiros, uma discussão séria, embora com contradições. Estamos discutindo a situação das estradas, o Programa de Aceleração do Crescimento, o programa do governo do Estado - o Processo. Alguns Deputados têm críticas a fazer. O Dr. Wilson Batista apresentou seu posicionamento político. V. Exa. chegou atrasado à reunião e aqui vem colocar-se como arauto da moralidade. Não é bem assim, Deputado. O seu partido tem Vereadores, tem políticos, e todos nós somos Deputados, temos os mesmos direitos. Pediria a V. Exa. que baixe a bola. Se não gostou da brincadeira, não brinco mais com V. Exa., mas vir aqui insultar os outros é inadmissível, e peço-lhe que não tenha a liberdade de fazer isso comigo nem com meus companheiros de partido. Muito obrigado, Deputado Ulysses Gomes.

O Deputado Paulo Lamac (em aparte)* - Agradeço-lhe o aparte, Deputado Ulysses Gomes. Queria saudá-lo pela iniciativa da discussão que levanta e não poderia me furtar a manifestar-me a respeito da questão aqui posta, em que fui citado. Gostaria de fazer uma manifestação bastante contundente, bem clara do ponto de vista político.

Fui Líder do governo na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte durante a primeira metade da gestão Marcio Lacerda e quero deixar claro que nunca escamoteamos discussão. Quando um assunto era levantado pela Oposição, a representação do governo de Belo Horizonte tinha a dignidade, a hombridade e a honradez de discuti-lo em profundidade, não importando quantos eram os Vereadores de Oposição, não importando se era a imprensa ou um segmento social. Todos os debates foram feitos enquanto estivemos à frente da Liderança, enquanto estivemos naquele governo, de maneira clara, direta e objetiva - e gostaria de dizer o quão lastimável,



o quão lamentável me parece uma Casa parlamentar, como é o caso deste Plenário, onde as pessoas não se dignam a fazer debates de conteúdo, em profundidade.

Tudo sempre vai cair naquela coisa. Ah, o governo federal isto: rótulo. Ah, o PT isto: rótulo. Ou não tem capacidade de fazer um debate de conteúdo, com profundidade, em respeito à população que nos acompanha pela TV Assembleia, em respeito à população que vota em nós ou à que não vota, porque não respeita a classe política, quer dizer, ou não existe essa capacidade estabelecida, ou é o hábito do cachimbo que faz a boca torta, que caracteriza tanto, infelizmente, esta Casa. Fiquei surpreso. Faz dois anos que estou nesta Casa, e este Plenário fica o tempo inteiro escamoteando e fugindo das discussões de fundo. Não se discutem as questões de fundo neste Plenário. Os telespectadores que acompanham a TV Assembleia sabem disso. Não são sérios os debates que aqui são realizados, porque eles sempre caem no baixo nível do rotulamento do outro, do interlocutor, da pessoa com quem se está debatendo. Isso é lamentável. Estamos discutindo coisa séria, como uma morte na nossa Capital, uma questão grave, como a drenagem, um problema que vem aumentando na cidade e é natural. Cada vez que surge um problema, é preciso que sejam dadas soluções objetivas, mas a coisa sempre termina em rótulos. Eu não coaduno com esse tipo de postura, não importa de qual lado seja.

Estivemos lá durante o primeiro mandato do Prefeito Marcio Lacerda, boa parte dele à frente da liderança de governo, e agora recebemos a brincadeira do Deputado Rogério Correia. Mas quero deixar de público o seguinte: quando estamos de um lado, assumimos esse lado, fazemos a discussão franca, sem escamoteiar, sem inventar histórias para fugir dela. Neste momento cabe a quem está no governo responder pela situação da administração, como fizemos enquanto estávamos lá, sem fugir da discussão, sem escamoteiar, sem partir para discursos vazios alegando que a questão é do PT, do PSDB ou do partido tal, sem criar rótulos para fazer uma cortina de fumaça e fugir do assunto, como é praxe em várias discussões que vemos nesta Casa. Nunca agimos dessa maneira.

Até então - posso dizer enquanto estivemos lá, e está aqui o Deputado João Vítor Xavier, que foi Vice-Líder de governo no nosso mandato - nunca escamoteamos a discussão. Houve um falecimento? Houve uma declaração do Prefeito? Iríamos para o Plenário e faríamos a discussão com base nos fatos, no conteúdo. Se estivesse lá, eu poderia falar que não existia esse volume de enxurrada e esse problema de drenagem na Avenida Cristiano Machado, antes da Linha Verde. Talvez eu pudesse dizer isso. Tivemos de desocupar uma vila inteira, a Vila Carioca, porque o projeto da Linha Verde não considerou a drenagem da Cristiano Machado - eu faria a discussão de fundo. Mas não, fica essa questão: o Deputado tem de responder porque era Líder do Governo. Quando fui Líder do Governo, respondi pelo governo. Quando fui Líder do Governo, tratei com seriedade os questionamentos que lhe eram feitos. Respondo por tudo que eu disse naquele tempo. De tudo que defendi naquele tempo, faço a defesa hoje, porque o fiz com consciência e com crença no que estava fazendo. O mínimo que se espera de quem está hoje à frente da administração municipal é que tenha dignidade, hombridade e honradez de fazer a discussão de fundo, de conteúdo, e não partir para escamoteiar e tentar criar um clima de terrorismo nacional, alegando que a culpa é do partido tal, etc. Não, meus amigos. Quem está na administração é responsável por ela. Infelizmente, nenhum de nós que fazemos parte do poder público pode ser responsabilizado por aquela fatalidade. Temos de ver isso com seriedade e discutir o que será feito de concreto para resolver esse problema. Ficar escamoteando, culpabilizando e demonizando partido A ou B, com todo respeito ao povo mineiro, é fugir da discussão.

Isso é fugir à discussão, é um discurso fácil, é um discurso triste, é um discurso lamentável. Belo Horizonte merece muito mais que isso, merece respeito. Uma questão séria como essa, mesmo tendo sido abordada de maneira descontraída, tem que ser respondida com conteúdo, com consistência, como sempre procuramos fazer junto à Câmara Municipal. Não é criando rótulos, dizendo que a culpa é do partido tal, que vamos resolver os nossos problemas. A população de Belo Horizonte merece respeito, e eu me senti na obrigação de fazer essa manifestação, porque não foi com essa seriedade ou com a falta dela que nos conduzimos na liderança do governo, quando estivemos na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Agradeço o aparte e parabenizo a discussão que V. Exa. faz do Projeto de Lei nº 771, do Deputado Ivair Nogueira.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até às 13h59min. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Délio Malheiros.

O Deputado Délio Malheiros* - Sr. Presidente, não criarei mais polêmica porque precisamos votar o projeto, mas tenho que dizer para o Deputado que ficou inflamado diante de uma intervenção minha, que disse que fez uma brincadeira, que Plenário não é lugar de fazer brincadeira. Eu não estive aqui ontem e fui surpreendido pela imprensa com a informação de que receberia uniformes e camisas em meu gabinete. Aqui não é lugar para brincadeiras. Se tratam o Plenário como lugar de brincadeira, eu nunca tratei. Nunca fiz do Plenário um palco de teatro. Sempre levei a sério o meu mandato. Nunca me envolvi em nenhum ato de corrupção. Se o meu partido fez um acordo com o Prefeito Marcio Lacerda, foi pelo bem de Belo Horizonte. Todos sabemos como as coisas aconteceram. Agora, fazer aqui uma brincadeira, fazer o papel de garoto de recado para entregar uniformes, não sou pago pelo contribuinte para isso. Sou pago para trabalhar e não transformei o meu mandato, como muitos fizeram, em um posto de enriquecimento, em um posto de formação de quadrilha, conforme o Supremo Tribunal decidiu. E não sou eu que estou dizendo isso; quem o disse foi o Ministro Relator, chancelado por seus pares no julgamento do Processo Penal nº 470. E, se me entregarem um uniforme que acham que cabe a mim, eu o entregarei e que o levem para onde acharem que devem levar.

Mas, Sr. Presidente, o Plenário da Assembleia é sagrado e sério. Nunca me envolvi em nenhum ato de corrupção. Não estou acusando nem generalizando o PT, pelo contrário, respeito o partido como instituição; respeito pessoas que são sérias e que estão dentro dele. Mas pessoas do partido é que não podem chegar neste Plenário e dizer que estão fazendo uma brincadeira com o dinheiro do contribuinte. Vêm aqui trazer uniformezinhos para entregar para o Deputado Délio Malheiros, para levar para o Prefeito.

O Prefeito está fazendo um trabalho sério no combate a enchentes. Está investindo R\$500.000.000,00. Há cinco anos, um casal de idosos morreu na Avenida Prudente de Moraes, em uma enchente. Quem foi o responsável? Temos que tratar com seriedade o nosso mandato.

O Deputado Paulo Lamac foi muito correto quando disse que temos que discutir os assuntos, e não as pessoas, como fazem neste Plenário, atacando o Senador, atacando a irmã do Governador, o irmão não sei de quem. O que vemos neste Plenário é isso. Então, quero dizer a V. Exa. que trato o meu mandato com muita seriedade, não aceito brincadeiras com o meu nome, nem uniformes para serem entregues a essa ou àquela autoridade. Enquanto eu estiver aqui, respeitarei os colegas. Aqui não é um local de brincadeira. Vou tratar o meu mandato com seriedade até o dia 31 de dezembro, quando sairei para assumir a minha nova função. E saiba V. Exa. que, naquilo em que eu puder ajudar para se resolverem os problemas de enchentes em Belo Horizonte, estarei com o Prefeito Marcio Lacerda, com todos os homens de bem, inclusive Deputados e Vereadores do PT, porque o partido tem homens de bem.

Não aceito brincadeiras com meu nome e não vou descer à rede de esgoto para entrar em discussões, porque ali é um local que não conheço. Mao Tsé-Tung dizia, no seu livro “A arte da guerra”, que não devemos ir para o campo do adversário que não conhecemos. Eu não irei. Nunca vim a este Plenário para estabelecer esse tipo de discussão. Ao envolverem o meu nome num tal de entregar uniforme para mim para eu levar para alguém, isso foi desrespeitoso com a minha pessoa. Chamaram a imprensa e disseram que iam fazer essa entrega a mim. Não é esse o caminho de um Deputado que queira trabalhar com correção, honrando o seu mandato, o que farei até o último dia em que estiver nesta Casa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para continuar a discussão, o Deputado Ulysses Gomes.

O Deputado Ulysses Gomes* - Concedo aparte ao Deputado e amigo João Vítor.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Deputado Ulisses, quero agradecer-lhe o aparte. Vou dividir minha fala em duas partes. Primeiro, quero dizer que respeito o Deputado Paulo Lamac, com quem tive o prazer de compor a Liderança do Prefeito Marcio Lacerda, por dois anos, na Câmara Municipal. O papel dele naquele momento era construir a defesa de um governo no qual acreditava e do qual fazia parte. E ele fez isso muito bem, foi um grande Líder na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Tive o privilégio e o prazer de dividir essa função com ele. Aprendi com o Deputado Paulo Lamac a arte do diálogo dentro da Câmara de Belo Horizonte, principalmente de conviver com as divergências. O Deputado Paulo Lamac fez um belíssimo trabalho como Líder do Prefeito, simbolizando aquilo que era o cenário político do momento: um cenário de convergência. Se hoje esse cenário não é mais possível, isso faz parte da política, e temos de respeitar as decisões partidárias, principalmente aqueles que seguem a decisão de seu partido. A postura do Deputado Paulo Lamac foi digna como Líder do governo naquela época, assim como foi digna também no momento de ruptura do seu partido. Mesmo ele tendo uma relação pessoal afetiva com o Prefeito Marcio Lacerda, seguiu a diretriz do partido ao qual está filiado e seguiu o seu caminho ao lado do seu partido e ao lado do então candidato do PT, Patrus Ananias.

No entanto, queria dizer, Deputado Ulisses, que muito me surpreende a postura do PT em Belo Horizonte de três meses para cá. Há quatro meses, se muito, o PT estava levantando as mãos com o Prefeito Marcio Lacerda, que era tratado pela Presidenta Dilma como o melhor Prefeito do Brasil. Por que a aliança não continuou? Ele passou a ser o pior Prefeito do Brasil?!

Essa não é uma postura republicana, essa não é uma postura coerente, essa não é uma postura do tamanho de um partido que sempre teve coerência em sua história. É óbvio que temos companheiros dentro do PT que sempre se manifestaram contra essa aliança. E esses merecem todo o meu respeito. Cito o Deputado Rogério Correia, que não fez parte da aliança no primeiro mandato e se manteve afastado durante todo o tempo. Isso é coerência política e ideológica. Agora, não dá para tapar os olhos e fingir que o PT não participou do governo, que tudo que está acontecendo foi fruto de uma administração terrível de três meses para cá. O Prefeito Marcio Lacerda foi eleito com um Vice-Prefeito do PT, que continua Vice-Prefeito de Belo Horizonte. Até 31 de dezembro o PT fará parte desse governo porque o Vice-Prefeito de Belo Horizonte é do PT. Ou ele não tem responsabilidade? Se não tem, renuncie ao cargo e não receba mais do povo de Belo Horizonte, entregue o cargo. Se não renunciou, se continua recebendo dos cidadãos e das cidadãs de Belo Horizonte, ele também é responsável pelo que acontece na cidade.

O PT ainda tem cargos na Prefeitura de Belo Horizonte. Cito, como exemplo, o Secretário de Educação, que historicamente é ligado ao PT. Ele me falou pessoalmente do seu incômodo pela sua ligação histórica com o PT. Não se faz política com incoerência. E o PT está sendo incoerente neste momento. Será que a culpa das enchentes é de três meses? Ou será que a culpa das enchentes é de 20 anos, de 30 anos atrás, de um planejamento malfeito ao longo do século? Belo Horizonte foi a primeira cidade planejada do Brasil, mas não continuaram com esse planejamento. A culpa é dos últimos três meses?!

Tudo de errado em Belo Horizonte apareceu depois de o PT ter rompido com Marcio? Ele estava fazendo bobagens atrás de bobagens? É, no mínimo, incoerente. O PT governou Belo Horizonte com Patrus Ananias e Fernando Pimentel por dois mandatos. São homens, Prefeitos de bem, que muito fizeram por Belo Horizonte dentro do que é possível a um homem público fazer. Não é possível o PT hoje cobrar de Marcio Lacerda aquilo que também não deu conta de cumprir quando era governo. Digo quando era governo referindo-me há poucos dias. Política tem de ser feita com coerência.

O PT tem méritos em boas políticas públicas aplicadas em Belo Horizonte nos últimos anos, no entanto não é possível que se furte das responsabilidades que tem por aquilo que fez ou que deixou de fazer no governo de Belo Horizonte. A marca do PT está no governo Marcio Lacerda; ele tem o seu nome escrito nestes quatro anos de mandato para o que há de bom e para o que há de ruim. Não sejamos incoerentes de transformar uma gestão da qual o PT participou num desastre em três meses. O PT tem muito mais méritos e responsabilidades do que foi construído em Belo Horizonte nos últimos 16 ou 18 anos do que qualquer outro partido. Repito: méritos e responsabilidades. Então, no momento em que o PT quer tapar o sol com a peneira das suas responsabilidades na cidade acaba ofuscando também tudo de bom que construiu nela. Essa é uma linha de incoerência que não posso admitir.

Sei da seriedade do Prefeito Marcio Lacerda, da sua lisura. Uma frase infeliz todos nós soltamos em algum momento da vida. Não sou de fugir à responsabilidade. Não acho que foi uma frase feliz, uma declaração feliz, condizente com a realidade. Acho que foi uma declaração de um homem que, naquele momento, estava pressionado e, como qualquer um de nós, sujeito a um momento de infelicidade. Agora, se a sua frase foi infeliz, infelizes não têm sido as suas ações como Prefeito de Belo Horizonte. Ele investiu mais de R\$500.000.000,00 em combate a enchentes. Só naquele local onde houve essa fatalidade, investiu R\$50.000.000,00; só na beira da Lagoa da Pampulha, nas proximidades do Córrego Sarandi, na região do Santa Terezinha, Deputado, foram investidos R\$50.000.000,00, que impediram que acontecesse lá o que sempre acontece: casas serem inundadas. Quem mora no Santa Terezinha



sabe, assim como eu, que trabalho intensamente política lá, que, quando começavam as chuvas, os nossos telefones começavam a tocar, pois a água entrava nas casas das pessoas; hoje, porém, isso não acontece mais, fruto de um trabalho do Prefeito Marcio Lacerda e também do PT, que compôs esse governo. Não reneguem o que vocês construíram, mas também não reneguem a responsabilidade que têm com a cidade de Belo Horizonte.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Acho que a nossa reunião agora e o debate estão indo em torno de conteúdo, e não de generalização. Se o Deputado Délio Malheiros retirar a generalização que fez, passo a debater com ele em cima de pontos e, assim, vamos travar um debate político, e não de preconceitos, de generalizações e criminalizações dos outros. Dessa forma não, pois a discussão fica num terreno que torna impossível um debate político entre as partes. Debater conteúdo é sempre bom.

Escutei atentamente as ponderações do Deputado João Vítor Xavier. Acho que ele tem razão em algumas críticas. Eu, por exemplo, não participei do governo Lacerda, não o apoiei, achava equivocada a aliança. Dentro do PT existiam outros pensamentos. Posso concordar com posicionamentos que ele aqui expôs, embora cobrar coerência dos outros seja bom, mas é preciso ver se essa questão da coerência é um valor absoluto. Pergunto ao Deputado Délio Malheiros se é coerente dizer que o principal adversário dele na Prefeitura, num determinado instante, é o Prefeito Marcio Lacerda e, em seguida, aliar-se a ele. Ele pode achar que é coerente. Não acho que isso seja coerência. Evidentemente, vendo objetivamente, em um determinado momento, naquele mesmo instante, sem alteração da conjuntura política, observou-se que quando se é candidato se diz que não apoiará o Prefeito de jeito nenhum, mas se faz o contrário. Não farei juízo de valor nem vou dizer que V. Exa. foi para o esgoto como você está fazendo com os outros. Não vou querer dizer isso, por isso peço a V. Exa. que tenha parcimônia ao fazer a discussão, pois também não sei onde é a discussão sobre esgoto nem por onde entra. Espero que não tenha sido isso o que tenha acontecido com V. Exa. Não faço discussão moral nem crítica moral dessa forma, portanto não permito que façam o mesmo comigo. Espero que essa discussão tenha ficado para trás.

Agora, no que se refere à coerência, é preciso ter cuidado ao cobrá-la, pois é um ato político de incoerência criticar o Prefeito uma semana antes e, depois, fazer aliança com ele. Essa é uma incoerência política, partidária e não é própria de um partido A ou B. Isso acontece no sistema partidário e é o que estou dizendo. Essa é uma consequência do sistema político, cuja reforma não fazemos. Foram feitas alianças entre o PSDB e o DEM, entre Fernando Henrique e Antônio Carlos Magalhães. Quando Lula aceita o apoio do Maluf, alegam que ele é incoerente, mas lembro que isso é característica da política brasileira. Também é incoerente a aliança entre Fernando Henrique e Antônio Carlos Magalhães, entre o Deputado Délio Malheiros e o Prefeito Marcio Lacerda. Isso é o que estou querendo dizer. São questões da política, vividas nacionalmente. Se não fizermos essas alianças, muitas vezes não governamos ou não ganhamos as eleições. Isso se deve à reforma política que não vem, Deputado Délio Malheiros, por isso V. Exa. não pode ficar ditando regras, chamando de incoerência A, B ou C, como se a coerência fosse de todos. Temos um problema na política brasileira, não é, Deputado Carlos Mosconi? É um problema real, de todos os partidos políticos.

Em relação à questão de Belo Horizonte, a minha crítica ao Prefeito Marcio Lacerda é que ele foi desrespeitoso e fez uma brincadeira com a vida humana, o que é pior do que fazer uma brincadeira aqui dentro, como vários fazem. Já vi Deputado oferecer óleo de peroba para alguém do PT. Isso já foi feito aqui. Já vi brincadeiras serem feitas aqui de diversas formas. O que não se pode fazer são brincadeiras - e V. Exa. não venha defender isso - com a vida humana. Não devia dizer que a Prefeitura não foi babá. O Deputado João Vítor Xavier tem razão também nisso. O Prefeito foi, no mínimo, infeliz e deveria pedir desculpas à população de Belo Horizonte, em vez de encher a televisão de propagandas, como vi ontem. Deveria dizer que errou mesmo, que procedeu de forma equivocada. Agora, V. Exa., que era tão crítico ao Prefeito, vem defendê-lo neste ato. As críticas terminaram? É realmente equivocada essa posição.

Em relação às críticas que faço ao governo Aécio, ao projeto Aécio Neves, continuarei a fazê-las. O projeto do Governador Aécio Neves é equivocado tanto para Minas - e sempre digo isso aqui, colocando as questões políticas - quanto para o País. Aécio Neves quebrou Minas Gerais com um projeto que considero equivocado. Sua política quebrou o Estado. Da mesma forma, escuto muitos falarem da Presidenta Dilma e do Presidente Lula. E não fico aqui reclamando que estão falando deles. O projeto Aécio Neves quebrou Minas Gerais. Agora está com uma posição tão equivocada, em nível nacional, que está insurgindo-se contra a medida provisória para baixar a conta de luz. Ele está lá, “vanguardando” a ação das concessionárias, em especial, do sócio minoritário aqui, a Andrade Gutierrez, que tem interesse em que o acordo não seja feito e não se baixem as contas de luz, pois, assim, irão baixar os valores a serem pagos e os juros e dividendos que vão para essa empresa. Ontem, isso foi julgado no Senado, na cara do Senador Aécio Neves, que ficou sem graça.

Ora, Deputado Ulysses Gomes, essas são as questões que aqui levanto e continuarei levantando como crítica a esse projeto. Sempre o faço de forma respeitosa, pois o debate precisa ser feito dessa forma. Parabenizo V. Exa. por não permitir que essas generalizações sejam feitas e exista esse tipo de preconceito, que, infelizmente, fez muito mal ao Brasil no passado e faz mal à política. Vamos tratar as questões nos pontos em que devemos. Muito obrigado.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, V. Exa. me pergunta por que eu estava contra o Márcio no dia 29 de junho e no dia 5 de julho eu era vice dele. É uma questão de coerência, Deputado. Durante toda minha vida de Vereador conheci as práticas do PT na Prefeitura, com as quais eu não coadunava. Sempre fiz uma oposição respeitosa. Sempre fiz essa oposição ao PT na Câmara de Belo Horizonte sem ter um cargo na Prefeitura, sem ter benesse de Prefeitura, ao contrário do que vemos hoje. Não fui à Prefeitura uma única vez; fiz oposição. De repente, como o PT saiu daquela composição política, resolvi ficar com Marcio Lacerda em prol de Belo Horizonte, em prol da minha coerência. Fiquei com ele porque o PT não estava na coligação. Já analisaram um vídeo, já fizeram a edição de um vídeo em que eu sempre disse: “Se o Márcio estiver com o PT, partido ao qual faço oposição política, eu estarei contra o Márcio”. O PT saiu, e para o bem de Belo Horizonte nos juntamos ao Marcio Lacerda. Estou feliz e espero contribuir com minha cidade, com sua administração, e procurar resolver esses problemas. Se o PT quiser nos ajudar, estaremos de braços abertos.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Apenas para lembrar ao Deputado Délio Malheiros que não é isso que ele fala na gravação. Muito obrigado pelo aparte que me concede dentro do seu tempo, Deputado Ulysses Gomes. Mas não é isso o que o



Deputado Délio Malheiros fala no vídeo. Ele fala que está contra o Márcio porque ele está furando um buraco do metrô, que esse metrô não vai sair, que viu isso em Brasília, que viu no gabinete sei lá de quem que os buracos eram uma mentira e que por isso ele não votaria no Marcio Lacerda. Foi isso que eu vi no vídeo. Não vi nada anti-PT; pelo contrário, ele até convidou o PT para ver se as dissidências que não iam ficar com o Marcio Lacerda ficavam com ele. Ele estava de olho no PT. Não tem nada disso.

O Deputado Ulysses Gomes* - Certo, Deputado. Ainda tenho 16 minutos. Para encerrar, queria apenas registrar, Sr. Presidente, que minha fala nesta tribuna foi pela indignação diante das manifestações injustas que aqui ouvi e por respeito a cada um dos nobres Deputados desta Casa, a esta instituição, a quem nos acompanha pela TV. Minha fala foi também pela democracia. Em síntese, encaminho favoravelmente ao Projeto nº 771. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Gilberto Abramo.

O Deputado Gilberto Abramo* - Sr. Presidente, não quero entrar no mérito da discussão feita até o momento. O que me traz à tribuna é o fato de às vezes aprovarmos projetos sem tomarmos ciência do teor deles. Destaco o brilhante empenho do Deputado Sávio Souza Cruz, que ontem se ateve ao projeto do Ministério Público que foi inserido em 2º turno - segundo projeto, podemos assim dizer -, o qual criaria cargos comissionados no Ministério Público. Tomando ciência desse projeto, adotamos, em conjunto, as medidas necessárias para que ele não fosse aprovado. É necessário que a população saiba o que estamos votando. Então, peço a paciência dos meus colegas, porque, para que a população tenha ciência do que estamos votando, faço questão de ler o Projeto nº 771, do Deputado Ivair Nogueira, motivo da discussão calorosa que tivemos até o exato momento. Então vou ler o projeto original apresentado pelo Deputado Ivair Nogueira. (- Lê:)

“Dispõe sobre a transferência de domínio, do Estado para o Município de Carmópolis de Minas, de trecho da Rodovia MG-270”.

Primeiramente, esse é o projeto apresentado pelo Deputado. Depois quero ler o parecer do relator da CCJ, a fim de concluirmos.

“A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Município de Carmópolis de Minas o domínio de trecho da Rodovia MG-270, situado nesse Município, compreendido entre o acesso ao Povoado de Bom Jardim das Pedras e a ponte sobre o Córrego Lava-Pês. Art. 2º - Após a transferência de domínio prevista no art. 1º, a manutenção do referido trecho da Rodovia MG-270 passa a ser de responsabilidade do Município de Carmópolis de Minas”.

Quero abrir um parêntese, Sr. Presidente, para dizer que acho que a leitura dos projetos faz-se necessária em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias. Estou até mesmo disposto a fazê-la, se necessário. Antes de votarmos os projetos, deveríamos fazer a leitura de cada um.

“Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Reuniões, 24 de março de 2011. Ivair Nogueira.

Justificação. A região onde se situa o trecho da Rodovia MG-270, objeto desse projeto de lei, já faz parte do perímetro urbano da sede do Município de Carmópolis de Minas, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.349, de 28/6/91. O referido trecho já foi objeto da Lei nº 17.620, de 2008, por meio da qual recebeu a denominação de Avenida Nossa Senhora de Fátima, por estar integrado à região urbana do Município. Entre as justificativas apresentadas pelo Município de Carmópolis de Minas, podemos destacar as seguintes: Carmópolis de Minas é um dos Municípios que mais tem crescido, econômica e demograficamente, ao longo dos últimos anos, acima da média regional, conforme demonstram as estatísticas do IBGE”. É importante sabermos isso. “Esse crescimento tem estimulado muito a expansão do setor imobiliário, principalmente a construção de prédios comerciais, que vão surgindo ao longo das vias que dão acesso aos Municípios de Oliveira, Passa-Tempo e Itaguara”. Agora entendo a preocupação do Deputado Ivair Nogueira. “A Rodovia MG-270, no sentido de Passa-Tempo, é simultânea com a Avenida Nossa Senhora de Fátima, no trecho entre a BR-381 até a ponte do Córrego Lava-Pês. Ao longo dessa avenida, tem surgido, naturalmente, construções de prédios residenciais e comerciais, algumas das quais já demandam mais de 20 anos, outras são mais recentes e algumas estão em fase de execução.” Esse é um problema que deve ser resolvido, por isso é importante estarmos atentos ao que votamos. “De dois anos para cá, o DER de Oliveira tem feito notificações aos proprietários para cessarem as obras e demolirem o que já está construído, sob a alegação de invasão de faixa de domínio. O local é perímetro urbano e, portanto, gostaríamos que fosse de domínio municipal. Pelos motivos aqui expostos, apresento esta proposição de lei para ser apreciada pelos nobres Deputados, na certeza de sua aprovação.” Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do seu art. 188, conferido com o art. 102, do Regimento Interno. Este é o projeto original.

O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* - Deputado Gilberto Abramo, tenho acompanhado sua fala e ouvia-o atentamente, preocupado com esse projeto que V. Exa. lê. Indagava a alguns Deputados colegas e aproveitei para indagar do senhor se nos dias de hoje, em que a tecnologia com certeza tem-nos auxiliado, prova disso... O Deputado Rogério não está aqui, mas tenho de fazer uma menção ao grande Senador Aécio, que levou o telefone celular a todos os Municípios mineiros. O Processo chegou também aos Municípios mineiros. Carmópolis de Minas também foi beneficiada com a ligação com a estrada de Entre-Rios.

Farei a V. Exa. alguns questionamentos sobre o trecho a que o Deputado Ivair Nogueira se refere no projeto. Em primeiro lugar, constava na apresentação do projeto um mapa, o famoso Google Maps, com a distância, o tamanho, o domínio, a quilometragem, a latitude e a longitude? Em segundo lugar, quantas pessoas, quantas famílias serão beneficiadas diretamente e indiretamente? O cidadão que por ali transitará terá um ganho de tempo? Terá mais conforto? A Prefeitura terá condições de manter esse domínio, por mais que esteja dentro da sede do Município? A quantos quilômetros esse trecho se encontra da Prefeitura? A Prefeitura tem as máquinas necessárias? Sabemos que hoje os Municípios enfrentam uma série de dificuldades. Se passarmos esse trecho para o Município, será que ele terá condições de proporcionar ao cidadão toda a segurança e conforto para transitar?

Parabenizo V. Exa., que de forma muito louvável desperta os Deputados para a atenção que devemos ter na aprovação dos projetos que votamos aqui. Parabéns a V. Exa. por sua explanação. Continuarei ouvindo atentamente e espero que essas informações que solicitei estejam anexadas ao projeto, para que possamos votar tranquilamente, sabendo que os mineiros serão beneficiados.

O Deputado Gilberto Abramo* - Sou eu quem agradece o aparte. Essa é a razão por que o relator do projeto solicitou que fosse baixado em diligência, para ter as informações, porque o pedido de informações não consta do projeto original, como V. Exa.



ressaltou. Mas faço questão de ler o requerimento, baixando em diligência, para que não pareça dúvida quanto à seriedade da Comissão de Constituição e Justiça relativamente à transparência dos projetos aqui apresentados pelos Deputados.

Passo a ler o requerimento: “Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado que este subscreve, na qualidade de relator do Projeto de Lei nº 701/2011, que dispõe sobre a transferência de domínio de Estado para o Município de Carmópolis de Minas, no trecho da Rodovia MG-270, requer a V. Exa. seja a proposição baixada em diligência ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -, a fim de que esse se manifeste sobre a viabilidade dessa doação.”

Bom, está aqui nosso Secretário Dilzon Melo, que em ofício diz o seguinte: “Ilmo. Sr., a fim de subsidiar a Comissão de Constituição e Justiça” - porque nosso 1º-Secretário recebeu, e assim a Mesa ficou na obrigação de encaminhar ao DER - “o Projeto de Lei nº 711/2011, cuja cópia ora lhe encaminho, solicito a V. Sa. informar a esta Casa se o trecho de rodovia objeto da mencionada proposição está afetado ao uso da administração pública ou ao uso comum do povo. E, ainda, se existe algum outro óbice à transferência de domínio pretendida. Solicito-lhe a gentileza de mencionar em sua resposta os números desse ofício e do projeto analisado.”

Está aqui, foi encaminhado ao Sr. José Elcio Santos Montese, Diretor-Geral do DER, a pedido do 1º-Secretário. A data é 27 de abril de 2011.

Temos aqui um relatório da Secretária Maria Coeli Simões Pires, que diz: “Encaminho a V. Exa. as notas técnicas elaboradas pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop -, referentes aos Projetos nºs 760, 771 e outros.” Aqui, ela faz uma análise apresentando o seu relatório e há uma nota técnica. Proposição. Projeto de Lei nº 711/2011. Data da publicação no “Diário do Legislativo”: 26/3/2011. Autor: Deputado Ivair Nogueira. A ementa dispõe sobre a transferência de domínio do Estado para o Município de Carmópolis de Minas de trecho da Rodovia MG-270. O parecer inicial, referente ao projeto original, foi favorável. Quanto à fundamentação na nota técnica do DER, em 7/11/2011, que é recente, conforme informações da Diretoria de Operações e da 16ª CRG, Oliveira, trata-se de trecho com 1,6km, com denominação de Avenida Nossa Senhora de Fátima, não havendo óbice à municipalização do segmento. Nenhuma alteração sugerida. Quem assina é o Sr. Nelson de Andrade Reis, Vice-Diretor-Geral do DER de Minas Gerais.

Farei a leitura do parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Peço-lhes apenas um pouquinho mais de paciência, estou terminando, faltam apenas 20 páginas para serem lidas. Apenas um pouquinho de paciência que chegaremos lá. Dará tempo para votar. Temos até 13h55min, então dá tempo.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Primeiramente, gostaria de parabenizar V. Exa., que traz aos seus pares informações importantes sobre o Projeto de Lei nº 771/2011, de autoria do Deputado Ivair Nogueira, que deseja realmente levar para o Município de Carmópolis de Minas mais desenvolvimento e progresso. A transferência de domínio do trecho da Rodovia MG-270, com toda certeza, vai gerar emprego, atrair empresas para o entorno desse trecho, que será de domínio do Município, a partir da aprovação do projeto em 2º turno. Tenho certeza de que o governo de Minas vai sancionar esse projeto de grande importância para Carmópolis de Minas.

Lembro-me de que estive em Carmópolis de Minas, Deputado Gilberto Abramo, e fui convidado por lideranças para conhecer o comércio local. Resolvi, então, fazer algumas compras. Não sei se V. Exa. conhece ou tem o cartão American Express. Tive uma decepção muito grande com esse cartão. Quando fui pagar as compras em Carmópolis de Minas, fui informado que o cartão American Express estava bloqueado. Indaguei o motivo, porque não tinha débito nenhum. Como consta no cartão o telefone da empresa, liguei. Cartão dá dor de cabeça a muitas pessoas, não apenas a mim, pois já vi várias reclamações. Relataram que havia uma pendência. O que fiz? Tive de apresentar as notas quitadas à empresa, que estava cobrando de mim. Achei aquilo um absurdo. Essa é a lembrança que tenho de Carmópolis de Minas. Não sei se V. Exa. possui esse cartão. Você paga as anuidades, mas ele é bloqueado. Vejam o constrangimento por que passei. Perdi perdão àquela pessoa e tive de deixar a mercadoria. A irresponsabilidade da administração da American Express fez com que o meu cartão fosse bloqueado e me impossibilitasse de comprar a mercadoria escolhida, não algo grande, mas uma lembrança que gostaria de ter levado da cidade. Tive de entrar com um processo contra a American Express. Na época me deram a informação de que havia débito e perguntaram se eu queria fazer acordo amigável ou na Justiça. Foi assim, com falta de respeito. Lembro-me de que consultei um especialista em direito do consumidor, o Deputado Délio Malheiros, que me deu todas as informações, dizendo que entraríamos com uma ação, processando a American Express. Foi uma decepção. Não recomendo a ninguém a aquisição dessa bandeira. Deputado Gilberto, fiz esse parêntese porque a situação foi muito desagradável.

V. Exa. relata a importância do projeto, e o Deputado Luiz Humberto também tem interesse e apoia o Deputado Ivair Nogueira na sua aprovação. V. Exa. dissecou esse projeto, fazendo apresentação impecável, com a sua leitura, bem como dos pareceres das comissões.

Deputado Sávio Souza Cruz, V. Exa. disse que gostaria de adquirir o cartão American Express, mas não o recomendo, porque você vai ter dor de cabeça. Esse cartão trouxe muitos problemas, e não apenas a mim. Estamos até querendo realizar uma audiência pública para discutir as bandeiras dos cartões na Comissão de Defesa do Consumidor. Deputado Gilberto, isso é abuso. V. Exa. também é defensor dos consumidores. Parece que o senhor queria ou já adquiriu esse cartão, mas não se esqueça desse relato. O senhor vai ter dor de cabeça. Como quero o seu bem, recomendo-o a não ser cliente do cartão American Express, porque você paga, eles cobram, e você tem de entrar na Justiça, pagar advogado, perder tempo com uma coisa que não tem nada a ver com você, uma vez que quitou suas obrigações. Infelizmente a irresponsabilidade é muito grande.

Parabenizo V. Exa. pelo relato. Acredito que todos, até os Deputados que não atentaram para a importância do Projeto de Lei nº 771/2011, do Deputado Ivair Nogueira, tiveram mais munção para apoiá-lo e votá-lo.

O Deputado Gilberto Abramo* - Até gostaria de continuar a leitura do projeto. Num segundo momento, gostaria de fazê-lo, mas é importante o quórum. Vou conceder aparte à Deputada Luzia Ferreira. Em seguida, gostaria de pedir a verificação de quórum, pois não temos quórum para a continuação dos trabalhos. Que fosse reservado meu tempo para a reunião ordinária, às 14 horas.



A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Agradeço a gentileza do aparte. Quero fazer meus elogios ao projeto do Deputado Ivair Nogueira. Também sou votada em Carmópolis de Minas. Tive mil votos naquela cidade. Tenho tido, portanto, uma presença importante junto a nossa Prefeita Carminha. Quero dizer que esse projeto vai complementar uma ligação da cidade, que já está sendo feita, à BR-381. Quando foi feita a duplicação da rodovia BR-381, o Município de Carmópolis foi prejudicado, porque tinha uma entrada, que foi alterada. A entrada que restou hoje é muito inadequada para os moradores, que diariamente têm de vir a Belo Horizonte e ir a outros Municípios vizinhos. A Prefeita Carminha lutou muito para que uma das obras fosse realizada ali. A concessionária, no seu contrato, havia previsto algumas obras ao longo do trecho da BR-381. Essas obras começaram em agosto. Quem passar pela BR-381, próximo à entrada de Carmópolis, vai identificar uma obra em andamento, um viaduto, com uma alça de acesso para a cidade, facilitando para quem está vindo em direção a Belo Horizonte e quem está indo em direção àquela cidade. Esse viaduto vai ficar numa posição tal que terá condições de também fazer uma ligação com uma obra de asfalto que já está sendo feita, criando outro acesso para as cidades de Carmópolis e Passa-Tempo, que é ali pertinho, e de Itaguara, que também poderá ser beneficiada. O Projeto de Lei nº 771/2011 está sendo lido atentamente por V. Exa., para que tenhamos consciência de toda sua inteireza. Essa obra que está em andamento e que tem previsão de ser concluída até junho de 2013, não é uma obra pequena, vai trazer um grande benefício. O Projeto nº 771/2011, ao municipalizar um trecho, vai permitir que o próprio Município faça essa intervenção, que faça essa ligação com a BR-381. São melhorias consideráveis, que vão atingir o Município de Carmópolis, mas também Passa-Tempo e todos aqueles que transitam diariamente pela BR-381.

Quero deixar esse registro sobre uma cidade que acompanho muito de perto. Gosto da cidade e de sua gente. Todas as vezes em que lá estive, fui recebida com muito carinho. Acompanho as reivindicações da Prefeitura local e dos Vereadores. Essa obra do viaduto, recompõe um novo acesso, grande desejo da população. Essa municipalização vai dotá-los de instrumentos para que possam melhorar isso.

Quero também dizer que, próximo a essa rodovia, há o interesse do Município em construir uma unidade de saúde de pronto-atendimento. Essa intervenção, que poderá ser feita lá, beneficiará o Município. A UPA já está em processo de licitação. Antes, existiu uma que teve de ser refeita porque a empresa desistiu de tocar a obra. Então tanto a obra do viaduto, do novo acesso, como essa municipalização são importantes, pois será construída uma UPA na região, o que também facilitará o acesso não só dos moradores de Carmópolis, mas também dos de Passa-Tempo, de cidades vizinhas, ou mesmo de quem está transitando na 381 e, porventura, precise de um atendimento de urgência. A instalação da UPA é próxima a essa rodovia e da entrada onde está sendo construído esse novo acesso. Parabéns a V. Exa. Quero agradecer-lhe a gentileza do aparte.

O Deputado Gilberto Abramo* - Eu que agradeço, Deputada Luzia Ferreira.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Obrigado, Deputado Gilberto Abramo. Também gostaria de salientar o nosso encaminhamento pela aprovação da referida matéria, do Deputado Ivair Nogueira. Também quero dizer a V. Exa. que tenho representação política em Carmópolis. Aliás, sou um dos Deputados mais votados também em Passa-Tempo, Desterro e Entre-Rios de Minas, cidades que compõem aquele eixo.

Na rodovia que liga Passa-Tempo a Desterro, ainda falta um trecho de ligação asfáltica, o que é motivo de muita expectativa das pessoas. Digo isso neste momento porque, quando o projeto esteve na pauta, e está agora para ser apreciado, recebi a visita do Prefeito eleito de Desterro, João Azzi, grande amigo. Ele representa o nosso nome e trabalhamos em sua campanha para Prefeito em Desterro. Ele veio do Democratas, nº 25, e nos perguntou sobre o projeto. Disse a ele que estaria presente na discussão dele. Ao mesmo tempo, quero entender o que está sendo apreciado no dia de hoje. Por isso V. Exa., ao ler o projeto, dá-nos a oportunidade de ter conhecimento detalhado daquilo que estamos apreciando nesta Casa. Certamente, agora ele está no gabinete, com os Vereadores, participando indiretamente desta nossa sessão.

Quero dizer que apresentarei um requerimento ao governo, solicitando prioridade para que o complemento do trecho de asfalto passe por Desterro, indo até Entre-Rios de Minas. E que ele seja feito com a maior brevidade. É uma obra importante, é um trecho que vai desafogar o trânsito e interligar duas cidades históricas importantes, de um caminho muito especial. A sensação que o povo de Desterro tem, ou tinha até discutirmos a presente matéria, é de não haver a possibilidade de esse trecho ser ligado imediatamente. Mas estou vendo que sim, e vai ligar a BR-381 e a BR-040.

É importante dizer isso porque, ao chegar a Carmópolis, vemos a placa “Capital, a terra do tomate”, uma região de produtores, uma cidade respeitadíssima, onde tenho iniciado um trabalho como Deputado Estadual. Não tivemos expressiva votação naquela cidade, mas foi uma votação satisfatória. O projeto do Deputado Ivair Nogueira, que concede ao Município um trecho da MG, dará ao Município, Deputado Gilberto Abramo, a capacidade de modificar sua estrutura. Veja bem, V. Exa., que venho de Campo Belo pela Fernão Dias, sendo que, quando passo em frente a Carmópolis, vejo a entrada de um viaduto e, lá na frente, uma saída em que há um tratamento de esgoto. A presente matéria é realmente importantíssima. É uma matéria em que todos nós, membros desta Casa, e mesmo aqueles que não são votados em Carmópolis, temos interesse, pelo bem que vai fazer a toda aquela gente, e de forma não indireta, mas direta, beneficiando aqueles que vão para Desterro, para Entre-Rios e, claro, Passa-Tempo.

Todo esse fluxo chega a um gargalo, em Carmópolis, e V. Exa. não imagina a dificuldade que é transitar na cidade num final de semana de muito movimento. Nesse projeto que estamos apreciando, V. Exa. tomou a sábia decisão de dirimir as dúvidas e trazer a matéria à clareza, ensejando o nosso debate. Eu, como tenho interesse direto na região, não poderia perder este momento porque não sei se poderei participar da continuação desse debate hoje à tarde, em razão de compromissos assumidos.

Quero dizer a V. Exa., de todo o coração, que este aparte nos dá o direito de mandar um recado a todas as pessoas de Carmópolis: a garantia de que apresentaremos requerimento - aproveitando o trâmite dessa matéria - solicitando a complementação da obra que liga Passa-Tempo a Desterro, e teremos todo o trecho asfaltado de Desterro a Entre-Rios de Minas.

Meu caro Deputado Gilberto Abramo, não gostaria de encerrar minhas palavras sem deixar um recado relativo ao que ocorreu nesta Casa e que talvez os telespectadores da TV Assembleia não tenham entendido, ficando perplexos com os acontecimentos, com as acusações. Este Parlamento sempre será a Casa do debate. Se aqui não tivermos oportunidade de debater, estarão tirando de nós a



nossa principal arma, o nosso principal objetivo. A palavra “parlamento”, do francês “parler”, significa falar, discutir. Mas a nossa fala tem de ter um limite que não chegue a atingir a honra e a vida das pessoas que aqui se encontram. Digo isso porque, no dia de ontem, aqui neste Plenário, alguns companheiros me perguntaram também se eu havia me encontrado com o Deputado Délio Malheiros. E, ao dizer que não, recebi como resposta que teriam um presente a entregar ao Délio, a fim de que fosse seu porta-voz e o levasse ao Prefeito Marcio Lacerda. Disseram-me que era uma roupa de babá. Notei que essa questão extrapolou o limite. Até que ponto vai a liberdade da minha fala para que não agrida, diminua ou menospreze o meu companheiro de trabalho? Devemos respeitar as ideias uns dos outros.

V. Exa. é pastor de uma das igrejas mais respeitadas no Brasil e no mundo, e eu pertenço a outra denominação religiosa. Mas, aqui dentro, embora tenhamos diferenças, nós nos respeitamos buscando ressaltar nossos pontos positivos. Talvez possa me espelhar nas nossas diferenças a fim de fazer as coisas certas, observando os exemplos de V. Exa. Mas acho que a brincadeira feita com o Deputado Délio Malheiros não deve repetir-se e, com isso, não quero dizer que concordo com tudo o que o Délio disse em suas respostas. Acho que não havia necessidade de iniciar uma brincadeira dessas porque sabíamos que seu final não seria bom. Não seria bom como, de fato, não foi.

Quero, na qualidade de Vice-Líder do Bloco Transparência e Resultado, deixar essas palavras aos colegas e pedir desculpas ao povo de Minas Gerais porque o que aqui ocorreu hoje não precisava ter acontecido. Nós podemos chamar a atenção sem agredir a honra. Nós podemos chamar a atenção sem misturar as nossas liberdades, conforme eu disse, a de V. Exa. e a minha. Eu estava engasgado para dizer essas palavras e pedi a V. Exa. que me permitisse fazê-lo, porque, se eu não as dissesse aqui hoje e saísse por aquela porta, talvez eu me sentisse um pouco como covarde. Pena que neste momento não temos o Plenário da forma que estava no momento em que tudo aconteceu. O importante, Deputado e pastor Gilberto Abramo, é nós preservamos a nossa liberdade, respeitando a do semelhante. Eu tenho a minha, mas respeito a do semelhante.

É lamentável o que aqui aconteceu. Temos de nos limitar às brincadeiras de um Deputado com outro, para que não se repitam os fatos ocorridos nesta manhã, que se consubstanciaram em prejuízo – prejuízo, repito, de matérias importantes que tínhamos para apreciar ainda nesta manhã e início de tarde e que não foram apreciadas por esses motivos.

Quero dizer dessa minha preocupação, solicitar que o fato não aconteça novamente e parabenizar e agradecer V. Exa. por ter permitido que este parlamentar pudesse, dentro do prazo, deixar esse recado. Agora vou mais leve, com a consciência mais tranquila, porque disse ainda no dia de hoje aquilo que queria ter dito. Muito obrigado, Deputado Gilberto Abramo.

O Deputado Gilberto Abramo* - Realmente, são fatos que nos entristecem, mas peçamos a Deus que todos tenham senso de responsabilidade.

O Deputado Bosco (em aparte)* - Prezado Deputado Gilberto Abramo, primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de participar desse seu discurso e ponderações sobre o Projeto de Lei nº 771, que trata da transferência de domínio de parte da rodovia MG-270 para o Município de Carmópolis. Tenho certeza absoluta de que o autor da proposta, Deputado Ivair, certamente fez essa proposição atendendo às lideranças ou ao Prefeito de Carmópolis. Mas a mesma situação desse Município com certeza ocorre em centenas de outras cidades em Minas, pois vivemos num Estado de dimensão continental, com 853 Municípios. E a grande maioria deles é cortada ou margeada por rodovias estaduais e federais.

É muito comum Prefeitos, Vereadores ou até mesmo segmentos empresariais manifestarem o desejo da transferência de domínio desses trechos - ora do governo estadual, ora do governo federal - para os Municípios, tendo em vista que essas cidades se desenvolveram, cresceram e foram abrangendo essas estradas. Mas há que se observar, Deputado Gilberto Abramo, que, de acordo com a legislação estadual, há um certo limite às margens dessas rodovias, de domínio ora do Estado ora do governo federal. É a área de domínio, a área de segurança, normalmente de 15 metros de um lado e igual medida do outro. Com a municipalização desses trechos e por estar em domínio do Município, muitas pessoas, às vezes, acham-se no direito de se apossar dessa faixa de domínio.

Aproveito a oportunidade para chamar à reflexão não só o Deputado autor, mas também o Prefeito de Carmópolis, para que tenham esse cuidado, porque, no momento em que ocorrer essa transferência de domínio, será preciso que haja um planejamento para utilizar essas margens de segurança que existem ao lado da rodovia. Será preciso uma destinação de interesse público, e não de interesse comercial. Que essas margens de parte dessa rodovia que ora está em discussão e de outras que terão seus domínios transferidos para outros Municípios possam ser utilizadas para ampliação daquela via que, por estar passando por domínio municipal, vai se transformar em avenida, para que possamos ter a oportunidade de um trânsito mais fluente e, acima de tudo, com mais segurança para os pedestres.

Nós de Araxá temos duas rodovias que passam pelas margens da nossa cidade. São rodovias importantes, que estão no domínio do Estado e que são cuidadosamente zeladas pelo DER-MG. Sabemos que nesse caso de Araxá há um desejo muito grande de que essas rodovias sejam municipalizadas. Mas há uma preocupação desse Deputado com relação à utilização, se assim forem destinadas ao Município, da metragem de 15m de um lado e do outro. Precisamos aproveitar isso para transformar essas vias em grandes avenidas, que nos permitam um corredor de chegada e saída da cidade com segurança, sobretudo com segurança voltada para o pedestre.

Encerrando a nossa participação, Deputado Gilberto Abramo, gostaria de dizer que hoje tivemos a satisfação de participar de uma pequena parte de um evento da Associação dos Municípios de Minas Gerais, a AMM, que está contando com a maioria dos Prefeitos que foram eleitos e que vão iniciar os seus trabalhos a partir do ano que vem. Hoje está acontecendo esse encontro aqui na capital, com o objetivo muito interessante de preparar esses prefeitos, politicamente e administrativamente, para que eles possam assumir os seus Municípios com conhecimento de causa.

Caro Deputado Dalmo Ribeiro Silva, entendemos que, dos grandes desafios para esses Prefeitos, o primeiro, é claro, foi ganhar a eleição, mas o segundo será administrar bem os seus Municípios. Deixo os nossos cumprimentos à AMM, ao seu Presidente Ângelo Roncalli, por estar propiciando aos Prefeitos que foram reeleitos e aos que vão iniciar os seus mandatos a partir do ano que vem a oportunidade de conhecer melhor a situação administrativa, conhecendo melhor as questões do governo do Estado.

Caro Deputado Gilberto Abramo, muito obrigado por nos ter concedido a oportunidade do aparte. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Está esgotada a hora destinada a esta reunião.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 24/2012, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/10/2012

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Bosco e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado Fred Costa, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e registra a presença de estudantes participantes do Parlamento Jovem de 2012, de monitores da PUC Minas e de representantes das Câmaras Municipais de Belo Horizonte e de Carandaí. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovada a Proposta de Ação Legislativa nº 1.670/2012 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 2.775/2011 e de requerimentos (relator: Deputado André Quintão). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados André Quintão e Carlin Moura em que solicitam seja realizado debate público conjunto com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social sobre o tema "Conselho tutelar e Sípia Web: um desafio a ser enfrentado por uma infância e juventude protegidas", por ocasião do Dia Nacional do Conselho Tutelar. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2012.

André Quintão, Presidente – Bosco - Duarte Bechir - Fred Costa.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/11/2012

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos demais membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a proposta de revisão do PPAG-2012-2015, exercício 2013, no âmbito da Rede de Desenvolvimento Rural e do Programa Cultivar, Nutrir e Educar. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Jacqueline Míriam Maciel Junqueira, Gerente do Programa Estruturador Cultivar, Nutrir e Educar da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa -; e os Srs. Felipe Passos, Assessor de Gestão Estratégica e Inovação da Seapa, representando Paulo Afonso Romano, Secretário Adjunto e Gerente do Programa Estruturador Sustentabilidade e Infraestrutura no Campo; Rodrigo Ferreira Matias, Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Seapa; Edmar Gadelha, Subsecretário de Agricultura Familiar da Seapa; José Ricardo Ramos Roseno, Gerente do Projeto Adequação Socioeconômica e Ambiental de Propriedades Rurais da Seapa; Lucas de Oliveira Scarascia, Superintendente de Gestão do Mercado Livre do Produtor da Seapa; Vilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Estão presentes, neste momento, os Deputados André Quintão, Rogério Correia e Adelmo Carneiro Leão, e retiram-se a Deputada Liza Prado e os Deputados Fabiano Tolentino e Romel Anízio. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente – Fabiano Tolentino – Liza Prado.

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/11/2012

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Lamac, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e que a parte da reunião destinada a ouvir convidados foi cancelada e comunica o recebimento da seguinte correspondência,



publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Eliana Piola, Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Mulheres (23/8/2012); Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão (6/9/2012); Ana Cláudia da Silva Alexandre, Defensora Pública-Geral em exercício (11/9/2012); Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (9/11/12); Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (15/11/2012); Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral; e dos Srs. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Breno Henrique Avelar de Pinho Simões, Secretário de Estado Adjunto de Saúde (15/11/12). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 777/2011, no 2º turno, do qual designou como relator o Deputado Duarte Bechir. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.401/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Paulo Guedes em que solicita seja realizada audiência pública no Município de São João das Missões para discutir questões de segurança e a atuação da Funai, da Sesai, da Funasa e da Conab, tendo em vista os problemas enfrentados pelas famílias indígenas com a seca, a escassa condição de saneamento, a pobreza e outros problemas causados pela falta de infraestrutura; do Deputado Durval Ângelo (4) em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 34ª Reunião Extraordinária desta aos Juízes titulares das Varas Agrárias Estadual e Federal; em que solicita sejam encaminhados ao Deputado Federal Paulo Teixeira e a todos os Deputados Federais por Minas Gerais pedidos de providências para que aprovem a emenda que torna obrigatória a realização de audiência prévia sempre que seja determinada reintegração de posse em conflito agrário e urbano; em que solicita seja realizada visita à Cadeia Pública do Município de São João da Ponte e audiência pública na região para obter esclarecimentos sobre a situação em que se encontram os quilombolas presos em função de conflitos agrários na região de Brejo dos Crioulos; em que solicita seja encaminhado do Diretor da TV Assembleia pedido de providências para a cobertura do julgamento dos mandantes do massacre de Felisburgo, a ser realizado em 17 de janeiro de 2013, inclusive com imagens das audiências e das visitas feitas por esta Comissão ao Município, desde a época dos fatos; dos Deputados Durval Ângelo, Rogério Correia e Adelmo Carneiro Leão (3) em que solicitam seja realizada audiência pública para discutir a situação da judicatura atualmente realizada pela Vara Agrária Estadual de Minas Gerais e pela Vara Agrária Federal; em que solicitam sejam encaminhados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário as notas taquigráficas da 34ª Reunião Extraordinária desta Comissão e pedido de providências para que avalie a possibilidade de desapropriação da área onde se localiza o acampamento Terra Prometida, em Felisburgo, na forma da Lei nº 4.132, de 1962; em que solicitam sejam encaminhados ao Secretário de Estado de Defesa Social as notas taquigráficas da 34ª Reunião Extraordinária e pedido de providências para evitar violência e novas ameaças entre proprietários de terras e moradores do acampamento Terra Prometida, no Município de Felisburgo; do Deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para debater a operação da Polícia Militar realizada no Edifício Maleta, em Belo Horizonte, no dia 9/11/12; do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a situação das 180 famílias retiradas no Residencial Saint Martin, no Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2012.

Luzia Ferreira, Presidente.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/11/2012

Às 14h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Gustavo Perrella, Ulysses Gomes e Hélio Gomes (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.093/2012 (Deputado Ulysses Gomes); 2.318/2011 (Deputado Tiago Ulisses); e 3.522/2012 (Deputado Gustavo Perrella), no 1º turno; e Projetos de Resolução nºs 3.558, 3.560, 3.562, 3.563, 3.567 e 3.570/2012 (Deputado Tiago Ulisses); 3.559, 3.566 e 3.569/2012 (Deputado João Vítor Xavier); 3.561, 3.564 e 3.571/2012 (Deputado Romel Anízio); 3.565 e 3.568/2012 (Deputado Gustavo Perrella), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.598/2011 e 2.818, 2.848, 3.071, 3.085 e 3.213/2012 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por haverem sido apreciados em reunião anterior. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.669/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, e a Emenda nº 6, e pela rejeição da Emenda nº 5 (relator: Deputado Ulysses Gomes). Suspende-se a reunião. Às 14h46min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Zé Maia, Ulysses Gomes, Dalmo Ribeiro Silva e Carlos Pimenta (substituindo o Deputado Gustavo Perrella, por indicação da Liderança do PDT). O Projeto de Lei Complementar nº 24/2012 e os Projetos de Lei nºs 3.452, 3.461 e 3.538/2012 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 3.529/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os



membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, e para a reunião extraordinária do dia 22/11/2012, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2012.

Zé Maia, Presidente - Tiago Ulisses - Sargento Rodrigues - Antônio Carlos Arantes - Ivair Nogueira.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/11/2012

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Carlos Pimenta, Pompílio Canavez e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.106/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.791/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidente passa a direção dos trabalhos ao Deputado Carlos Pimenta para apresentar requerimentos de sua autoria. São recebidos pelo Presidente, para serem apreciados em reunião posterior, requerimentos da Deputada Rosângela Reis em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para: conhecer a política pública de atração de investimentos para Minas Gerais executada pela Agência de Promoção de Investimentos de Minas Gerais e debater seus reflexos na geração de empregos e na qualificação de mão de obra; e debater o impacto que a Medida Provisória nº 579/2012 produz nas condições de renovação de concessões do setor elétrico e na geração de trabalho e renda no Estado, bem como seus reflexos nas relações trabalhistas e na qualificação de mão de obra. A Deputada Rosângela Reis retoma a direção dos trabalhos. Ato contínuo, são submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, requerimentos do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita: seja realizada audiência pública para discutir o projeto que prevê o acordo coletivo especial; seja realizada audiência pública para debater as condições de saúde do trabalhador no Estado, em comemoração ao Dia Mundial em Memória das Vítimas de Doenças e Acidentes do Trabalho; e seja encaminhado ofício aos Deputados Federais pelo Estado de Minas Gerais, solicitando apoio na aprovação do Projeto de Lei nº 3.592/2012, do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciante. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2012.

Rosângela Reis, Presidente – Ulysses Gomes – Fabiano Tolentino.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Henrique, Antônio Carlos Arantes, Deiró Marra e Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 27/11/2012, às 9h30min e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres em fase de redação final e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

- de congratulações com a Comissão Nacional da Verdade e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos pela parceria na recuperação de documentos do período da ditadura militar (Requerimento nº 3.776/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);
- de congratulações com o Sr. Mário Magalhães pela publicação do livro “Marighella - O Guerrilheiro Que Incendiou o Mundo” (Requerimento nº 3.788/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);
- de aplauso aos policiais militares lotados no 18º e no 39º BPMs, na 2ª Companhia Rotam, no Grupamento Ostensivo de Trânsito, no Gate, no Batalhão de Rádio e Patrulhamento Aéreo e na 2ª Companhia BPE que atuaram na operação que culminou na prisão de dois indivíduos e na apreensão de armas em Contagem (Requerimento nº 3.805/2012, da Comissão de Segurança Pública);
- de congratulações com o Sr. João Euzébio Cruz, Chefe do 17º Departamento de Polícia Civil, de Pouso Alegre, pelos serviços que vem prestando à região na área de segurança pública (Requerimento nº 3.806/2012, da Comissão de Segurança Pública);



de aplauso ao Governador do Estado e à Secretaria de Defesa Social pela autorização de abertura de concurso público para provimento de 3.975 vagas na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar (Requerimento nº 3.809/2012, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com a Sra. Yara Tupinambá, autora do mural “Da Descoberta do Brasil ao Ciclo Mineiro do Café”, transferido recentemente para o Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema (Requerimento nº 3.811/2012, da Comissão de Cultura);

de aplauso aos policiais empenhados no combate aos jogos de azar no Município de Juiz de Fora, lotados na 6ª Delegacia de Polícia - 1ª Delegacia Regional de Juiz de Fora (Requerimento nº 3.816/2012, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso à Sra. Valéria da Silva Rodrigues, Juíza da Vara Infração da Infância e Juventude da Comarca de Belo Horizonte, por ser uma das idealizadoras do Programa Oportunidade Legal - OLÉ -, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (Requerimento nº 3.820/2012, da Comissão de Administração Pública).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 20/11/2012

A Deputada Maria Tereza Lara – Boa tarde, Deputados e Deputadas desta Casa, bravos companheiros do Sind-Saúde, que defendem a saúde pública de qualidade e estão sempre nesta Casa. Esperamos votar o projeto que consolida as negociações com o governo e representa ganho para o setor.

Inicialmente, como fundadora da Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial, não poderia deixar de registrar que hoje, dia 20 de novembro, é o Dia Nacional da Consciência Negra, ocasião em que celebramos a morte de Zumbi dos Palmares. Queremos homenagear todos os negros e negras que contribuíram para que nosso país fosse o que é hoje, ou seja, um país com muita diversidade. Temos de combater qualquer tipo de preconceito. O ser humano não pode nunca ser julgado pela cor da pele ou qualquer outro tipo de diferença. Portanto, homenageio todos os negros, todos os líderes que deram a vida - e ainda estão dando, como os sindicalistas - para que esta nação fosse mais fraterna e humana. Não há nada que consigamos de graça. A luta é permanente e árdua.

Quero mencionar que estive em São Paulo, juntamente com grandes colegas Deputados, representando esta Casa Legislativa. Eu estava representando a Bancada do PT por designação do nosso Líder, Deputado Rogério Correia, nosso grande companheiro. Estavam presentes os Deputados Bosco, Presidente da Comissão de Educação, bravo companheiro; Tiago Ulisses, que alegrou muito nossa viagem; Celinho do Sinttrocel; Neilando Pimenta; Carlin Moura, que esteve conosco na terça-feira. Fomos participar das Olimpíadas do Conhecimento 2012, realizada no Anhembi e promovida pelo Senai, pela Confederação Nacional da Indústria – CNI – e pelo Senac.

A cada dois anos, esse evento reúne estudantes de cursos técnicos e de formação profissional do Senai, que são desafiados numa competição que aponta as tendências tecnológicas e as mudanças nos perfis profissionais no mercado de trabalho.

Na pessoa do Sr. Presidente, Dr. Olavo Machado Júnior, gostaria de agradecer à Fiemg o convite a esta Casa, a oportunidade e o excelente acolhimento que nossa comitiva teve em São Paulo. Além dos parlamentares e outras lideranças aqui mencionados, gostaria de registrar a presença da Profa. Sônia Cruz, Secretária Adjunta de Educação de Minas Gerais. Tivemos oportunidade de conhecer mais de perto a sua longa história em defesa da educação. Mais uma vez agradecemos a atenção e o carinho do Presidente e de toda a equipe da Fiemg.

Deputado Bosco, fiquei impressionada com o brilho no olhar dos 680 jovens. Afinal, eles estavam não só sendo valorizados pelo esforço e dedicação, mas também estavam diante de uma grande oportunidade profissional e de mudança de vida. Fico feliz ao ver essa realidade porque me lembro bem quando, em 1999, estive pela primeira vez nesta Casa. Na época, o governo Fernando Henrique, através de uma legislação baseada no art. 17 da Lei nº 9.649, extinguiu os cursos técnicos federais em nosso país. Lembro-me de que recebia inúmeros jovens em meu gabinete. Formava-se uma fila pedindo bolsa de estudos para curso superior, já que eles deixaram de ter o curso técnico. Era um número muito aquém da demanda, e também não havia possibilidade para fazer curso superior, pois o número de vagas das faculdades federais ainda era muito aquém da necessidade. Felizmente, agora, a partir do governo Lula, temos o Prouni, em que milhares de estudantes têm a possibilidade de fazer cursos com a sua ampliação. Até um tempo atrás, em toda a história do Brasil, tínhamos cento e poucas escolas técnicas federais. Agora, com o governo Dilma, já temos mais de 200, e há um compromisso de chegar a 500 até 2014. Então vemos que, de fato, é um marco na educação deste país. Creio mesmo que o curso técnico seja uma necessidade para a educação no Brasil.

Recentemente li que só 11% da população brasileira tem ou está cursando um curso superior. É muito aquém - não é mesmo, companheiros da saúde? - do direito dos brasileiros, sobretudo dos jovens. É uma alegria muito grande participar dessa olimpíada quando vemos que realmente há valorização dos cursos técnicos. Podemos comprovar isso.

Gostaria de lembrar que durante a olimpíada tivemos um ato político, com a presença dos Prefeitos, o atual e o futuro, de São Paulo, os Governadores de São Paulo e de Minas Gerais e o Ministro de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Fernando Pimentel, o da Educação, além de outras autoridades da nossa Presidenta Dilma e do Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI. Tivemos um ato político em que pudemos ouvir algumas considerações importantes. No entanto, concederei agora um aparte ao Deputado Bosco, para que depois possa mencionar alguns trechos do discurso do Dr. Robson e da nossa Presidenta. Faço questão de deixar registrado isso nesta Casa.

O Deputado Bosco (em aparte)* – Prezada Deputada Maria Tereza Lara, é uma satisfação poder aparteará-la. Antes, porém, gostaria de fazer uma saudação ao público presente do Sind-Saúde, que estão aqui nesta tarde para acompanhar a apreciação e votação do

Projeto de Lei nº 3.451/2012, que já consta na pauta da reunião de hoje. Na verdade, já existe consenso entre todas as bancadas para apreciarmos e votarmos na tarde de hoje esse projeto.

Quero manifestar, Deputada Maria Tereza Lara, nossa alegria e satisfação de ter participado, na última semana, em conjunto com a caravana da Fiemg, da Olimpíada do Conhecimento, na cidade de São Paulo. Tivemos a oportunidade ímpar de conhecer o avanço, sobretudo de investimento, na área tecnológica, por meio da Fiemg, do Senai, do Senac e de vários outros segmentos que têm investido e acreditado na juventude e nos avanços tecnológicos.

Vivemos em um Estado e em um País que têm crescido e se desenvolvido muito, sobretudo economicamente. Entretanto, temos muito a aprender e a avançar em termos tecnológicos, porque nosso país ainda importa muita tecnologia. É preciso nos aprimorarmos mais na área de tecnologia; para tanto, temos de preparar as pessoas, os jovens para esse novo momento em que a tecnologia tem dominado o mundo.

É com muita alegria e satisfação que estivemos com você e com outros Deputados desta Casa – Carlin Moura, Celinho do Sinttrocel e Tiago Ulisses. Foi para nós uma oportunidade de representarmos a Assembleia de Minas e também de vermos aqueles jovens audaciosos enfrentando desafios. Dali sairão grandes profissionais que representarão o Brasil na olimpíada em nível internacional.

Outra notícia que ouvimos do Dr. Robson, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI -, é que em 2015 a olimpíada, em nível internacional, acontecerá no Brasil. Isso, sem dúvida alguma, é uma grande vitória e uma grande notícia.

Deixo aqui nossos cumprimentos à Federaminas; ao Dr. Olavo, Presidente da Fiemg; ao Dr. Robson; enfim, a todos os que contribuíram de maneira esplendorosa para que a Olimpíada do Conhecimento tenha acontecido com tamanho sucesso. Tenho a certeza de que Minas continuará brilhando e espero que o Brasil conquiste o primeiro lugar na olimpíada internacional, já que na última nosso país ficou em 2º lugar. A própria Presidenta Dilma manifestou o desejo e a vontade - que não é só dela, mas também de todos nós - de que o Brasil, na próxima olimpíada internacional, conquiste o 1º lugar. Parabéns e muito obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara - Deputado Bosco, quando decidi participar tinha a certeza de que V. Exa. também o faria, porque V. Exa. é um Deputado atuante e Presidente da Comissão de Educação. Realmente nossa presença foi muito proveitosa. Representamos esta Casa com muito orgulho.

O Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI, disse à Presidente, em seu discurso - queremos aqui relembrar a importância dessa parceria do governo federal com as indústrias - com visão, discernimento e equilíbrio: “Seu governo, Presidenta Dilma, tem-se dedicado a construir o país com que os brasileiros tanto tempo sonharam. Com elevada consciência cidadã, devota sua energia à defesa dos interesses do País e ao seu desenvolvimento socioeconômico”. Reconhecendo o trabalho do governo federal, o apoio e o investimentos na educação, o Dr. Robson agradeceu o empenho, determinação e constante diálogo entre o governo federal e a indústria brasileira em favor do pleno desenvolvimento nacional.

Foi muito importante o Presidente da CNI publicamente reconhecer, por meio de vários elogios, o trabalho da nossa Presidenta. Por ela ser a primeira mulher Presidenta, isso nos orgulha muito. Quero deixar isso registrado nesta Casa.

Foi realmente um momento ímpar para nós, para mostrar o objetivo que a Presidenta Dilma tem permanentemente perseguido - investimento na educação. Aliás, por desejo dela, todos os recursos do Pré-Sal deveriam ser investidos exclusivamente na educação. Ainda não foi possível um consenso, não foi aprovado em primeira instância, mas mostra o foco dela, o seu compromisso com a educação.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec -, lançado em abril do ano passado, conforme disse o Dr. Robson, é uma ação fundamental nessa direção. Em resposta ao Dr. Robson, a Presidenta Dilma afirmou que momentos como esse, quando lá estávamos, provam que o Brasil está no caminho certo, no caminho da educação. Eles evidenciam que nós, sociedade e governo, devemos dar importância à educação tecnológica e ao ensino técnico. Dilma Rousseff acredita nas parcerias entre governo e entidades.

A Presidenta ainda afirmou acreditar que essa formação nos garante uma nova geração de homens e mulheres trabalhadoras, seja através do ensino médio, seja dos cursos técnicos que são de alto nível e que podem colocar o Brasil, realmente, na linha do Primeiro Mundo.

Governo e indústria geram mão de obra qualificada, com maior competitividade, o que é o grande diferencial do Brasil no século 21.

Encerrando, quero dizer que, realmente, os 680 jovens que aceitaram esse desafio são criadores, empreendedores, construtores de um novo Brasil e estão preparados para ultrapassar as fronteiras. Meus parabéns! Saibam que, conforme disse a Presidenta Dilma, os selecionados para a Olimpíada da Alemanha terão todo o apoio e a torcida do Brasil para que possam representar com grandiosidade o nosso país. O encerramento será na Alemanha.

Mais uma vez, caros colegas, Deputadas e Deputados desta Casa, sindicalistas, todos os presentes, para nós realmente é fundamental saber que o nosso governo federal, que a Presidenta Dilma com as parcerias que tem feito, especificamente com as indústrias, tem levado o nosso Brasil cada vez mais a momentos de crescimento e de reconhecimento e prestígio internacionais.

Muitas vezes, por disputas partidárias, pensamos em desmerecer as nossas lideranças, o avanço do País, mas não podemos conceber isso. É importante reconhecer que o País está no rumo certo com a primeira mulher, a Presidenta Dilma. A parceria com a Confederação Nacional das Indústrias - CNI tem dado muitos frutos para os nossos jovens e para a profissionalização dos mesmos. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Companheiros que nos visitam nas galerias, é sempre um prazer tê-los nesta Casa. É tão bom ver uma reunião plenária com as galerias cheias. Quisera Deus que em todas as reuniões desta Casa tivéssemos as galerias cheias.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, que criamos há 16 anos, no próximo dia 30 de novembro vamos comemorar mais um aniversário dessa televisão, que mostra a realidade desta Casa. São 17 anos de TV Assembleia.



Quero lembrar aqui que, quando eu chegava e fazia pronunciamentos nesta Casa pedindo a criação da TV Assembleia, muitos Deputados diziam que o Deputado Alencar, que estava vindo da Câmara Municipal, estava doido - como poderíamos mostrar essa realidade aqui? Eu lhes dizia que a TV a cabo passava na porta, que tínhamos circuito interno de televisão e ele poderia perfeitamente transmitir as reuniões. Hoje estamos transmitindo para mais de 300 Municípios em todo o Estado de Minas Gerais e, agora, no canal aberto. Acho que este ano temos de comemorar e muito.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoal da imprensa, é a segunda vez que subo a esta tribuna para falar de um assunto importante: a discussão no Congresso Nacional sobre a unificação, a coincidência das eleições no Brasil, que está parada, travada, e que temos de retomar com seriedade.

Nos últimos anos foram apresentadas à Câmara Federal diversas propostas de emenda à Constituição com o objetivo de unificar as eleições, mas estão paradas, paralisadas. Unificar as eleições quer dizer que vamos votar, em uma mesma eleição, de Presidente da República a Vereador. Está passando da hora de o País discutir com seriedade essa unificação, que, além de reduzir consideravelmente o custo das eleições, promoveria a melhora do andamento das Casas Legislativas, que ficam paradas de dois em dois anos, e disso somos exemplo. É bom lembrar que a Assembleia Legislativa parou no período eleitoral. Todos os Srs. Deputados, os 77 Deputados desta Casa estavam preocupados com as eleições municipais. Como tínhamos de estar em nossas bases, tivemos dificuldade em conseguir quórum, e a Casa ficava parada.

Então, Srs. Deputados e telespectadores da TV Assembleia, está na hora de pensarmos para a frente. Na semana passada levei a proposta de um trabalho conjunto da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - Unale - e de um colegiado de Presidentes para que, com a representatividade de 1.059 legisladores estaduais de todo o Brasil, mobilizemos a opinião pública e o Congresso mostrando a todos a necessidade da unificação das eleições e fazendo com que o Congresso retome com seriedade essa discussão.

De acordo com o TSE, foram gastos R\$395.000.000,00 nas últimas eleições, usados na operação, nos investimentos em equipamentos, em relatórios de votação, em alimentação e no apoio das Forças Armadas. Podemos somar a isso os R\$606.000.000,00 que tiramos dos cofres públicos com a isenção de impostos concedida a emissoras de rádio e televisão. O que pouca gente sabe, Srs. Deputados, é que no Brasil o horário gratuito eleitoral tem preço: a propaganda custou aos cofres públicos 80% desses impostos, ou R\$606.000.000,00. Para ver o seu candidato a Prefeito e a Vereador na telinha da televisão, cada brasileiro pagou R\$3,19, já que nossa população é de 190 milhões de brasileiros. Portanto, somando os custos do TSE à renúncia fiscal, em 2012 as eleições consumiram R\$1.000.000.000,00. Para que tenham uma ideia, com esse valor o governo federal construiria 30 mil casas populares.

Curioso é que a nossa Companhia de Habitação Estadual - Cohab -, no programa de casas populares, dos 47 anos de sua fundação, construiu somente cerca de 113 mil moradias. Poderíamos nós, somente nesse período, deixar passar os 47 anos de Cohab.

Outra comparação interessante são os investimentos no Orçamento Participativo em Belo Horizonte, criado em 1993, em que a Prefeitura investiu R\$1.150.000.000,00, em 1.395 obras. Esse valor que gastamos no Orçamento Participativo em Belo Horizonte, desde 1993, e as eleições deste ano consumiram as 1.395 obras nesse período, de 1993 até hoje. Só no Projeto Vila Viva Vida, a Prefeitura de Belo Horizonte, no conjunto de obras e saneamento e na reformulação das famílias, construiu casas e reestruturou o sistema viário, com investimento de R\$1.115.000.000,00, para beneficiar 193 mil moradores.

Apresento aqui alguns dados para se ver o que é gasto com uma eleição, sendo que, daqui a 15 meses, esta Casa vai estar parada. Hoje temos aqui alguns Deputados - vários Deputados - na Casa, mas, com certeza, daqui a 15 meses, nesse mesmo dia, numa terça-feira, estaremos todos correndo atrás de nossas bases, e a Casa estará parada. Creio que a população tem de entender isso. Sabemos que, dos ocupantes de cargos públicos, nada mais nada menos que 87 Deputados Federais tentaram um cargo para Prefeito ou Vereador, ou seja, 20% dos Deputados disputaram as eleições. Observem o prejuízo, porque seus projetos ficam paralisados, e a própria população, que acredita estar votando para ser representado numa Assembleia Legislativa ou numa Câmara Federal, se esquece de que ele está abdicando do seu mandato, no meio do período, e vai ser Prefeito de uma cidade. Até a credibilidade com a política vai junto. E estamos falando em quê? Em aumentar dois nomes numa lista, numa máquina de voto que já deu certo e mostrou para todo o País que o brasileiro sabe votar.

Então esse é um movimento do qual começamos a falar há quatro, oito anos, mas estamos retomando-o agora. Fomos à OAB, órgão que nos ajudou quando apresentei o projeto do Ficha Limpa no Executivo, tirando o ficha suja, que estava sendo trabalhado no governo estadual, mas foi para o governo federal. Quer dizer, nesse projeto tivemos o apoio da OAB, e agora vamos ter, certamente, quanto à unificação das eleições. Vamos nos reunir com a CNBB e mostrar tal necessidade; haverá movimentos organizados em todo o Brasil, partindo de Minas Gerais. Está na hora de unificarmos as eleições neste país. Não se pode mais parar um país, as Casas Legislativas, de dois em dois anos.

Quero lembrar ainda, citando Belo Horizonte como exemplo, que chegaram as eleições e, dos 41 Vereadores que constituem a Câmara Municipal, 35 Vereadores foram candidatos. Assim, as Câmaras, e não só de Belo Horizonte, mas também de Contagem e de todas as cidades, param.

Se considerarmos esses dados e o fato de a população, que começa a enviar "e-mails", querer participar, temos o trabalho de colheita de assinaturas. Vamos coletar assinaturas e apresentá-las. Não queremos muito. Queremos apenas uma posição do Congresso, uma posição de Brasília, para que olhem com seriedade todos os projetos que estão lá; para que olhem com seriedade a data das eleições. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a Frente Popular pela Unificação das Eleições terá a participação de toda a nossa sociedade. Colheremos as assinaturas em todos os segmentos e solicitaremos essa questão.

Estava tentando buscar um dado interessante para finalizar a minha fala hoje. Lembro que, com a unificação das eleições, acabaremos com a farra dos partidos políticos; vamos respeitá-los e acabaremos com as coligações, que estão em cada cidade por vontade ou ao bel-prazer. Com a unificação das eleições, o PSDB será Oposição em Brasília, o PT em Minas Gerais, em Belo Horizonte e em Ubá. Pasmem, senhores, há várias cidades, em Minas Gerais e no Brasil, onde o PT tem como vice um candidato do PSDB, onde o PSDB tem como vice um candidato do PT, Deputado Rogério Correia.



Onde? V. Exa. não conhece o seu partido? O Vadinho está em Ubá com o vice do PSDB. Existe isso em tantas outras cidades também. Com a unificação das eleições, teremos partidos fortes, poderemos moralizar. O que falta hoje é vontade política no Congresso. Quero lembrar que, com a Ficha Limpa e tantos outros projetos, poderemos, com a força popular, tentar a unificação das eleições.

No mais, Srs. Deputados, estou reativando, ou melhor, apresentando outros projetos, para acertar a Lei Antifumo, que criamos e que é sucesso no segundo ano, em toda Minas Gerais. Há alguns pontos que temos de tirar, como o fim dos fumódromos em todos os estabelecimentos, que foi acertado agora. No mais, conto com o apoio da população mineira e de todos desta Casa para a unificação das eleições. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, boa tarde. Inicialmente, Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar todos os parlamentares e os nossos companheiros e companheiras da saúde, que se encontram presentes, lotando as nossas galerias. Como Líder do PDT desta Casa, posso adiantar que a nossa bancada, que se faz presente, também votará favoravelmente ao projeto.

O Deputado Alencar da Silveira Jr., que nos representa, que representa o PDT na Mesa como 2º-Secretário; o Deputado Tenente Lúcio; o Deputado Carlos Pimenta, que também é oriundo da saúde; e este Deputado estamos aqui prontos para, ao final desta fase, no momento em que adentrarmos o processo de votação, manifestar-nos favoravelmente à votação em 2º turno do Projeto de Lei nº 3.451, que entendemos ser de grande valia.

Sr. Presidente, na verdade o assunto que me traz à tribuna nesta tarde é novamente a preocupação com a segurança pública em nosso Estado. Estamos acompanhando alguns fatos que nos chamam à atenção e, obviamente, como sou oriundo da segurança pública, pois tive oportunidade de trabalhar diretamente na ponta da linha exercendo a atividade de segurança pública durante 15 anos, na Polícia Militar, e especialmente no comando de viatura, entendemos que algumas questões precisam ser debatidas nesta Casa e merecem mais atenção do nosso Governador Anastasia, bem como da cúpula da nossa defesa social.

Registramos matéria do jornal “O Tempo” que aponta, no dia 7 de novembro, que latrocínios aumentam 458% em um ano. Outra matéria de outro jornal, o “Hoje em Dia”, também do mesmo dia 7 de novembro: “Em 10 meses, 639 homicídios na Capital”. Por último, o atentado a bomba ocorrido na cidade de Campo Belo, onde criminosos jogaram dinamites e explodiram vários veículos estacionados no pátio do estacionamento da companhia de Campo Belo. São fatos que merecem nossa atenção e nossa preocupação.

Quando exercíamos nossa atividade nas ruas aqui, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, vivíamos um momento em que era fácil notar quando o crime tinha um decréscimo pela forma de atuação policial e, obviamente, pelo apoio que o governo do Estado estava dando no momento. Hoje quero deixar claro, aliás já aprovei o requerimento, com o apoio da Deputada Luzia Ferreira e do Deputado Rômulo Viegas, na Comissão de Segurança Pública, para fazermos uma visita, com a Comissão de Segurança Pública, Deputado Inácio, às unidades especializadas da Polícia Militar. Porque fatos como esses, Deputado Neider, vêm-nos preocupando, e percebemos crescimento desses tipos de crimes, chamados de crimes violentos.

Por que nós, Deputados, devemos estar preocupados com esses crimes? Porque, dentro dos eventos de defesa social, a maior ruptura nesse sentido são o latrocínio e o homicídio, ou seja, vemos ceifada a vida de um cidadão. A partir do momento que ocorre um homicídio ou um latrocínio, os sensores do governo, em termos de segurança pública, devem-se acender, a luz amarela deve se acender porque algo precisa ser feito com maior eficiência para que isso não continue a crescer e que o Estado consiga oferecer patamares de segurança pública mínimos, em que a população possa conviver de forma mais tranquila.

Como é que fazemos essa avaliação? Aprovei esse requerimento e estou aguardando o Deputado João Leite, Presidente da nossa comissão, marcar a visita às unidades especializadas da Polícia Militar, Deputada Maria Tereza Lara, para termos um retrato fiel.

Quando servia no Batalhão Rotam, em 1990, lançávamos, num turno, o chamado Quarto-Primeiro Turno Rotam. Aqui, na Região Metropolitana, eram 30 viaturas chamadas de malha de recobrimento das unidades de área onde trabalham as viaturas básicas, as RPs. Hoje, passados 22 anos dessa data, estamos lançando apenas 13 viaturas. Isso, Deputado Inácio, nos preocupa muito. Imagine que, quando ocorria um assalto aqui em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, havia aquela viatura básica, que hoje é aquele Gol ou Uno Pálio, com dois policiais se dirigindo ao local da ocorrência. Havia o tático-móvel em cobertura e duas ou três viaturas da Rotam que também faziam esse cerco-bloqueio.

Mas, naquela época, em 1990, nós lançávamos 30 viaturas no quarto de primeiro turno, ou seja, em um turno que ia das 19 horas às 4 horas. Passados 22 anos, estamos lançando 13 viaturas. Isso deveria ter dobrado, deveríamos estar lançando 60 viaturas, mas tivemos um encolhimento para um terço das viaturas lançadas. Então, Deputada Maria Tereza Lara, os parlamentares que não estão atentos, que não têm o seu olhar voltado para essas questões não percebem o quanto diminuiu a capacidade de resposta das unidades especializadas da Polícia Militar de Minas Gerais.

Quando isso ocorre, temos duas consequências imediatas. Primeiro, não se consegue prender em flagrante o criminoso de assalto, homicídio ou latrocínio, e a polícia não consegue atuar de forma preventiva desarmando o criminoso antes que ele pratique o homicídio ou o latrocínio. Segundo, temos ainda os policiais sofrendo o efeito dessa deficiência logística dentro da polícia. A partir do momento em que se tem um número de viaturas menor para a capacidade de resposta, o número de policiais que fazem o enfrentamento também é menor, o que coloca em risco a vida dos policiais que estão de serviço naquele turno, ou seja, eles ficam muito mais vulneráveis.

Portanto, Presidente, quero chamar a atenção do Governador Anastasia para que as unidades especializadas tenham viaturas mais pesadas imediatamente. A notícia que temos é de que o governo não tem comprado essas viaturas, de que essas viaturas não têm chegado nas unidades especializadas. Temos o BPE, o GAT, o Batalhão Rotam e os policiais da Companhia de Cães, que adestram os cães, animais de extrema valia em uma busca e captura no mato, em escombros, em locais de difícil acesso do ser humano. Então, Deputada Maria Tereza Lara, estão faltando essas viaturas pesadas para o BPE, para o GAT, para o Batalhão Rotam. Isso faz com que a malha de recobrimento fique deficiente; ficando deficiente, as viaturas de área ficam sobrecarregadas; sobrecarregando-as, nós



temos um maior número de homicídios, latrocínios e crimes pesados sem uma capacidade de resposta. E ainda se coloca em maior risco os policiais que estão no turno de serviço.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, quero parabenizá-lo, porque nesta Casa V. Exa. tem dado inestimável contribuição ao discutir a questão da segurança com sua experiência nessa área e sempre atento às condições dos profissionais de segurança e ao trabalho de segurança no Estado. Sou testemunha disso, não só no Plenário como na Comissão de Segurança Pública. Conte sempre conosco. Estava presidindo a Comissão quando V. Exa. aprovou esse requerimento solicitando as visitas, e queremos que elas sejam feitas brevemente. Queremos dar essa contribuição para que o Estado de fato possa corresponder sempre à expectativa, sobretudo em defesa da vida. Outros problemas são gravíssimos, mas a perda da vida é irreversível. Sabemos que o maior bem que o ser humano tem é a vida e não podemos abrir mão dele de forma alguma. Cumprimento V. Exa. por esse trabalho.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço a V. Exa., que tem sido uma companheira de grande importância na Comissão de Segurança Pública, com a sua sensibilidade - a contribuição feminina é muito importante, porque a sensibilidade e o olhar são diferenciados. Muitas vezes, a contribuição da mulher na Comissão é de grande valia. V. Exa. tem feito isso de forma brilhante, muito atenta e sempre acompanhando as nossas visitas, as nossas audiências públicas e os nossos debates.

Deputada Maria Tereza, V. Exa. trouxe um tema que eu tinha evitado trazer, até para o campo do esboço jurídico. Como V. Exa. diz, a vida só tem uma safra. O maior bem jurídico, o maior bem protegido por todo o arcabouço jurídico é a vida em primeiro plano.

O governo tem de estar atento; o Governador tem de estar atento. Parece-me que as informações não estão chegando ao Governador Anastasia. Direciono minha fala neste momento ao Governador Anastasia e ao Secretário de Defesa Social, Rômulo Ferraz. É preciso que o Secretário saia um pouco do gabinete e vá visitar as unidades especializadas da Polícia Militar para que veja, “in loco”, que estão faltando a essas unidades viaturas de grande porte. O governo de São Paulo, de Fortaleza e de outros Estados, Deputado Inácio Franco, têm comprado viaturas Hilux. É uma viatura cara? Sim. Mas, mais caro que isso é a vida do ser humano, que precisa ser protegida. Deixo nosso apelo ao Governador Anastasia para que visite as unidades especializadas da Polícia Militar. Faça essa visita e constate o que afirmei, ou peça um relatório fiel, não um maquiado, que mostrará a deficiência de viaturas de grande porte.

Finalizando, Sr. Presidente, por outro lado temos a Polícia Civil. Conversava há pouco com o Deputado Hely Tarquínio. Tenho insistido nessa minha fala. O Governador precisa urgentemente resolver o problema de efetivo da Polícia Civil. Já foram convocados 154 Delegados excedentes do concurso, mas faltam os Escrivães, que também precisam ser trazidos. O Governador precisa ter essa atenção especial. Existem áreas prioritárias do governo? Existem. Se algum remanejamento puder ser feito, que o recurso seja aplicado nas áreas prioritárias. Volto a insistir que é fundamental a presença do Delegado e do Escrivão, que auxilia esse Delegado na feitura do inquérito. É o inquérito que vai chegar às mãos do Promotor, que oferecerá a denúncia. Com a condenação, não teremos o sentimento de impunidade. É necessário que o Governador fique atento e autorize a convocação dos Escrivães que passaram no concurso e ficaram como excedentes. Assim a Polícia Civil terá condições mínimas de recompor o seu efetivo. Essa questão do efetivo, que é necessária e latente na Polícia Civil, precisa ser resolvida. Do contrário, Presidente, a Polícia Militar registrará as ocorrências, que desaguarão numa delegacia de polícia, mas não serão transformadas em inquéritos, que, por sua vez, não serão concluídos. Não serão concluídos por qual motivo? Por falta de Delegado de Polícia, por falta de Escrivão.

O Governador precisa estar atento, porque essas questões de segurança pública estão nos preocupando, e o Governador precisa dar uma resposta rápida à população de Minas Gerais. O cidadão de bem, as pessoas sérias e honradas deste Estado esperam que o Governador Anastasia possa, de imediato, realocar recursos para a área de segurança, que é tão importante. A população tem clamado por isso.

Muito obrigado a todos. Agradeço a paciência de V. Exa. e cumprimento mais uma vez os companheiros da área da saúde.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia – Cumprimento o Presidente, os colegas Deputados e Deputadas, os companheiros da imprensa. Servidores da área da saúde. É um prazer estar aqui com vocês hoje.

Sr. Presidente, discutimos o quadro da saúde no Estado de Minas Gerais, e a presença dos servidores demonstra que a saúde pública em Minas vai mal, fruto do governo do Estado, que durante anos, desde 2003, tem optado por não investir os 12%, deixando que a saúde vá piorando ainda mais. O Deputado Sargento Rodrigues falou sobre segurança pública e pediu ao Governador Anastasia que veja a situação da segurança. O Prof. Anastasia poderia verificar também a situação da saúde e da educação.

O Prof. Anastasia poderia ver os casos da saúde, da segurança e da educação. Como diz o Deputado Sávio Souza Cruz, o Prof. Anastasia poderia ver a Minas real, ao invés de enxergar a Minas da Andrea, a “Goebbels das Alterosas”, que é a Minas irreal, a Minas da imprensa, que recebe polpudas verbas publicitárias. Se, ao invés disso, o Prof. Anastasia enxergasse a Minas real, provavelmente o seu governo estaria melhor, especialmente para o povo mais pobre. Mas parece que ele só conhece Minas por aquilo que a Andrea Neves deixa que seja publicado: que o Estado vai bem, que Minas cresce e que Minas avança. E vemos exatamente o contrário.

Mas, Sr. Presidente, trago aqui hoje outro problema, com o qual o governo do Estado tem a ver também. Já iniciamos a sua discussão. Estamos começando o período das chuvas. Durante o ano passado, sofremos demais com inundações pelo Estado como um todo. Eu mesmo fiz um pedido, na época, de audiência pública, e o governo ficou de prever, no Estado de Minas Gerais, a questão das inundações com programas sociais. Mas já começamos a ver problema com a inundação no Estado, particularmente em Belo Horizonte. O nosso povo sofreu com a chuva que tivemos na semana passada. De novo a Cristiano Machado e a Antônio Carlos estavam alagadas; os pontos de alagamento no Sarandi foram os mesmos, o que vêm se repetindo em Belo Horizonte. E a Prefeitura não fez absolutamente nada, embora, na campanha eleitoral, tenha dito que estava cuidando dos pontos de inundação. Mas não. E sofremos com isso. Tivemos uma pessoa – e queria aqui me solidarizar com a sua família – que faleceu, vítima fatal do caso da inundação. Tivemos também milhares de famílias e de comércios com prejuízos pela inundação e centenas de milhares de pessoas novamente sem luz.



No que diz respeito à Cemig, novamente houve queda, quase que generalizada, da luz em Belo Horizonte, e se repetiu o apagão, como sempre acontece.

Como o problema da inundação, o problema da Cemig permanece exatamente o mesmo e nos mesmos pontos já criticados ano a ano. E, este ano, começamos infelizmente com uma vítima. Mais uma vez, gostaria de me solidarizar com a família. É uma vítima, mas, infelizmente, pode ser o prenúncio de outras, porque os pontos continuam a ser alagados. Mas, antes de continuar, concedo um aparte ao nobre Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão (em aparte)* – Nobre Deputado Rogério Correia, primeiramente, gostaria de parabenizá-lo pela condução das negociações na semana passada, que nos possibilitaram votar o projeto da saúde. Graças a esse empenho, daqui a pouco votaremos esse projeto. Na mesma linha, queria também parabenizá-lo pelo pronunciamento. Quando ocorrem desastres e tragédias como essas, acho que o primeiro momento é de solidariedade com a família e também com aqueles que perderam seus bens materiais, seu ganha-pão. Vários comerciantes foram duramente atingidos com prejuízos relevantes. Sabemos que os desastres naturais muitas vezes fogem ao controle do poder público, mas, no caso específico de Belo Horizonte, V. Exa. levantou duas questões relevantes. Primeiro, o discurso de campanha. Quando se está na campanha eleitoral, parece que tudo está funcionando, que está às mil maravilhas, e depois o discurso não condiz com a prática. Acho que isso está acontecendo, no caso de Belo Horizonte, pois sabemos que existem problemas graves. Depois de quatro anos à frente da Prefeitura, é de se estranhar que somente agora haja essa necessidade de recurso, essa impossibilidade de ir projetando até mesmo ações para 10, 15 anos. Que isso fique claro para a população.

O segundo aspecto diz respeito à abordagem que o Prefeito fez, uma abordagem que quase culpabiliza as pessoas que sofreram os prejuízos, até de vida humana, com as enchentes.

Conhecemos o processo de crescimento desordenado de Belo Horizonte, em consequência da ausência da reforma agrária e da ditadura militar, que concentrou renda e expulsou as pessoas para as grandes cidades. As pessoas moram perto de córrego e em morros não porque querem e, sim, porque a condição econômica não lhes possibilitou outra moradia. Culpar essas pessoas é um equívoco da Prefeitura.

Parabenizo V. Exa. A Oposição aqui é responsável. Hoje mesmo há um projeto do Governador de pedido de empréstimo de R\$476.000.000,00 a um programa da Presidente Dilma, de apoio a Municípios e Estados, para a prevenção e atuação ligadas a catástrofes naturais. Estamos flexibilizando e vamos votá-lo, por quê? Porque é nossa postura enfrentar o problema com ação e não com discurso.

O Deputado Rogério Correia – Obrigado, Deputado André Quintão. Concedo aparte ao Deputado Pompílio Canavez.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte) – Deputado Rogério Correia, também quero parabenizá-lo pela negociação que possibilitou votarmos o projeto de lei que interessa aos trabalhadores que estão aqui. Sejam bem-vindos.

Esse debate que o senhor nos traz é muito importante. A questão das enchentes e dos acidentes envolvendo a Cemig são quase uma crônica de mortes anunciadas. A crônica da enchente anunciada. Todo ano há enchente. Todo ano acontecem mortes, tragédias e as pessoas perdem tudo. Nunca se faz o que realmente é necessário.

Hoje, pela manhã, eu e outros parlamentares – Deputados Arlen Santiago, Doutor Wilson Batista e Deputada Liza Prado – recebemos uma medalha da Polícia Militar: Mérito da Defesa Civil. Quem estava lá recebendo a Medalha de Mérito da Defesa Civil? O Prefeito Marcio Lacerda. Ele recebeu essa medalha poucos dias após ter dado uma declaração, no mínimo, infeliz, transferindo para o cidadão o problema. O cidadão escolhe o Prefeito exatamente para resolver os problemas. Para que o cidadão vota no Prefeito, nos Vereadores, senão para que resolvam essas questões? Falta planejamento, não falta babá. Faltam é gestão, planejamento e responsabilidade. Será que vamos esperar novamente mais enchentes? Sr. Presidente, isso ocorrerá não só em Belo Horizonte, pois daqui a pouco veremos as manchetes, as TVs mostrando o drama das enchentes, por exemplo, o Rio Sapucaí inundando Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e diversas cidades. Os Prefeitos que estão no mandato e foram reeleitos têm a obrigação de agir preventivamente, para que o nosso povo não passe mais o vexame de ser surpreendido todos os anos por uma enchente que já está mais do que anunciada.

Eram essas as minhas palavras. Agradeço-lhe o aparte.

O Deputado Rogério Correia – Obrigado, Deputado Pompílio Canavez. Realmente, é estranho o Prefeito ganhar uma medalha da defesa civil, logo ele que disse que o povo é culpado pelas enchentes e que não quer ser babá.

Concedo aparte ao nobre Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* – Deputado Rogério Correia, cumprimento V. Exa., que traz a este Plenário um assunto que tem chocado a opinião pública de Belo Horizonte, do Estado e até do País, daqueles que já tomaram conhecimento de uma declaração, no mínimo, infeliz e desastrosa, do Prefeito Marcio Lacerda. Quer o Prefeito jogar sobre as vítimas a sua responsabilidade. Quer jogar sobre aqueles que perderam um ente querido a responsabilidade por a pessoa ter morrido. Aos comerciantes que perderam seus bens, aos moradores de camadas populares que perderam suas propriedades e moradias, o Prefeito atribui a culpa de a enchente ter provocado o que provocou.

Ora, Deputado, o Prefeito ainda usa de um tom de escárnio, de cínico deboche, de desconsideração não só com os menos favorecidos mas até com a vida humana.

Então, Deputado, já que S. Exa. o Prefeito Márcio Lacerda considera que tratar das enchentes seja contratar babás, que as Bancadas do PT e do PMDB aqui presentes façam chegar às suas mãos este uniforme de babá, para que ele se responsabilize pela população de Belo Horizonte. (- Mostra o uniforme.) O Prefeito disputou as eleições para tratar dela. Ninguém o obrigou a ser candidato. Que o Márcio Lacerda use este sugestivo uniforme e o entregue aos seus secretários, mas que não trate as pessoas mais carentes de Belo Horizonte com a ironia com que o estamos tratando. Respeito, Prefeito Marcio Lacerda!

O Deputado Rogério Correia - Deputado Sávio Souza Cruz, estou vendo a nova roupa de babá do Prefeito. Acho que as babás cuidam melhor dos nossos filhos e netos do que o Prefeito cuida de Belo Horizonte. Talvez, ao vestir essa roupa, ele possa ser melhor

como babá do que como Prefeito. Se as Bancadas do PT e do PMDB me permitirem, farei a entrega ao Deputado Délio Malheiros, Vice-Prefeito, que disse que estaria onde o Marcio não estivesse. Que encontre o Marcio aonde for e lhe entregue o avental, que está bem branquinho. Que o Prefeito não o suje como fez com a imagem de Belo Horizonte. Deixarei a roupa de babá no gabinete do Deputado Délio Malheiros, para que a entregue ao Prefeito.

O nosso tempo está acabando. Portanto, voltarei a falar sobre a redução da taxa de energia pela Cemig, que também é grave. Hoje, tivemos um debate muito interessante. A Cemig está na contramão do processo, não quer fazer a redução e presta um serviço de forma cada vez mais precária, Deputado Vanderlei Miranda. Vimos apagão em quase toda Belo Horizonte num dia chuvoso. Foi impressionante o quadro que a Cemig apresentou.

Para quem chegou atrasado, mostro o uniforme que as Bancadas do PT e do PMDB entregarão ao Prefeito Marcio Lacerda. E eu o entregarei ao Vice-Prefeito, Délio Malheiros, para que o repasse ao Prefeito.

Digo aos companheiros da saúde que viabilizamos um acordo assinado pela Secretária Renata Vilhena e votaremos daqui a pouco, mas de olho no projeto de lei que o governo prometeu remeter a esta Casa. A proposta beneficia os companheiros da Unimontes, da Secretaria de Saúde e da Escola de Saúde Pública. Parabéns pela presença de vocês aqui mais uma vez. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cumprimento os profissionais da saúde que se encontram nas galerias e todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia nas diversas cidades do Estado. Sr. Presidente, volto a esta tribuna após as eleições de 2012 para fazer um relato e um agradecimento a todo o povo do Norte de Minas, especialmente a todos os montes-clarenses.

Disputei as eleições em Montes Claros e tive uma belíssima “performance”. Comecei a disputa com menos de 0,5% nas pesquisas, fui para o segundo turno em 1º lugar e quase venci as eleições, não fosse o rolo compressor montado por diversas frentes da política norte-mineira, da política local e das administrações local e estadual. O resumo é que, apesar do resultado, tivemos uma grande vitória política em Montes Claros e em todo o Norte de Minas. É por essa razão que volto a esta tribuna para agradecer de forma especial aos mais de 82 mil montes-clarenses que iniciaram a transformação da cidade numa nova política, numa nova oposição que exerceremos a partir de 1º de janeiro do ano que vem, fazendo na cidade uma oposição consciente, uma oposição propositiva, uma oposição que vai procurar resolver os problemas da cidade e, acima de tudo, uma oposição fiscalizadora para cobrar do Prefeito eleito as propostas e as promessas que fez na campanha deste ano.

De forma especial, gostaria de agradecer a todos os partidos que nos ajudaram, a todas as lideranças e a toda a população de Montes Claros, que nos recebeu de forma muito gentil na porta de sua casa em diversos bairros da cidade. Mais uma vez, quero deixar os nossos agradecimentos a toda a população de Montes Claros e também à do Norte de Minas, onde nosso partido teve belíssima “performance”. Foi o partido que mais fez Prefeituras no Norte de Minas, ao contrário do que a grande imprensa divulga, em erro histórico. O jornal “Estado de Minas” deve ter-se esquecido das aulas de Matemática, pois fez uma matéria absurda dizendo que o PT se reduziu no Norte de Minas. Pelo contrário, quase dobramos o número de Prefeitos. Somos o partido que mais elegeu Prefeitos no Norte do Estado, ao contrário do nosso principal adversário, o PSDB, que caiu para sete Prefeituras. Ora, numa região com 94 Municípios, o PSDB elegeu apenas 7 Prefeituras. Já o PT foi o partido que mais elegeu Prefeituras e Vice-Prefeituras no Norte de Minas Gerais. Tivemos um belíssimo desempenho, ganhamos cidades importantes como Januária e Salinas, recuperamos cidades importantes e elegemos pela primeira vez o Prefeito da cidade de Manga e de várias outras cidades da região.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Obrigado, Deputado Paulo Guedes. Serei rápido. Quero acrescentar a lista das nossas conquistas a cidade de Uberlândia e também parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e pela luta que realizou em Montes Claros. Com certeza, saímos muito maiores do que entramos. Isso se deve muito à luta da nossa militância e de toda a sua equipe, dos movimentos sociais que se engajaram nessa campanha ao apresentarem um projeto realmente democrático e com participação popular. Realmente, eram as melhores propostas. Não tenho dúvida de que V. Exa. saiu muito maior do que entrou e teve grande ganho político. Não tivemos ainda a vitória eleitoral, mas, sem dúvida alguma, tivemos a vitória política. Por isso quero novamente parabenizar a coragem e a luta de V. Exa., que enfrentou muitos preconceitos, obstáculos, discriminação.

Na verdade, o PT é assim. A exemplo do nosso grande ex-Presidente Lula, que superou grandes desafios, com certeza, V. Exa. superou e supera também. Quero parabenizá-lo pelo desempenho e pelo trabalho realizado em Montes Claros.

Deputado Paulo Guedes, quero aproveitar também para rapidamente cumprimentar os trabalhadores da saúde que estão aguardando a votação do Projeto de Lei nº 3.451, que tem nosso total apoio e que foi fruto de um acordo. Eles estão democraticamente nesta Casa aguardando para que o projeto seja colocado em pauta, bem como todas as emendas que foram fruto de nosso acordo para atender aos demais segmentos. Deputado Paulo Guedes, sei que é uma luta que V. Exa. também defende, já que V. Exa. é defensor do povo mais carente do Estado.

Tivemos hoje, na Comissão de Minas e Energia, uma audiência pública para tratar da tramitação da Medida Provisória nº 579, que tramita no Congresso Nacional e que dispõe sobre a redução das tarifas de energia elétrica em todo o País. Recebemos representantes do Sindieletrô e da Cemig e discutimos essa questão no Estado. É fundamental ampliarmos esse debate, porque estamos correndo um grande risco. Temos um movimento liderado pelo PSDB, principalmente por lideranças de Minas Gerais e pela Cemig, que é controlada pelo governo do Estado, para tentar barrar a aprovação da Medida Provisória nº 579 e impedir que toda a população tenha a tarifa de energia elétrica reduzida em até 16% para as residências e em 28% para as indústrias.

Já dissemos que a Presidenta Dilma foi corajosa, ao apresentar essa matéria, porque ela garantirá a competitividade do Brasil, reduzirá os custos com a energia elétrica, o custo Brasil, já que em todos os serviços, produtos e mercadorias está embutido o preço da energia elétrica. Muitas empresas e indústrias não vieram para nosso Estado por conta da energia elétrica. Todo o custo é repassado aos consumidores, tudo fica mais caro, ainda mais em Minas Gerais, Estado em que o ICMS é o mais caro do Brasil - 42%. Enquanto



a Presidenta Dilma foi sensível, reconheceu a nossa luta histórica em Minas Gerais pela redução da tarifa de energia elétrica e retirou os encargos federais da conta de luz, o governo do Estado não sinalizou para reduzir o ICMS.

Mas continuaremos fazendo a campanha, Deputado Paulo Guedes, pela redução do ICMS da conta de luz em Minas Gerais a fim de beneficiar o nosso povo tão sacrificado, que já pagou para montar esse sistema e ainda paga uma tarifa caríssima. Infelizmente, a Cemig está deixando de fora da proposta apresentada pela Presidenta Dilma três grandes usinas. A empresa ameaçou ir até o STF para manter seus contratos de concessão. Eles querem simplesmente uma renovação automática, sem redução das tarifas. Isso é um abuso, porque é impossível compatibilizar a redução dos custos de energia elétrica com os lucros exorbitantes da Cemig. Realmente isso é incompatível, alguém precisa ceder. A Cemig precisa ceder, porque a conta já foi paga com o sacrifício do povo mineiro, que pagou por tantos e tantos anos uma conta tão cara. Os investimentos da Cemig já foram amortizados, pagos, e agora a população tão sacrificada precisa ter acesso a uma conta de luz mais barata. É preciso também garantir a qualidade.

Quero agradecer a V. Exa. e dizer que contamos com a sua luta nessa campanha pela redução da tarifa de energia elétrica. Contamos, graças a Deus, com um Deputado muito combativo. Temos dois Deputados do PT na Comissão que apresentará o relatório final da MP nº 579: o Deputado Jilmar Tatto, do PT de São Paulo, e o Deputado Federal Weliton Prado, representante de Minas Gerais indicado pela Presidenta Dilma para compor a Comissão, que está lá bravamente lutando para garantir nosso direito.

Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes. Parabéns. Parabenizo também os trabalhadores da saúde.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Elismar Prado. Quero dizer que essas reclamações não se restringem só a essa vontade do Governador de continuar cobrando preços exorbitantes nas contas de energia, de não querer cumprir a medida provisória editada pela Presidenta Dilma, que reduzirá as tarifas de energia a partir do ano que vem.

Além disso, quero aproveitar este momento para cobrar da Cemig uma atenção mais especial às regiões mais carentes de Minas. Ela deixou parar em Minas Gerais o programa Luz para Todos. Temos mais de 70 mil pessoas no Norte de Minas aguardando as ligações. O programa está parado. Precisamos de uma explicação sobre o motivo por que o programa está parado em Minas Gerais, mas se desenvolve de forma efetiva em todo o País. Quero também dizer, Deputado Elismar, que no Norte de Minas, ao chegar essa época de chuva, basta o tempo fechar que falta energia. Começou a chover, falta energia no Norte de Minas inteiro. É um problema seriíssimo. Lá estão sendo necessários investimentos em rede de transmissão. De uns 10 anos para cá, a Cemig não está fazendo o dever de casa. Os Municípios mais pobres das comunidades rurais sofrem diariamente com a falta de energia no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha. Isso precisa ser revisto. Essa empresa pública não pode visar somente ao lucro nas bolsas de valores, deixando o povo mineiro na mão, tomando prejuízo, assim como produtores rurais e pequenos comerciantes das cidades da nossa região.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, também serei breve para que V. Exa. possa concluir o seu pronunciamento, mas não poderia também deixar de parabenizá-lo, bem como a toda a militância do Norte de Minas, do PT e aliados de Montes Claros. Foi uma campanha, de fato, muito propositiva, muito séria, que mobilizou não somente Montes Claros, mas toda a região. Nunca vi uma campanha municipal em Montes Claros em que o PT estivesse tão unido, tão próximo dos debates pertinentes aos desafios para essa grande e querida cidade. V. Exa. honrou os princípios, o programa, a nossa trajetória de luta. V. Exa. é um vitorioso nessa eleição de Montes Claros, assim como o Deputado Adelmo Carneiro Leão o é em Uberaba e os nossos companheiros.

V. Exa. sabe que o PT é construído passo a passo, não só com eleições, mas com caminhadas conjuntas com os movimentos sociais. Nesta eleição particularmente, V. Exa. está de parabéns. Fez uma belíssima campanha, e tenho certeza de que será muito importante para que, agora, cobremos dos que foram eleitos os compromissos assumidos em campanha. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado André Quintão.

Encerrando o nosso pronunciamento, quero dizer que nosso Partido está unificado em Montes Claros. Vamos exercer de fato a liderança da oposição na cidade. Vamos nos organizar, como V. Exa. bem disse, para cobrar o cumprimento das promessas de campanha, um tratamento especial aos servidores da Prefeitura, que estão sem receber salários. Muitos estão reclamando. Também cobraremos do Prefeito um tratamento respeitoso com a nossa Prevmoc, que não está pagando aos aposentados da Prefeitura de Montes Claros. Cobraremos para que o Prefeito realmente efetive as promessas de campanha de limpar a cidade, de asfaltar as 500 ruas que estão na terra e no buraco. Que o Prefeito cumpra de fato outra promessa que fez, qual seja acrescentar R\$20,00 ao Bolsa Família para mais de 45 mil beneficiados na cidade. Assim, estaremos lá para cobrar que essas medidas sejam implantadas e para exercer a nossa função de fiscal do povo, de líder da oposição. Faremos isso da forma a mais transparente possível, buscando sempre ajudar Montes Claros, colaborar com a cidade, colocar o nosso governo federal à disposição da cidade para que possamos levar as grandes obras de que ela precisa. Muito obrigado, Montes Claros, por essa votação expressiva, que nos enche de responsabilidade para continuar lutando por Montes Claros e pelo Norte de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, hoje, mais uma vez, estamos sendo convocados para aprovar um projeto do Governador do Estado, em que pede autorização para fazer uma operação com a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Aceleração de Crescimento - PAC -, o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais.

Na verdade, o que nos preocupa, neste momento, é que autorizamos o governo a contrair empréstimos em praticamente todas as instituições financeiras instaladas no nosso país. Sabemos que o governo do Estado está com uma dívida de R\$70.000.000.000,00, pagando R\$400.000.000,00 de juros por mês, e ainda contrai outros empréstimos. Queria apenas fazer essa manifestação, porque estamos preocupados com esse endividamento do Estado. Sempre há aquela correria, em que se diz: "vamos aprovar, vamos fazer, porque o governo precisa". E acho que precisa mesmo, mas, antes de o governo contrair novos empréstimos, deveríamos voltar a discutir a questão do endividamento. São R\$70.000.000.000,00. Estamos comprometendo 13% da nossa receita para pagar parte dos juros. Isso é mais, Deputado Bosco, do que investimos na saúde. Estamos investindo 8% na saúde e comprometendo 13% da nossa receita para pagar juros ao governo federal. Estamos sem autoridade em nível nacional, no Congresso Nacional, no Senado. Principalmente no Senado, onde deságuam essas ações, não temos liderança. O ex-Governador Aécio Neves, o Clésio Andrade e o próprio Perrella não estão tendo coragem de discutir o endividamento de Minas Gerais e de cobrar da Presidenta Dilma uma solução.



Queremos chamar a atenção para o fato de que o Deputado Adelmo liderou a nossa comissão, que agora parece que caiu no esquecimento por outros interesses, de alguém talvez. Mas São Paulo deu a grita, porque em São Paulo poderia ser, já que não tivemos, por parte de Minas Gerais, nenhuma liderança que assumisse essa questão de tentar pelo menos fazer essa discussão do endividamento de Minas Gerais.

É isso o que me preocupa, apenas estou chamando à atenção todos os que nos estão vendo e ouvindo, porque a Assembleia fez um trabalho importante. O Deputado Adelmo foi o Presidente da nossa comissão da dívida de Minas, e andamos praticamente o País inteiro levando a mensagem e a preocupação de Minas Gerais. Mas isso, num certo momento, não valeu de nada. Não houve eco no Congresso Nacional nem no Senado, não vimos um Deputado Federal de qualquer partido, nem mesmo do nosso PMDB, levantar essa voz em defesa dos interesses de Minas. Nenhuma voz, não sei se por descaso, desconhecimento ou falta de interesse. Isso é o que me preocupa. Só nesta semana já votamos quatro ou cinco empréstimos, o que deve girar em cerca de R\$20.000.000.000,00. Estamos devendo R\$70.000.000.000,00, e temos de resolver esse problema. Estamos pagando juros de 7,5% mais IGPDI. Isso dá quase 20%. Como Minas vai sobreviver? Como Minas vai resolver o problema da Funed, pagando R\$400.000.000,00 de juros por mês? Como?

Deputado Adelmo, temos de abordar essa questão. Fico preocupado por estar saindo da Assembleia, mas queria sempre fazer essa discussão, porque vejo que a base do governo aqui não quer discutir isso. Essa é uma questão de governo, a negociação tem de ser questão de governo. Já a dívida é uma questão de Estado, a dívida é do nosso Estado. Mas a questão é de governo, e o governo não quer discutir. Até porque venderam a ideia do déficit zero, de que Minas é um oásis e não tem problemas. Mas estamos vivendo um problema financeiro dos mais graves desses 22 anos em que estou na Assembleia. E estamos aqui aprovando mais empréstimo, mas ninguém quer fazer essa discussão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Obrigado, Deputado Antônio Júlio. Quero dizer a V. Exa. e a todos os colegas Deputados e Deputadas que, na realidade, a dívida do Estado de Minas Gerais, do modo como está equacionada, compromete o Estado. Parte da dívida, só a relacionada com a União, como V. Exa. disse já compromete 13% das receitas correntes. Tem uma outra parte da dívida cujos juros são maiores ainda, de 8,18%, cuja multa pelo não pagamento é maior ainda, de 1% ao mês, o que dá mais de 12% ao ano. Somados somente os juros da parte não paga, ultrapassam 20% ao ano, e, somado o IGPDI, podem chegar a 25% ou 30%. A situação é absurda, o que impede a sobrevivência do Estado nesses próximos anos. Considerando todos os pagamentos que o Estado tem de fazer a seus credores, hoje o endividamento compromete mais de 16% ou 17% de toda a arrecadação do Estado, só com o pagamento de serviço da dívida incompleto. Ao final de cada ano, apesar de estar comprometendo essa parte do Orçamento, a dívida aumenta ainda mais. Ou seja, não há redução da dívida, o que impõe, nessa relação do Estado de Minas com a União, com a Cemig, a obrigatoriedade de uma renegociação da dívida.

O que estamos levantando, o que gostaria de ver ocorrer aqui seria a auditoria, até para sabermos qual é a origem desse endividamento. Quem fez essa dívida? A quem esse endividamento serviu? Por isso mesmo temos de tratar desses próximos empréstimos, de onde e como o governo vai aplicar esses recursos, qual o resultado do ponto de vista de desenvolvimento do Estado, do futuro. Mas o futuro do Estado de Minas Gerais está comprometido. A nossa comissão ainda não fechou o relatório final, responsabilidade que está com o Deputado Bonifácio Mourão. Vamos fazer ainda nesta semana mais uma reunião. Amanhã, em Florianópolis, Santa Catarina, vai ocorrer outra reunião da Unale. A União Nacional dos Legislativos Estaduais está empenhada nessa discussão, que não é um problema só do governo do Estado de Minas Gerais, é um problema de vários governos estaduais e de vários governos municipais, para o qual temos de buscar uma solução.

O que está sendo necessário hoje, embora reconheçamos a necessidade de haver recursos para investirmos nessas situações tão importantes e urgentes, é a renegociação da dívida. Espero que possamos avançar.

Isso que V. Exa. apresenta, Deputado Antônio Júlio, é verdade. Não encontramos ainda um eco, no Congresso Nacional, no Senado da República, no governo federal, de aprofundamento do debate, para buscarmos os meios necessários para a renegociação. Vamos simplesmente rever as taxas ou faremos auditoria da dívida para verificarmos quem são os responsáveis? Não há uma discussão consolidada para resolver o problema, embora não exista solução para endividamento do Estado sem a renegociação da dívida. Espero que possamos avançar nesse aspecto.

Quero falar também a respeito da urgência, da necessidade, em consequência do endividamento. Hoje já estão sendo comprometidos os recursos destinados à educação, à saúde, à segurança pública. Todos os recursos resultantes de empréstimos podem trazer algum benefício imediato, mas resultarão em consequências futuras graves do ponto de vista da sobrevivência do Estado.

Nesse aparte, informo que nossa Comissão está funcionando. Faremos uma reunião na quinta-feira para sinalizarmos as ações mais importantes do governo do Estado de Minas Gerais, ligadas ao encaminhamento para a renegociação da dívida do Estado com a União. Temos grande preocupação também com a Cemig. Hoje a dívida do Estado de Minas Gerais para com a Cemig é maior que todo o patrimônio que o Estado detém em relação à Cemig.

O Deputado Antônio Júlio - Obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão. Estou apenas chamando a atenção de todos para que voltemos a fazer a discussão do endividamento, que não é só do governo, mas do Estado de Minas Gerais, e que já vem acontecendo ao longo dos tempos. Tenho feito a separação entre governo e Estado até para chamar a atenção do próprio Governador, que precisa ser um estadista e realmente resolver o problema do Estado.

Deputados Adelmo Carneiro Leão e Bonifácio Mourão, a quem concederei aparte, fico mais incomodado como Oposição que a própria base do governo com esse problema da dívida. Eles não querem fazer a discussão. Conheço essa dívida desde quando foi contraída, em 1999. Participamos de vários debates aqui, questionamos o contrato, que para nós era equivocado. As pessoas diziam que o contrato era bom para o momento. Para o momento era bom mesmo, talvez por mais 15 dias, atingia os interesses. Ele não nos atendeu, porque era um contrato equivocado. Um contrato sem análise futura, deu no que deu. Fizemos um contrato para 30 anos sem cláusula de modificação, de revisão ou do que quer que seja.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, acompanhamos o pronunciamento de V. Exa. Não desejávamos apartear-lo porque precisamos votar, já foi feito acordo, mas seremos rápidos. V. Exa. está abordando um assunto



extremamente importante. Lamentamos por V. Exa. estar saindo da Assembleia, uma vez que foi eleito novamente Prefeito de sua terra, Pará de Minas, afinal V. Exa. é nosso Vice-Presidente da Comissão Especial da Dívida Pública.

V. Exa. disse que a base do governo não está se empenhando para resolver a questão da dívida pública, do que discordamos, até porque a comissão foi designada, nomeada pelo Presidente da Assembleia, Deputado Dinis Pinheiro, que é base de governo e que promoveu aqui a primeira reunião entre Estados da Federação, para discutir as dívidas públicas de praticamente todos os 27 Estados brasileiros. A partir daí trabalhamos muito na Comissão Especial da Dívida Pública, sob a Presidência do Deputado Adelmo Carneiro Leão e a Vice-Presidência de V. Exa. Tenho a honra de ser o relator dessa Comissão. Fizemos um relatório parcial e estamos trabalhando para fazer o relatório final. Estaremos, conforme lembrou o Deputado Adelmo Carneiro Leão, em Santa Catarina, ainda nesta semana, para discutir as dívidas dos Estados brasileiros. Tivemos acesso, Deputado Antônio Júlio, ao relatório da comissão de notáveis, designada pelo Presidente do Senado, José Sarney. Essa comissão dá sugestões interessantes também.

V. Exa. já assinalou que nenhum Deputado Federal, nenhum congressista se empenhou para valer. Na verdade, ele não está vendo empenho maior nesse sentido. O movimento que começou em Minas Gerais precisa ter repercussão no Brasil inteiro porque, se não tiver repercussão, não teremos bons resultados no nível federal.

A situação é extremamente grave, conforme V. Exa. está falando, mas a dívida não começou no governo Aécio Neves, no governo Eduardo Azeredo, em nenhum governo de partido determinado. Essa dívida vem há mais de 40 anos, vem da década de 60. Em 1997 veio a Lei nº 9.496, e foi renegociada a dívida, porque os Estados estavam sem condições de pagar, conforme V. Exa. sabe. Na renegociação houve os problemas que V. Exa. está assinalando e lembrando, como não haver previsão de repactuação contratual, como o índice de correção, que ficou no IGP-DI, quando tinha de ser IPCA, e outros problemas, como os juros que estamos pagando caro. Esses contratos que o governo está fazendo atualmente, que a Assembleia aprovou, são contratos em que, somados juros e correção, vamos para, no máximo 5%, muito inferiores aos 13%, que não só o governo de Minas, mas os governos dos Estados brasileiros estão pagando de juros à União. Na verdade, enquanto um empresário consegue juros com correção a 5% no BNDES, os Estados brasileiros estão pagando 13%. Então, essa situação, evidentemente, não pode perdurar. Enquanto o Brasil empresta dinheiro à Bolívia, a Cuba, ao Gabão e assim por diante, a 5%, 6%, os Estados brasileiros estão pagando 13%. Realmente, isso não pode perdurar. V. Exa. aborda um assunto extremamente importante que não poderíamos ouvir, como relator da Comissão Especial, sem uma manifestação da nossa parte.

O Deputado Antônio Júlio – Obrigado, Deputado Mourão. Um dos objetivos da minha fala é levantarmos esse tema outra vez. Estamos no final do ano, depois vem carnaval, e fica mais um ano sem essa discussão, que é uma discussão que incomoda. Temos de levar essa discussão adiante. Temos de pedir ao Congresso Nacional e à bancada federal de Minas Gerais que levantem essa condição. O governo não pode continuar achacando Minas Gerais e cobrando esses juros exorbitantes. Isso, em qualquer país que tivesse um pouco de seriedade, seria crime porque são juros impagáveis, que sacrificam principalmente o povo de Minas Gerais.

Estou falando de Minas, apesar de os outros Estados também estarem com problemas. A Prefeitura de São Paulo também está. Isso é uma coisa que precisa ser levantada porque é o sacrifício do povo que mora no Estado de Minas Gerais, que consegue fazer lá um superávit primário para bancar os títulos públicos e para encher os bancos de dinheiro.

Esse é o problema. Nós estamos cada vez mais pobres e com mais dificuldades. O que estamos aprovando aqui hoje, Deputado Mourão, é um mês de juros que pagamos. Toda essa dificuldade do governo para arranjar o dinheiro para cobrir alguma despesa é um mês de juros, parte dos juros, porque pagamos, de acordo com informações oficiais na Comissão de Fiscalização Financeira, R\$3.400.000.000,00 de juros até agosto. Então é isso que me deixa triste. Estamos aprovando um projeto de R\$430.000.000,00, mas estamos pagando o mesmo valor de parte dos juros de nossa dívida. Então, estou chamando a atenção para isso. Quando falo que a base não está, não está mesmo, Deputado Mourão. Acho que todos os Deputados deveriam estar nessa mesma luta, que foi de poucos Deputados daqui. O Presidente lutou, nós lutamos na comissão, mas ficamos bem fracos porque somos poucos nessa discussão, somos poucos que entendemos o que aflige Minas Gerais nessa questão da dívida do Estado. Precisamos levantar essa voz, é a única forma de motivarmos as pessoas e chamarmos a atenção para a gravidade da situação financeira do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputado Antônio Júlio, V. Exa. já discute esse assunto há muito tempo. Aliás, V. Exa. fez parte da Bancada do PMDB que, com a Bancada do PT, votou contrariamente a esse acordo feito pelo governo de Minas - à época, Eduardo Azeredo - com o FMI e o governo Fernando Henrique. Esse acordo resultou nessa dívida que hoje os tucanos reclamam ter juros altos.

V. Exa., na época, com peemedebistas e petistas, mostrou-se contrário e explicou com muita nitidez e clareza que esse era um péssimo acordo, pois ficaríamos encalacrados no futuro. Eu não estava aqui ainda, mas sei da história. Foi com o voto contrário do PT e do PMDB que o tal empréstimo foi aprovado, e hoje Deputados do PSDB enchem a boca para falar que é agiotagem. Quem eram os agiotas que aprovaram esse acordo? Quem eram os agiotas que fizeram esse acordo? Se são agiotas, ressalto que foram Fernando Henrique Cardoso, que servia aos interesses do famigerado FMI, e o governo do Estado, que à época era Eduardo Azeredo, com as bênçãos de Aécio Neves, Líder e depois Presidente da Câmara Federal. Tudo foi feito de tucano para tucano com aval do FMI. Esse foi o acordo que hoje os tucanos reclamam ser uma agiotagem. Então, fica muito claro quem são os agiotas.

Engraçado, eles reclamam dos juros. Dizem que o endividamento leva a menos escolas e postos de saúde, fazem todo um lero-lero e blá-blá-blá, mas vão até a Dilma pedir dinheiro emprestado. Dizem que querem mais empréstimo, pois os juros da Dilma são bons e querem mais. Já pediram bilhões e bilhões de empréstimos. A toda hora chega pedido de empréstimo na Assembleia Legislativa. Vivem de pedir empréstimo. E reclamam de que o Brasil está emprestando dinheiro ao Gabão, a Cuba e à Bolívia. Está. Está emprestando até ao FMI. Melhor assim do que quando era o Fernando Henrique Cardoso e nós tínhamos de pagar dívida ao FMI e ficar sofrendo uma política de arrocho salarial.

Essa época era ruim. Os juros cobrados do Gabão, da Bolívia e de Cuba são os mesmos de Minas Gerais. E o governo do Estado está à procura dos recursos disponibilizados pelo governo federal para o crescimento do País. Há uma discrepância, uma certa



esquizofrenia na política do PSDB. Eles não sabem o que fazem: se criticam o empréstimo que eles mesmos fizeram, se pedem empréstimo agora e não criticam mais os empréstimos, ou se endividam Minas. É uma confusão.

Deputado Antônio Júlio, mas há empréstimo com que não podemos concordar de forma alguma. Já falei dele na tribuna e queria ouvir sua opinião. Na semana retrasada, o Senador Aécio Neves, aquele Senador que quebrou Minas, estava comemorando ter conseguido agilizar no Senado um empréstimo de R\$2.000.000.000,00 para pagar à Cemig. Repito: Minas Gerais vai pegar R\$2.000.000.000,00 de empréstimo para pagar à Cemig. O que dizem o governo do Estado e o Senador Aécio Neves? “São juros menores”. Ora, juros menores porque os da Cemig são altos. Sabe quem estipulou os juros? O Deputado Adelmo me falava aqui que foi o próprio Aécio Neves. São juros de 8,18% mais juros de mora de 1% ao mês. Esse é o acordo feito por Aécio Neves para o pagamento de juros à Cemig.

Tudo bem. Considerando que os juros estão altos, estão contratando outro empréstimo para pagar de uma vez a Cemig, R\$2.000.000.000,00. Bastava reduzir os juros da própria Cemig. Eles são majoritários e podem fazer isso. Por que ele pega R\$2.000.000.000,00 para pagar à Cemig de uma vez só? Porque tem um sócio, um acionista na Cemig que está interessadíssimo em que o empréstimo seja pago de uma só vez: a Andrade Gutierrez. Nessa brincadeira de R\$2.000.000.000,00, vai receber de dividendos, de algo que sequer produziu, Deputado Antônio Júlio, mais ou menos 15% dessa bolada.

Então, só a Andrade Gutierrez, desse empréstimo bilionário, receberá R\$300.000.000,00. Daí o Senador Aécio Neves ficar uma semana no Senado. Ele não foi a Paris, a Miami, nem mesmo ao Rio de Janeiro. Ele não foi encontrado no Cervantes. Ficou uma semana no Senado para agilizar esse empréstimo de R\$2.000.000.000,00 para que o Estado pague de uma vez à Cemig – leia-se: o quinhão da Andrade Gutierrez.

Esse tipo de empréstimo é inadmissível, porque o Estado vai se endividando ainda mais e os recursos sequer irão para investimentos na Cemig. Boa parte vai para os dividendos dos acionistas, especialmente da Andrade Gutierrez. Esse sim é um negócio da China, feito através de pedido de empréstimo. Infelizmente temos de denunciar esse tipo de operação. Então o Estado vai fazendo dívida, com juros, para que o próximo Governador inicie seu pagamento. É o que eu disse noutra dia: o governo contrai um empréstimo, cria taxa e retira recursos da saúde, da educação e da segurança pública, como vários Deputados falaram aqui. Parabenizo V. Exa., porque, desde aquela época anterior à negociação, já gritava contrariamente a esse tipo de política que o PSDB insiste em fazer aqui e já fez durante os oito anos em que o Fernando Henrique governou o Brasil. Era a mesma situação: pedir dinheiro ao Fundo Monetário Internacional e submeter-se a ele. É o que a Europa está fazendo agora com a Troika. Eles estão se encalacrando. Foi preciso a Presidente Dilma ir até lá e mostrar que não podem se submeter a esse tipo de política monetária de arrocho, que devem sim incentivar o crescimento, pois assim poderão dividir a renda e fazer com que haja crescimento, tendo em vista que os mais pobres passariam a consumir. Foi assim que o Presidente Lula conseguiu sair do dilema tucano, do dilema neoliberal, do dilema do FMI e pagar a dívida externa. Foi a partir disso que o Brasil iniciou sua etapa de crescimento. Essa é a diferença trivial entre um governo e outro. Minas Gerais continua com a mesma política ao se endividar achando que isso resolverá os problemas. Parabéns, Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio – Obrigado, Deputado Rogério. A discussão tem de passar por essa linha de raciocínio, mas é mais ampla.

A Dilma chamou a atenção da Europa para a política de recessão imposta pelo FMI, e nós passamos por essa situação. Seria importante fazer uma caravana e cobrar da Presidente uma revisão da dívida dos Estados, independentemente de quem as contraiu lá atrás, há 30 anos, e outra há 13 anos. Foi um erro que cometeram, mas porque o Brasil aceitava o jogo do FMI, não tinha coragem de enfrentar o famigerado fundo que tanto serviu para as campanhas presidenciais, principalmente da oposição, que gritava palavras de ordem contra o FMI. É essa a discussão que temos de fazer. A Europa cometerá o mesmo erro que cometemos em 1999 e o cobrará daqui a 15 anos. É muito pouco para a dívida de Minas estar do tamanho que está, sacrificando tanto o povo. Deputado Rogério, às vezes temos de falar da história da dívida e da negociação, mas o que realmente importa é achar uma saída. Não resolveremos o problema contando a história. Temos de contá-la para resolver o presente e o futuro do nosso Estado.

Fiquei indignado na época da negociação e agora fico ainda mais ao ver os números relativos ao pagamento dos juros. É agiotagem covarde e sacana do Banco Central sobre os Estados. Estamos sem força política para levantar essa discussão. É agiotagem mesmo, Mourão! Tenho de admitir, mas não ficarei pensando em como a dívida foi consolidada, porque, na época, algo ficou obscuro, pegaram o passivo dos bancos estatais, ficaram com o podre e venderam apenas o que servia, o filé. Mas isso fazia parte de um acordo internacional, de uma macroeconomia que às vezes a nossa inteligência não consegue atingir nem entender.

O Deputado João Leite (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Antônio Júlio. Estamos aguardando essa discussão há muito tempo. Isso é próprio do Parlamento. Os servidores também estão aguardando a votação.

Essa discussão é muito importante porque, tanto eu quanto V. Exa. - V. Exa. até há mais tempo do que eu – estávamos aqui quando decidimos sobre a dívida do Estado de Minas Gerais. O governo do PSDB não decidiu isso sozinho. A Assembleia Legislativa decidiu também, e é importante dizermos isso. Naquela altura, quando nos debruçamos sobre os documentos – inclusive, V. Exa. começou a falar sobre isso -, nem sabíamos a quem eram devidas algumas dívidas. A dívida foi contraída em algum lugar, e o governo de Minas Gerais nem sabia com quem tinha sido contraída. Naquela época, entendemos, na Assembleia Legislativa, que o melhor mesmo era juntarmos todas as dívidas e entrarmos em entendimento com o governo federal. Era um momento de mudança, o início do Plano Real. Nenhum de nós sabia como seriam os juros a partir daquela mudança, uma mudança radical na história do Brasil, que foi o Plano Real. Às vezes converso com meus filhos e percebo que eles nem sabem o que é inflação, 80% de inflação que vivemos neste país. O Plano Real veio mudar isso. Portanto, naquele momento, quando decidíamos a situação neste Plenário – inclusive, vejo que muitos Deputados aqui estavam presentes naquele dia e votaram –, tivemos o entendimento de que, efetivamente, isso seria uma boa solução.

Só que, com o tempo, isso mudou, e o que temos hoje, concordo com V. Exa., são juros de agiotagem. Quem é a favor de que Minas Gerais continue pagando essa dívida é contra o Estado. Gostam de falar que não sei quem quebrou Minas Gerais. Hoje o governo federal está quebrando Minas Gerais e os Municípios. Costumo dizer, Deputado Antônio Júlio, que agora os comícios nesta campanha



eleitoral dos Municípios eram só choro e ranger de dentes. V. Exa. poderá constatar isso quando assumir a Prefeitura de Pará de Minas. Alguns Municípios tiveram perda de 50%. É claro que o governo central está rico, afinal, voltamos ao Império. O governo federal está com a arrecadação total nas mãos, enquanto os Estados e os Municípios estão tendo perdas. Cada vez que o governo federal abre mão de IPI de automóvel, da linha branca, ele deixa de repassar recursos a Estados e Municípios. É importante dizer também que quem colocou os juros de 9% na Cemig foi o governo Itamar Franco, e não o governo Aécio Neves. Não foi o governo do PSDB. Vamos contar história? Então vamos contar a história direito. Os documentos são muito claros. Não foi o PSDB.

Sr. Presidente, se é para falar de empresas, falaremos então. Tivemos uma verba de R\$370.000.000,00 na Lagoa da Pampulha, destinada à Andrade Gutierrez no governo do PT. Vamos falar sobre as chuvas de Belo Horizonte? As chuvas começaram a montante em Contagem. Se a água veio muito rápido é porque não houve contenção em Contagem. Vamos fazer a análise correta. Se a Avenida Cristiano Machado alaga é porque em 20 anos, com o PT governando Belo Horizonte, não foi feito absolutamente nada para contenção das águas das chuvas. Para terminar, até outubro, o Secretário de obras era do PT, o Sr. Murilo Valadares. Então, vamos contar a história de Minas Gerais corretamente.

Espero que o governo federal retome a sensatez e dívida com Municípios e Estados o que é de direito deles. As pessoas vivem nos Municípios, mas o governo federal do PT está quebrando Municípios e Estados.

O Deputado Antônio Júlio - Deputado João Leite, não queria levar para a discussão partidária, eu estava querendo fazer uma discussão em defesa do nosso Estado. V. Exa. fala de Itamar Franco. Quando o Itamar Franco, em 1999, foi achacado pelo PSDB, quando ele disse que a dívida era impagável, que em 10 anos o Estado estaria quebrado, disseram que ele queria dar o calote. Ele quis apenas chamar a atenção de que foi uma negociação equivocada. O momento da juntada da dívida tinha lógica, mas a negociação foi equivocada. Nós, que vivíamos uma inflação de 80%, 70%, sonhávamos com a estabilidade de nossa economia.

Eu trouxe o ensinamento de meu pai, que dizia que, o dia em que pagássemos juros de 2%, estaríamos quebrados. E estávamos pagando 7,5%. Foi nessa lógica que eu fazia, e continuo fazendo, os discursos para resolvermos problemas do Estado, sem diferenciar se foi Itamar, Newton Cardoso, Eduardo Azeredo. A dívida está aí, indiferentemente de quem a fez. A dívida não é do governo do Prof. Anastasia, é do Estado. É em vista dessa lógica que estamos tentando achar uma saída, tentando motivar, incentivar as pessoas. Queremos levantar essa discussão para revermos os índices inflacionários, o índice de juros, a fim de analisar como podemos alongar isso, diminuir o comprometimento de 13%, que é um absurdo, pois é mais do que se investe na saúde para pagar juros. Nós, de sua consciência, precisamos levantar essa questão, às vezes até um pouco revoltado.

Não quero fazer essa analogia de partido político, até porque esse empréstimo, Deputado João Leite, é para resolver parte do alagamento em Muriaé, em Contagem, que vem criando dificuldades para o Ribeirão Arrudas e para Minas Gerais. Mas não é essa a discussão. A discussão é a dívida de Minas, indiferentemente de quem a fez, de que partido a fez, de como foi negociada. Precisamos sensibilizar a Presidente Dilma, que fez um discurso ontem do qual precisamos tirar proveito e no qual precisamos pegar garupa. O FMI concedeu esse empréstimo e essa negociação. Hoje a Presidente Dilma está questionando e alertando o bloco europeu, dizendo para não fazerem ajustes em cima de sacrifício do povo. Como isso aqui está sacrificando o povo, podemos aproveitar o discurso político para que ela nos ajude a enfrentar esse problema do pagamento. Já não estou preocupado com o endividamento, mas como o pagamento dos juros e dessa dívida.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Primeiro, gostaria de parabenizá-lo, Deputado Antônio Júlio, por abrir essa discussão importante sobre os juros. Surpreende-me a forma e a atitude do colega Deputado João Leite, de querer culpar o PT pelo caos em que vive o Estado, que tem um endividamento profundo. V. Exa., que na época era Deputado nesta Casa pelo ex-Governador Itamar Franco, alertou muito bem. Hoje, como V. Exa. mesmo acabou de dizer, a Presidente Dilma alerta a Europa para não cair nessa armadilha. Mas eles fizeram. Na época, o Presidente era Fernando Henrique Cardoso, e o Governador, Eduardo Azeredo. Os dois do PSDB é que deixaram Minas Gerais nessa situação.

Desculpe-me, caro Deputado João Leite, mas, para dizer que o PT quebrou o Brasil, V. Exa. deveria andar um pouco mais, ver que a realidade é totalmente diferente. O governo federal está presente no dia a dia das pessoas, no dia a dia de cada Município, assumindo uma série de responsabilidades. O governo de vocês, com Fernando Henrique, que ficou oito anos, não teve responsabilidade social nenhuma com o País, com a educação, a saúde, a infraestrutura, a geração de empregos. Basta comparar.

Então, não tente tapar o sol com a peneira. Vocês ficaram oito anos e não criaram um emprego sequer com carteira assinada no Brasil. O saldo de vocês foi negativo. Mais que isso, quais foram os programas sociais criados no governo de FHC? Eram programas-piloto que atendiam a meia dúzia de pessoas. Os programas sociais do governo Lula atenderam a milhões de brasileiros e permitiram que o País se recuperasse de fato, que o País gerasse emprego e renda. Conseguimos criar, João Leite, nos oito anos do Lula e agora nos quase dois anos da Dilma, mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada no País. Saímos de uma época em que o Brasil vivia de pires na mão; em que, em qualquer crise, qualquer problema que havia no mundo, Fernando Henrique recorria ao FMI e endividava o País cada vez mais. Em oito anos de Lula, isso acabou. Temos superávit primário, dinheiro suficiente para pagar a dívida externa. Estamos emprestando recursos, a Europa está pedindo ajuda à Dilma agora. Olhe a diferença, Deputado João Leite, entre o que é o Brasil do PT, da Dilma e do Lula, e o que foi o governo do partido de V. Exa. com Fernando Henrique Cardoso, que deixou o País de pires na mão, que tratou Minas Gerais a pão e água, que sequestrava os recursos do Estado. O Fundo de Participação do Estado de Minas Gerais, está aqui o meu colega Antônio Júlio, que não me deixa mentir, era sequestrado no governo Itamar Franco pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, sem nenhuma piedade para com Minas Gerais.

Então, vocês não podem reclamar do governo do Presidente Lula, muito menos da Dilma, que trata todos os Estados com igualdade, que está fazendo as obras de que o País precisa. Está aí o Minha Casa, Minha Vida gerando emprego e renda, o Luz para Todos, os programas sociais, o Bolsa Família e mais tantas outras coisas importantes que mudaram a realidade do País. Temos as cotas nas universidades, o Fies, que hoje é uma realidade, o Prouni e tantos programas importantes, repito, que mudaram a realidade do povo brasileiro.



Então, este é um país do qual eu tenho orgulho e ao qual o povo brasileiro tem orgulho de pertencer, porque o Brasil mudou de fato, e os brasileiros, Deputado João Leite, estão tendo oportunidade com esse novo Brasil. O grande sonho do brasileiro, minha gente, há 10 anos, era ter um passaporte para ir morar nos Estados Unidos para lavar prato e carro. Hoje está todo o mundo voltando, porque a oportunidade é aqui e agora, João Leite. Este é o Brasil das oportunidades; o nosso partido, que governa há 10 anos, permitiu que o povo brasileiro pudesse ter oportunidade, vez, voz, participação e sonhos. Há 10 anos, os pobres não podiam sonhar em ter um carro, uma casa nova, uma moto. Tudo era para o FMI. Hoje não, temos um novo Brasil, que respeita o cidadão, que gera oportunidade. Por isso, agradeço ao Presidente Lula, à Presidenta Dilma e os parabênzo. Que os erros cometidos na época de FHC e Azeredo não sejam trazidos para cá como se fossem um problema nosso. Esse é um problema que vocês criaram. Então, arrumem a solução. Se precisarem da nossa ajuda, vamos ajudar a resolver. Muito obrigado, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes.

Sr. Presidente, a discussão está tomando um rumo diferente. Quis fazer uma discussão da dívida de Minas, mas virou uma discussão política.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* – Prefeito eleito, agradeço V. Exa. por me conceder aparte. O assunto que V. Exa. traz para discussão nesta tarde é muito importante, em que pese termos aqui hoje uma pauta de extrema relevância para o funcionalismo público, para a saúde do nosso Estado e também que diz respeito aos empréstimos.

Quando V. Exa. fala da renegociação da dívida, certamente o senhor, na cidade de Pará de Minas, também não encontrará um quadro animador.

A partir de sua provocação, quero aqui fazer uma reflexão.

Recentemente, o Prefeito eleito de São Paulo, a capital e o coração econômico do País, do PT, tomou como primeira atitude buscar a Presidenta Dilma para renegociação da dívida. Da mesma forma, o Governador do Rio de Janeiro, tão logo votado e aprovado o projeto dos “royalties” de petróleo, tomou a providência de buscar o governo federal para renegociar a dívida do Estado. Esse problema não é partidário; ele sobrepõe muito essa discussão, que aliás, do ponto de vista do conteúdo programático, está muito vencida e ultrapassada em nosso país. Mas, no Estado de Minas Gerais, como em qualquer outro dos 27 Estados da nossa Federação, incluindo o Distrito Federal, a renegociação da dívida é fundamental para que possamos fazer os investimentos necessários e valorizar os servidores, que precisam, sim, ser valorizados. Vou além: todos nós, Deputado Estaduais, precisamos nos unir, imbuídos de um só sentimento de amor ao Estado de Minas Gerais, buscar a renegociação da dívida e, indo mais além, fazer aos Deputados Federais e Senadores o apelo para que, incitados pela Presidenta Dilma, promovam a reforma tributária, pois não podemos ficar como estamos.

Concordo com o Deputado que me antecedeu no aparte quando disse que o País está crescendo e melhorando, mas isso não significa que está um mar de rosas, tampouco que a gestão é a melhor das melhores. Menos ainda justifica que o País fique se vangloriando de emprestar dinheiro, enquanto a nossa saúde está um caos, o professor da rede federal ficou quase um ano em greve e as rodovias estão catastróficas – para dar exemplos, cito a BR-040, a BR-381 e o Anel Rodoviário. Quantos não sofrem ou sofreram com essa situação? E, enquanto isso, vamos fazer empréstimo, ou melhor, gracinha com o chapéu do trabalhador brasileiro? Não podemos aceitar isso! Quero, sim, que o nosso país cresça, mas com investimento na sustentabilidade e infraestrutura. Todos aqui querem o metrô, a BR-381, a BR-040 e melhoria salarial. Tudo isso é justo, mas precisamos, sim, de gestores comprometidos e que queiram verdadeiramente o crescimento do nosso Estado, do País e a renegociação da dívida. Parabéns, Deputado, por nos trazer essa discussão.

O Deputado Antônio Júlio – Obrigado, Fred. Minha proposta era fazer a discussão do endividamento de Minas, do pagamento absurdo e da agiotagem do governo federal que hoje se impõe ao Estado de Minas Gerais. A discussão tomou outro rumo, o que acontece no Parlamento, mas não foi a que eu queria fazer hoje, até porque o pessoal está esperando a votação, que vai acontecer – tanto faz votarmos agora como daqui a meia hora; vai prevalecer para amanhã, portanto isso vai se resolver ainda nesta reunião. De qualquer forma, essa discussão é importante, mas tinha de ter acontecido dentro desse foco. O que estamos discutindo é a dívida; a dívida que hoje incomoda Minas Gerais. Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão – Serei breve. Como disse o Deputado Antônio Júlio, entre mais ou menos cinco minutos, ninguém terá prejuízo em função da votação desse Projeto de Lei nº 3.451/2012.

Quero, nesta discussão, primeiramente, dar um testemunho de que esse Projeto de Lei que está sendo votado, aqui e agora, é resultante de muita discussão e de muita luta do povo trabalhador da saúde. O que votaremos aqui – espero que todos os parlamentares votem, todos os Deputados – é resultante de acordos, de acertos, de conversas repetidas, dolorosas, muitas vezes. Quantas vezes nos reunimos, vocês, trabalhadores; o Governo do Estado, representado aqui pelo Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Saúde; eu, que também participei dessas discussões, assim como o Deputado Doutor Wilson Batista; e vários Parlamentares, para discutir e debater sobre o projeto.

A nossa expectativa dessas conquistas era de que fosse muito antes do que hoje está acontecendo. Porém hoje o fruto que vocês vão colher está maduro. Isso que vocês estão colhendo hoje mostra que a luta de vocês não foi em vão. Isso que está acontecendo hoje não estaria acontecendo se vocês não tivessem se sacrificado, feito tantas lutas como fizeram. Então, primeiro quero aqui dar os parabéns para o povo trabalhador da saúde. Parabéns pela luta de vocês. Essa é uma conquista de todos vocês.

Mas quero também dizer que ela não está concluída. O Projeto de Lei nº 3.451/2012 trata de conquistas importantes, mas não de todas as conquistas nem de todas as reivindicações que fizemos junto ao Governo do Estado. Falta ainda o trato com os trabalhadores da Secretaria de Estado da Saúde, com os trabalhadores da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais e com os trabalhadores da Unimontes, Deputada Ana Maria Resende. Espero que o compromisso não se encerre com a votação do Projeto de Lei. O Governador do Estado assumiu com o Sind-Saúde, com os trabalhadores, a responsabilidade de apresentar até o final do ano um projeto de lei para tratar também das reivindicações justas e necessárias dessa gente da Unimontes, da Secretaria da Saúde e da Escola de Saúde Pública.



Então, estou aqui para dizer que compartilho, com muita alegria, desse momento da história de vocês, da luta de vocês e da conquista de vocês, que não é fruto só dos acertos e da pressão da Assembleia de Minas. Agora, diante da afirmação de um colega nosso, o Presidente da Comissão de Saúde, de que o Governo do Estado renunciou ao TAG, do Tribunal de Contas do Estado, e que já este ano vai cumprir com a ordem constitucional vigente no sentido de aplicar o mínimo que manda a Constituição no setor de saúde, e esse comprometimento do Governo do Estado significa injetar no sistema do saúde, Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, mais R\$700.000.000,00 ainda este ano, espero que esse valor, ao ser aplicado no setor de saúde, possa garantir a imediata reforma do Galba Veloso, que está numa situação caótica. É preciso melhorar, o atendimento da garantia de segurança dos trabalhadores do Galba. Eu fui lá e sou testemunha disso.

É preciso que nós, Deputados, visitemos o sistema de saúde, para verificarmos a situação de risco, sofrimento e insegurança dos trabalhadores desse sistema. Que esses recursos sejam aplicados de tal maneira que possamos cumprir, em Minas Gerais, o dito constitucional, de que saúde é direito de todos, e o Estado é o provedor desse direito. Parabéns a vocês. Vamos votar o Projeto de Lei. 3.455/2012.

O Deputado Gilberto Abramo - Gostaria de reafirmar o nosso voto com os trabalhadores da saúde. A Bancada do PRB vota favoravelmente ao projeto.

O Deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, colegas Deputados, trata-se de uma resolução da Mesa da Assembleia. Eu queria, em primeiro lugar, justificar que não foi possível um estudo pormenorizado do projeto de lei. Não só em nome da Bancada do PT, mas também de vários Deputados, gostaríamos de fazer uma discussão mais aprofundada do projeto de resolução, por desconhecimento da amplitude dele. Farei isso e pedirei que o projeto seja...

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Quer que eu te ajude, Deputado?

O Deputado Rogério Correia – Pois não, se V. Exa. quiser.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - O projeto está aí. O concurso está vencendo agora, temos vários funcionários aposentando-se e temos 73 servidores, salvo engano, concursados, a serem chamados. V. Exa. pode minuciar o projeto e ver se tem alguma coisa errada. Isso está atendendo a quem fez concurso nesta Casa, a quem, por exigência minha, de V. Exa. e do Presidente da Assembleia, foi nomeado. Quero deixar bem claro que temos agora a TV em canal aberto e, salvo engano, temos três funcionários da televisão que podem ser nomeados, porque será necessário. Não se aprovando esse projeto, gostaria de solicitar à Presidência que fizesse a contratação por recrutamento amplo. Se V. Exa. e os Deputados acharem mais justo o recrutamento amplo, a Presidência pode contratar. Acho que a praxe nesta Casa de recrutamento amplo acabou.

Antigamente, quem trabalhava na Assembleia - temos de deixar bem claro – eram só apadrinhados dos Deputados que aqui estavam. Na TV Assembleia havia só apadrinhados com um contrato meio esquisito. O que foi feito? Concurso público. Hoje quem trabalha na TV Assembleia são apenas funcionários concursados, quem trabalha na Taquigrafia são apenas funcionários concursados. Todo o corpo técnico da Assembleia é de funcionários concursados.

Temos de deixar isso bem claro porque amanhã poderão falar que a Assembleia não quer colocar concursados, quer colocar indicação do Presidente, do Secretário e dos Deputados. Isso acabou. Estamos beneficiando os concursados, aqueles que fizeram concurso e foram aprovados, que formarão o quadro funcional da Assembleia. Posso falar que a melhor Assembleia do Brasil é a nossa. A assessoria que V. Exa. tem nenhuma outra Assembleia tem.

Aqui nesta Casa a grande maioria é de concursados. Com esse projeto, atenderemos a Assembleia e suas necessidades. Vocês sabem que o Presidente Dinis Pinheiro deixou registrado que não quer colocar ninguém que não seja concursado. O projeto atenderá as necessidades da Taquigrafia, da TV Assembleia, das assessorias e da segurança. Salvo engano, depois V. Exa. pode confirmar, são 72 concursados a serem nomeados, que prestarão serviços ao corpo técnico da Assembleia e não a um Deputado, mas aos 77 Deputados desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia – Obrigado, Deputado Alencar, pelos esclarecimentos. Como V. Exa. pode perceber, realmente não tivemos a menor condição de fazer um estudo mais detalhado. Mas o esclarecimento de V. Exa. certamente contribuirá para que possamos aprovar o projeto após uma leitura mais pormenorizada dele. Com isso, Deputado Alencar da Silveira Jr., não desconfiamos, de forma alguma, que o projeto possa ter alguma incoerência. Sabemos da boa intenção da Mesa desta Casa.

Sr. Presidente, antes de pedir a V. Exa. que interrompa a reunião, o que farei daqui a pouco, peço-lhe que me conceda um tempo - porque não se trata propriamente do projeto - para que eu faça uma rápida homenagem, pois hoje, dia 20, é o Dia da Consciência Negra.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Lembro que vários negros estão sendo admitidos pela Assembleia, porque a Assembleia não faz distinção de cor, crença ou raça.

O Deputado Rogério Correia – Quero fazer esta homenagem ao Dia da Consciência Negra falando de um fato que, às vezes, é pouco conhecido do nosso povo. Esse fato ocorreu em 22/11/1910, foi chamado de Revolta da Chibata e será comemorado daqui a dois dias.

Sr. Presidente, um decreto assinado pelo Presidente Lula em 2003 devolveu aos marinheiros suas patentes, permitindo que recebam na Justiça os valores a que teriam direito se tivessem permanecido na ativa. Após 93 anos, resgata-se a memória dos marujos, especialmente do líder da revolta, João Cândido Felisberto, que ficou conhecido como o Almirante Negro. Então, em 2003, o Presidente Lula, por decreto, restabeleceu a eles essa patente que lhes foi retirada à época.

A história de João Cândido ocorreu em 1910. Nesse ano, em meio a uma grande instabilidade política, o militar Hermes da Fonseca foi eleito Presidente da República. No dia 22 de novembro, o novo Presidente recebeu a notícia de que os canhões de alguns dos principais navios de guerra da Marinha brasileira apontavam para a Capital do Rio de Janeiro e para o Palácio de governo. As tripulações se rebelaram e tomaram os principais navios da frota. Três oficiais e o comandante do encouraçado Minas Gerais foram mortos. Os demais oficiais foram pegos de surpresa: os marinheiros manobram a frota, exemplarmente, como não acontecia sob seu comando. O movimento, articulado por marinheiros como Francisco Dias Martins, o Mão Negra, e os Cabos Gregório e Avelino,



tiveram como porta-voz o timoneiro João Cândido. Os motivos principais da revolta eram simples: o descontentamento com os baixos soldos, a alimentação de má qualidade e, principalmente, os humilhantes castigos corporais. No Minas Gerais, por exemplo, no dia da revolta, o marinheiro Marcelino Menezes foi chicoteado como um escravo por oficiais, diante de toda a tripulação. Além do Minas Gerais, os marinheiros tomaram os navios Bahia, São Paulo, Deodoro, Timbira e Tamoio. Hastearam bandeiras vermelhas e um pavilhão: "Ordem e Liberdade". A Marinha puniu a insubordinação dos marinheiros e a morte dos oficiais. Mas o governo, contudo, cedeu. A ameaça à cidade e ao poder foram reais. Aprovaram-se então medidas que acabaram com as chibatadas e também um projeto que anistiava os amotinados. Os marinheiros, em festa, entregaram os navios.

No entanto, Sr. Presidente, o governo traiu a anistia. Cerca de 100 marinheiros foram presos e mandados, nos porões do navio Satélite - misturados a ladrões e prostitutas - para trabalhos forçados na Comissão Rondon, ou simplesmente para serem abandonados na Floresta Amazônica. João Cândido, embora não tenha participado do novo levante, também foi preso e enviado para uma prisão subterrânea, sem ventilação, com poeira e calor. O médico da Marinha, no entanto, diagnosticou a causa da morte dos marinheiros como insolação. João Cândido continuou na prisão, às voltas com os fantasmas da noite de terror.

O jornalista Edmar Morel registrou assim seu depoimento pessoal.(-Lê:) "Depois da retirada dos cadáveres, comeci a ouvir gemidos dos meus companheiros mortos, quando não via os infelizes, em agonia, gritando desesperadamente, rolando pelo chão de barro úmido e envoltos em verdadeiras nuvens da cal. A cena dantesca jamais saiu dos meus olhos." Atormentado pela lembrança dos companheiros mortos, João Cândido é algum tempo depois internado em um hospício. Aos poucos, ele se restabeleceu. Foi solto e expulso da Marinha. Os que fizeram a Revolta da Chibata morreram ou foram presos, desmoralizados e destruídos. Seu líder terminou sem patente militar, sem aposentadoria e semi-ignorado pela história oficial.

No início, eu disse que em 2003 o Presidente Lula reconheceu e voltou com a patente dos oficiais.

O João Bosco e o Aldir Blanc compuseram um belíssimo samba, o "Mestre-sala dos mares". O interessante é que ele foi censurado na época da ditadura militar. Quando comparamos a música original com aquela que foi alterada, o motivo fica claro. (- Lê:)

"Há muito tempo nas águas da Guanabara o dragão do mar reapareceu na figura de um bravo marinheiro" – substituído por 'figura de um bravo feiticeiro' –, "a quem a história não esqueceu. Conhecido como almirante negro" – substituído por 'navegante negro' –, "tinha a dignidade de um mestre-sala e, ao navegar pelo mar com seu bloco de fragatas" – substituído por 'e ao acenar pelo mar na alegria das regatas' –, "foi saudado no porto pelas mocinhas francesas, jovens polacas e por batalhões de mulatas. Rubras cascatas jorravam das costas dos negros pelas pontas das chibatadas" – substituído por 'dos santos entre cantos e chibatadas' –, "inundando o coração de toda a tripulação" – substituído por 'inundando o coração do pessoal do porão' –, "que, a exemplo do marinheiro, gritava então" – substituído por 'que a exemplo do feiticeiro gritava então' – "glória aos piratas, às mulatas, às sereias, glória à farofa, à cachaça, às baleias, glória a todas as lutas inglórias que através da nossa história não esquecemos jamais. Salve o almirante negro" – substituído por 'salve o navegante negro' –, "que tem por monumento as pedras pisadas do cais, mas faz muito tempo".

Esse belíssimo samba foi censurado e modificado para acobertar a verdadeira história da chibata negra e da homenagem que foi feita. Embora o assunto seja outro, Sr. Presidente, aproveito para manifestar hoje, Dia da Consciência Negra, o meu carinho especial aos navegantes negros e aos negros de modo geral, que ainda lutam para restabelecer a dignidade muitas vezes perdida e deteriorada no Brasil, que lutam para ter o reconhecimento que não tiveram durante um longo período. Todos nós, brasileiros, temos uma dívida muito grande com eles. Hoje, devemos aprovar as políticas que estabelecem cotas para diminuir a desigualdade. Depois da escravidão, os negros não tiveram a oportunidade de recuperar todo o tempo perdido. Deixamos aqui a nossa homenagem, que também é de toda a Assembleia Legislativa, aos negros e negras que compõem este extraordinário Brasil e este nosso mundo.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, nosso Líder, quero cumprimentá-lo por esse pronunciamento. Na minha fala no início da reunião, mencionei o Dia Nacional da Consciência Negra. Tive a alegria de ser fundadora da Frente Parlamentar da Promoção da Igualdade Racial, fui coordenadora dela por duas vezes. O nosso companheiro Deputado Paulo Lamac é o atual coordenador. Esse é um momento de reflexão porque realmente podemos comemorar os avanços, como V. Exa. já disse, no governo Lula, quando foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. A luta de tantas lideranças e de tantos militantes do movimento negro conseguiu fazer com que os negros hoje sejam realmente respeitados no Brasil. Ainda há muitos preconceitos, mas estamos muito além do que era a situação anos atrás.

Quero cumprimentá-lo por isso e dizer que a luta continua. Nesta Casa, temos de continuar fazendo esse debate, garantindo que os direitos sejam assegurados a todos os seres humanos, garantindo que nenhum preconceito possa impedir que esses direitos sejam garantidos.

Agradeço à Deputada Maria Tereza Lara, grande guerreira na luta pela igualdade racial entre negros e brancos. Ela sempre tem defendido essa questão em nossa bancada. Agradeço o seu aparte. Saiba que comemoramos juntos esse dia e essa luta.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Deputado Rogério Correia, faço minhas suas palavras em comemoração a este dia. Além disso, gostaria de contribuir com V. Exa. na discussão do Projeto nº 3.557, senão daqui a pouco o Presidente falará: "V. Exa. não está tratando do tema em si". Tenho certeza, Deputado Rogério Correia, de que ajudarei V. Exa.

O Deputado Rogério Correia – Hoje não estamos falando mal do Senador Aécio Neves na tribuna, então tudo é permitido. Aqui só não se pode falar do Senador Aécio Neves, aquele que quebrou Minas. Se falarmos dele, a coisa fica feia.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Pode falar dele aqui. Afinal, com todo o respeito, o Aécio Neves é um negão também.

Na verdade, é só começar a falar do Aécio Neves que V. Exa. se entusiasma. V. Exa. e o Deputado Sávio Souza Cruz cochilam, dormem e sonham com o Senador Aécio Neves. Olha que ninguém falava dele aqui, mas V. Exa. teve de se lembrar do Senador Aécio Neves. Hoje, na hora do almoço, V. Exa. já se lembrava dele.

No entanto, Aécio gosta muito de V. Exa., "data venia"...

O Deputado Rogério Correia – Permita-me uma breve fala, por favor. Gostaria de dizer que o Senador Aécio Neves, bem como o Prefeito de Belo Horizonte, deveriam começar a orar. Como o Prefeito não quer ser babá de ninguém, é melhor que, pelo menos, reze,

porque está chovendo demais. Então, vamos ser mais rápidos, vamos terminar antes que a luz acabe e a cidade inunde. Peço a V. Exa. que seja rápido em seu aparte para que os outros possam falar, pois a chuva lá fora está caindo em grande quantidade e, quando isso acontece em Belo Horizonte, é desastre anunciado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Não precisa...

O Deputado Rogério Correia – Além disso, o Délio Malheiros não veio buscar a roupa de babá que lhe demos para entregar ao Prefeito. Então, hoje o Prefeito não poderá ser babá, porque o Délio Malheiros disse que não estará onde ele estiver. O Deputado Délio Malheiros não veio buscar a roupa para levar para o Prefeito de Belo Horizonte.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - V. Exa. não está sendo correto com a Cemig. Não precisa de chuva na Cemig. Basta que um cachorro faça xixi perto do poste para a luz acabar.

Com todo o respeito por V. Exa. – falamos aqui do xixi -, entendo que sua paixão vem de anos. Tempos atrás, há dois mandatos, quando V. Exa. precisou, o Deputado Aécio Neves estava ao seu lado, porque conhece sua competência e o seu trabalho parlamentar. Independentemente de suas falas, V. Exa. é um brilhante Deputado, bem como foi um brilhante Vereador. Ele entende isso, tanto é que, na última fotografia que vi, vocês estavam quase se beijando. Estavam os dois pertinho, um falando no ouvido do outro, numa troca de carinho muito grande. Isso está na rede social.

No entanto, gostaria de voltar ao assunto do projeto que V. Exa. discute para poder ajudá-lo. Gostaria de dizer que 72 servidores concursados desta Casa serão chamados. Já me foi anunciado que, nos próximos dois meses, 57 servidores que prestam serviços na Taquigrafia, na assessoria e em outros departamentos desta Casa vão aposentar-se. Trata-se de servidores antigos que exercem função pública, Deputado Rogério Correia. Aliás, temos até esposa de Deputado que vai se aposentar brevemente, também na função pública. Como ela está nesta Casa há muito tempo, seu cargo será extinto.

Portanto, se o projeto não for votado, se não forem criados esses cargos, não teremos como chamar os funcionários concursados desta Casa. Serão 57 servidores nos próximos dois meses, chegando a quase 90 o número dos que estarão se aposentando. Ou seja, o servidor da função pública estará se aposentando, sua função se tornará sem efeito, será extinta, e aí não teremos como chamar os concursado. Por isso peço a V. Exa. que faça essa análise, em nome dos que fizeram concurso nesta Casa e que querem trabalhar na melhor equipe das Assembleias Legislativas do Brasil.

Faço o meu apelo. Foi o apelo que fiz ao Deputado Dinis Pinheiro, Presidente, e ao Diretor-Geral desta Casa. Podem dizer que estou querendo colocar algum cabo eleitoral meu aqui, mas não conheço nenhum servidor a ser nomeado. Tenho a certeza de que, depois dessa defesa que fazemos aqui, os servidores levarão em conta e poderão até votar no Deputado Alencar da Silveira Jr., porque não votarão no Deputado Rogério Correia, que está criando problemas no projeto. Mas V. Exa. não precisa do voto deles, quem precisa são os Deputados Alencar da Silveira Jr., Sávio Souza Cruz e os outros Deputados desta Casa.

Na Segurança, na TV Assembleia, que criamos, na Taquigrafia, servidores se aposentarão e terão seus cargos extintos. V. Exa. não deixou que esse projeto fosse votado hoje, mas votará favoravelmente amanhã. Conto com o apoio do companheiro Deputado Rogério Correia para aprovação do projeto, que beneficiará os servidores desta Casa e acabará com o jeitinho de colocar os funcionários de fulano, sicrano e beltrano. Daremos aos concursados a função que é melhor: o trabalho nesta Casa.

Conto com o apoio de V. Exa. e tenho a certeza de que V. Exa. agora, depois dessa exposição, dirá que mudou de ideia, que votará favoravelmente porque também é favorável aos concursados deste Estado. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Alencar da Silveira Jr. A Bancada do PT fará uma análise. Evidentemente, servidores que serão contratados terão nosso voto favorável, com toda a certeza.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, quero apenas fazer um comentário acerca do Dia Nacional da Consciência Negra, que V. Exa. lembrou muito bem. Dos poucos mais de 500 anos de história do Brasil, passamos por 300 anos de escravidão, duas ditaduras e apenas 24 anos de Constituição Cidadã. Portanto, a dívida deste Estado com a comunidade negra, com os que sofrem e sofreram por conta do preconceito e da discriminação é imensa.

Quero destacar uma questão simbólica para nós, de todo o Estado, especialmente do Triângulo e de Uberlândia: temos em Uberlândia o teatro que homenageia o grande artista Grande Otelo. Ele é de Uberlândia, foi engraxate no Hotel Presidente da cidade e é um símbolo que representa a comunidade negra. Esse grande artista precisa realmente ser homenageado, mas, infelizmente, o teatro que leva o nome do Grande Otelo correu o risco de ser demolido, pela falta de sensibilidade da administração pública atual da cidade, que simplesmente argumentava que ele não possuía valor histórico ou cultural. Foi necessária uma grande mobilização do setor artístico e de estudantes para evitar a demolição. Agora, na campanha eleitoral, até demos um abraço simbólico, juntamente com a ex-Governadora e Deputada Federal Benedita da Silva, que participou das nossas atividades, e do Deputado Federal Gilmar Machado. Depois de várias movimentações e protestos, conseguimos manter o prédio do teatro. A nossa proposta, de homenagem a esse grande artista, à memória de sua luta e à luta do povo negro no Brasil, é de revitalizar o Teatro Grande Otelo e construir ali salas de cinema onde os estudantes e principalmente a juventude e pessoas carentes tenham acesso à cultura, à arte, ao ensino da música, ao teatro. Transformaremos aquele teatro em um grande centro cultural.

Queria destacar, simplesmente, em vista da fala de V. Exa., que abordou a temática, a importância de ser lembrado aqui o Dia Nacional da Consciência Negra. Lembro também esta grande figura do Município de Uberlândia, Grande Otelo, e o nosso trabalho para revitalizar, recuperar e evitar que aquele teatro fosse demolido. Então, foi graças à mobilização do setor artístico, dos estudantes, dos professores que isso ocorreu. Temos o compromisso de honrar o nome de Grande Otelo, revitalizando aquele espaço, transformando-o num centro cultural onde serão desenvolvidas inúmeras atividades voltadas à formação cultural e educativa da nossa juventude.

Parabenizo, então, V. Exa. por ter lembrado aqui essa importante data. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Elismar Prado, por também lembrar isso. A Deputada Maria Tereza Lara disse, com muita clareza, que a nossa dívida é muito grande, embora os governos do Presidente Lula e da nossa Presidenta Dilma tenham avançado bastante. Deputado Elismar Prado, a Secretaria de Combate ao Racismo, de Igualdade Racial, as cotas criadas nas



universidades federais, o Prouni, o próprio desenvolvimento do País com mais igualdade social fizeram com que tenhamos hoje um país muito diferente do de 10 anos atrás. O Brasil hoje tem mais justiça social, embora a desigualdade seja grande, mas também com mais justiça racial. Hoje vemos na universidade coisas que não víamos antigamente, como estudantes de escolas públicas e negros. Hoje há, portanto, uma outra concepção sendo colocada, e o Brasil vai ganhando o colorido que tem de ganhar na sua dimensão global.

O próprio crescimento do País tem contribuído muito para isso. Já encerrando, Sr. Presidente, para se ter uma ideia, foi feito o quinto balanço da execução global da 2ª fase do PAC 2, que realiza R\$385.900.000.000,00 em obras até setembro. Os valores investidos já são de 40,4% do previsto até 2014. O PAC tem sido, nesse sentido, um sucesso. Esse investimento de R\$385.900.000.000,00 são obras de infraestrutura logística, social e urbana. Para se ter uma ideia, no que diz respeito a ferrovias e rodovias, as concessões anunciadas pelo governo federal envolvem investimentos que já chegam a R\$133.000.000.000,00. O monitoramento mostra que 92% das obras estão prontas e em ritmo adequado.

Estou lendo isso aqui porque, geralmente, quando o ritmo não é bom, vemos manchetes em jornais dizendo que as obras não estão andando, que o País vai mal. As notícias ruins têm prevalência sobre as boas. Essa, Pompílio, é uma excelente notícia, pois 92% das obras do PAC estão prontas ou em ritmo adequado. Não vi uma linha na imprensa comemorando esse quinto balanço do PAC 2. Vejo aqui, às vezes, Deputado pegando uma obra e criticando, dizendo, por exemplo, que BR-381 não foi duplicada e generalizando, dizendo que todas as rodovias estão ruins. Isso não é verdade.

Pedi para que fizessem um balanço das rodovias federais em Minas. A BR-381 é um problema no sentido geral, porque é uma rodovia que precisa ser modernizada, duplicada, enfim, é uma rodovia que tem problemas estruturais; tem de ser refeita, na verdade. Temos o problema do Anel Rodoviário, em Belo Horizonte, e da BR-040. Todos ditos aqui. As demais rodovias federais em Minas estão em condições bem aceitáveis. Ir daqui a Montes Claros é bastante razoável, pois a estrada é muito boa, comparado-se com o que era, o mesmo ocorre quando se trata de ir daqui ao Triângulo Mineiro, passando por Pará de Minas. V. Exa. sabe que essa estrada foi feita por meio de muita luta e está em ótimas condições.

As estradas federais, Pompílio, de maneira geral, como a Fernão Dias até o Sul de Minas, as estradas do Sul de Minas, estão em excelente estado. O Deputado João Leite não está aqui, mas ele tem uma posição meio antipetista e acha que a Torre de Pisa está torta por culpa do Lula; acha que a guerra no Oriente Médio começou por conta do PT; e que a Dilma encomendou o furacão Sandy nos Estados Unidos. Então, para ele, se é do PT, está ruim. Mas se fizermos uma média do que está acontecendo, as rodovias estão em muito bom Estado, e aquelas que não estão já possuem recursos destinados.

Peço desculpas ao Deputado João Vítor Xavier, porque fui meio grosseiro com ele, pois ele outro dia pareceu estar comemorando o fato de as obras não ficariam prontas, dizendo ter visto no jornal tal que o dinheiro para a BR-381 não seria liberado.

Disse a ele que isso não era verdade, porque o Governador Anastasia acaba de anunciar a licitação. Depois vi, no “site” do PSDB, o Governador Anastasia comemorando a licitação da BR-381, Pompílio – o professor e Governador Anastasia estava comemorando e explicando como iria licitar. Mandeí uma mensagem pelo Twitter para o João Vítor Xavier, dizendo: “Vai dar certo, acredite!” E ele me respondeu: “Claro que acredito.” Então ela também vai ficar pronta, e as estradas federais estão melhorando.

Lembro-me de que, quando fui eleito para o segundo mandato, o Presidente Lula e o Governador Aécio Neves foram eleitos também. Não sei se o Deputado André Quintão já estava aqui no primeiro mandato do Aécio e do Lula, mas sei que sofremos. As estradas estavam um buraco só. Não conseguíamos ir a Montes Claros; tínhamos que passar por Pirapora. Depois a estrada de Pirapora também acabou, e tínhamos que passar por Diamantina, pegando um pedaço de terra. Refiro-me às estradas pelas quais eu passava mais, já que ia muito ao Norte de Minas. O Paulo Guedes deve se lembrar bem disso, pois era Vereador em Manga; depois, foi para o DNOCS. Era um verdadeiro caos, e a culpa era do Lula! Desde aquela época, o João Leite já dizia que a culpa era do Lula, que, coitado, tinha assumido há pouco tempo e evidentemente não tinha condição de sanar aquele problema. Hoje, realmente, as estradas federais estão melhores, e temos um dado a comemorar: o decréscimo de acidentes nas rodovias federais. Foram 46% a menos de acidentes nas rodovias federais em Minas Gerais, e deveríamos comemorar. Está bom? Não. Temos de mexer, sim, na BR-381, na BR-040 e no Anel Rodoviário, mas vamos colocar os problemas na sua dimensão real. A verdade é que o Brasil está avançando muito. Comecei falando na questão racial, mas não poderia deixar de falar nas estradas, que são lembradas aqui só quando há problemas e aparecem os “urubus de estrada”, mas que, na verdade, estão melhorando muito.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte) – Quero apenas reforçar a fala do Deputado Rogério Correia, já que ele falou que andava muito pelas estradas do Norte de Minas e eu andei bastante pelas estradas do Sul de Minas. Antes do Presidente Lula assumir, ajudei a organizar e participei do que chamamos, à época, de “enduro do descaso”. Todas as rodovias federais estavam em estado lastimável; à época do governo Fernando Henrique, tinha buraco esperando no acostamento para entrar na rodovia. Assim, reunimos os Prefeitos da região e realizamos o “enduro do descaso”. Um dia desses, olhando fotografias do passado e vendo a situação atual das estradas - da BR-491, que corta o Sul de Minas; da Fernão Dias, como é chamada a BR-381 na nossa região; da BR-265, que vem de Barbacena, passa por São João del-Rei, vai até Lavras e vai sair em Ilícinea, lembrando que o asfaltamento de Ilícinea a Carmo do Rio Claro está sendo terminado, cruzando todo o Lago de Furnas -, fiquei pensando que quem veio ao Brasil na época do governo Fernando Henrique e só voltou agora não vai entender nada do que estão falando os Deputados João Leite e João Vítor Xavier.

O Deputado Rogério Correia – Tem também o Fred Costa, mas que é novo, não é? Como ele estava mais em Belo Horizonte, não chegou a ver o que era.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte) – Talvez...

O Deputado Rogério Correia – Então está querendo aprender com o João Leite, mas é bom que volte um pouco atrás e aprenda também com os outros, para não ficar com uma ideia errada.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte) – Talvez devêssemos trazer aqui as fotografias, mostrando o sofrimento da população naquela época.

O Deputado Rogério Correia – Para mostrar ao Fred.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte) – A Rio-Bahia era uma tristeza. Não tinha jeito de andar pelo Brasil, pois as estradas tinham se acabado, literalmente. Assim, à época o “enduro do descaso”, pegamos tratores e jipes e andamos pelas rodovias federais para chamar a atenção das autoridades e da imprensa de então. Depois, com o Presidente Lula, e agora, com a Presidenta Dilma, essa realidade têm mudado, e rapidamente. É claro que precisa melhorar ainda mais, mas estamos no caminho. O PAC 2, agora, contempla diversas rodovias federais, ferrovias e hidrovias, e, sem dúvida, estamos caminhando para resolver um grande problema para o desenvolvimento do País, que são os meios de transporte. Fato é que, comparado ao passado que o Rogério bem lembrou aqui, a situação é bem melhor. Se alguém tivesse feito uma viagem ao Brasil no final da década de 90 e voltasse agora, pensaria estar em outro planeta, em outro país. Realmente, as coisas ainda precisam melhorar, mas já melhoraram muito mesmo. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia – Obrigado, Deputado Pompílio Canavez. Antes de conceder aparte ao Deputado André Quintão, sobre a área social, conforme o quinto balanço do PAC 2, o programa Minha Casa Minha Vida contratou 25,2 bilhões até setembro, mais do que o dobro dos 10 bilhões registrados até dezembro de 2011. O valor do financiamento ao setor público atingiu 4,7 bilhões, 74% a mais do que em 2011. Digo isso só para termos um balanço de algo social importante, que foi feito no governo da Presidenta Dilma.

O Deputado André Quintão (em aparte)* – Nobre Deputado Rogério Correia, nosso Líder, não há termos de comparação, o Brasil é outro. Se avaliarmos, por exemplo, o meio rural, a área de agricultura familiar, com a qual V. Exa. trabalha tanto, antes a eletrificação rural dependia de pires na mão, de o pequeno produtor fazer empréstimo ou então buscar apoio do Prefeito, para obter ajuda da Prefeitura, sendo que o acesso a eletrificação é um direito básico. O Presidente Lula chegou: “Vamos universalizar a energia elétrica com o Luz para Todos”. Agora a Presidenta Dilma lançou o Água para Todos. E o Governo do Estado, Deputado Rogério Correia, imediatamente incluiu no seu Plano Plurianual: Água para Todos. Mas quando se vê o nível de investimento, Deputado Sávio Souza Cruz, o recurso do Água para Todos do governo estadual é todo transferido do Governo Federal. Podia ter pelo menos uma contrapartida maior, dividir meio a meio, ampliar os recursos, mas não. Verificamos hoje a situação financeira do Estado, e no dia da votação, quando os Deputados da base vieram aqui criticar a Presidenta, que ela não olhava para Minas Gerais. Imediatamente entrou em processo de discussão o projeto de lei, Deputado Pompílio Canavez, de pedido de empréstimo de 4,3 bilhões de reais junto ao Banco do Brasil. Hoje nós votamos isso aqui. Infelizmente era até recurso para prevenção de enchentes, mas alguns Deputados importantes da Região Metropolitana não puderam estar presentes na hora da votação. Essa questão das enchentes, das inundações não é culpa do povo. O governo federal libera R\$476.000.000,00. Só para contenção de enchentes em Muriaé, para as bacias do Rio Preto e do Rio Muriaé, são R\$300.000,00. Sabemos que em Muriaé é grande a quantidade de casas, de avenidas que são inundadas, alagadas. Hoje na Comissão de Constituição e Justiça aprovamos um projeto de empréstimo de R\$750.000.000,00, junto à Caixa Econômica Federal, para o metrô, para transformar o buraquinho da Praça Sete em realidade. Então, o Governo Federal vai ajudar a transformar o buraquinho do Metrô da Praça Sete em realidade. O Deputado Pompílio Canavez já foi Presidente do Sindicato dos Bancários de Minas Gerais, quando, à época, eu era Vereador por Belo Horizonte, e o nosso diálogo com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal era para quê? Para campanha de rua contra a tentativa de privatização da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Vamos permanecer nesse exemplo para não tomar o tempo do Deputado Rogério Correia.

Hoje o que discutimos sobre Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal é a respeito de dinheiro para o Minha Casa Minha Vida, dinheiro para saneamento básico, dinheiro para o agricultura familiar, dinheiro para as Prefeituras. A Dilma não para de emprestar, e emprestar em condição favorável, condição boa para os Municípios, com prazo de carência. E não com aqueles juros de agiotagem do governo Fernando Henrique, que gostava tanto de Minas que, quando tinha de se deslocar de Brasília para algum Estado do Sudeste, fazia um plano de voo, porque não gostava de passar no espaço aéreo de Minas. Ele não gostava de passar nem por cima! Ele brigou com nosso saudoso Governador Itamar Franco, com o qual foi ingrato e injusto. Ele não gostava nem de passar perto de Minas Gerais. Hoje há essa dívida antiga. Os termos da renegociação. Existe isso, há essa campanha da dívida e parece que o algoz da dívida é o Lula, é a Dilma. Não, essa dívida é do PSDB. Agora os próprios Deputados da base estão vindo aqui reconhecer isso. Não, tem de contrair empréstimo, porque o Estado está em dificuldades, e as condições são favoráveis. E isso está na visão macro de economia.

O governo federal está criando condições, por meio de políticas próprias e incentivo financeiro a Estados e Municípios, para retomar os investimentos. V. Exa. sabe, Deputado Rogério Correia, que, quando se faz uma estrada... Hoje a Comissão de Transportes realizou audiência pública para discutir sabe o quê? O exemplo de como o Estado trata as suas estradas, a MG-050.

O Deputado Rogério Correia – A do pedágio, não é?

O Deputado André Quintão (em aparte)* – É a do pedágio. Nunca na história deste país houve um pedágio tão caro - cinco, seis vezes maior do que o das rodovias federais -, com condições tão favoráveis para uma concessionária que não cumpre o seu plano. E não é para duplicar, é para fazer a terceira faixa. É esse o modelo. É um modelo que penaliza o contribuinte, o cidadão. Então V. Exa. tem razão. Pena que a base do governo não esteja presente para contrapor. É muito fácil dizer que a Dilma não é mineira, que não está fazendo nada. Pelo amor de Deus!

A faculdade é uma universidade federal. O Deputado Rogério Correia falou no início do governo. Quando o ex-Presidente Lula disse que ia ter uma universidade no Vale do Jequitinhonha, disseram que era promessa, que isso não iria acontecer. Agora está gerando até problema, porque é tanta expansão que os Municípios estão brigando. É quase que um câmpus em cada cidade. Lula já autorizou. Vai expandir para o Noroeste, Janaúba, Almenara, Capelinha e Araçuaí. Há Ifets espalhados por aí. É lógico que precisamos de outras conquistas. Também temos problemas, os problemas estruturais do País. Quero cumprimentar V. Exa. De fato, a nossa Presidenta Dilma tem feito muito pelo nosso país.

O Deputado Rogério Correia - Deputado André Quintão, o reconhecimento do governo Lula e agora do governo da Presidenta Dilma está estampado nos jornais da Espanha: “Dilma, la fuerte”. É assim que se fala, Deputado Sávio Souza Cruz? Está lá estampado nos jornais: “Dilma, la fuerte”. Esse é o reconhecimento de uma Presidenta que chega à Europa com moral para falar que o tempo de recessão econômica, de arrocho não levará a Europa a se restabelecer. Não levou o Brasil nem a América Latina.



Na Espanha, símbolo do espírito escravocrata que ainda rege a Europa e os países da América Latina, o governante mandou Hugo Chávez calar a boca, dizendo: “por que no te callas?” Trata-se da América Latina como um todo. Podemos mostrar ao mundo e à Europa que estamos resolvendo a questão da crise aqui de outra forma, com desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Isso realmente é um sucesso adquirido.

Agora a Presidenta está anunciando uma coisa que não esperávamos - a redução do custo Brasil, por meio da energia elétrica: cerca de 26%, 19% para as residências e 28% para as indústrias. Isso vai diminuir o custo Brasil. Hoje, a associação dos grandes consumidores estava na Comissão de Minas e Energia aplaudindo a Dilma. Disseram que isso vai ajudar, sim, o Brasil a se desenvolver e a crescer mais. Portanto, esperamos que isso aconteça. Tomara que o Senador Aécio Neves não consiga - ele tem tentado fazer isso - atrapalhar a tramitação da Emenda nº 579, no Congresso Nacional. O PSDB apresentou inúmeras emendas. Se essa medida provisória não for aprovada, não há como a Presidenta diminuir a conta de luz das residências e das indústrias. O Senador disse que, se preciso for, vai ao Supremo Tribunal Federal, para derrubar a medida provisória da Presidenta Dilma. A lei é aprovada lá, no Congresso Nacional. O Senador está, portanto, colocando-se como porta-voz e lobista das concessionárias. Ele disse que vai ao Supremo, e não podemos esperar nada desse Tribunal.

Aliás, o Supremo quer pautar o Brasil. Como os partidos políticos de oposição à Dilma não têm um plano de governo alternativo, real a apresentar, que empolgue o povo brasileiro, pautam no Supremo o assunto - a UDN fez isso muito - da “moralidade”, entre aspas, para criminalizar partidos políticos e pessoas de bem. Isso é feito dessa forma no Supremo. Isso já foi feito com Getúlio Vargas, com Jango e com o próprio Juscelino Kubitschek. A UDN sempre pautava esse assunto. O Carlos Lacerda ia para a tribuna, fazia um auê, era a UDN.

Agora, a Oposição está virando a imprensa, que não gosta dessas alterações, a grande imprensa, aquela meia dúzia de famílias que moram no Brasil, e o Supremo Tribunal Federal quer modificar o ritmo das discussões do que deve ser feito. Então é isso, a imprensa, o Supremo, porque os partidos políticos estão sem um projeto alternativo. Vão apresentar o projeto antigo, que na Europa está falindo? Então a Oposição conservadora no Brasil está sem rumo. É preciso que discutamos com o povo brasileiro o que de fato tem ocorrido no Brasil, o que significa esse projeto e como avançar com ele. Tem problemas? Tem.

Hoje, em Felisburgo, discutimos com os companheiros do MST, e eles reclamam que a reforma agrária não está andando. Temos de cobrar isso do governo. A reforma agrária está aquém das necessidades do País. Precisamos ampliar, melhorar ainda mais a relação com o nosso povo e dividir mais renda no Brasil. Queremos que o projeto avance. Agora, tentar frear o crescimento e o andamento do País, com discursos e discussões que não pautam o programa que o País precisa, e em nome de falsos debates que se fazem no País, é muito ruim. Isso vai criminalizando partidos políticos, criminalizando a política. Creio que alguns fazem isso porque sonham com o golpe. Não estou dizendo que são todos, mas alguns fazem isso, sonhando que, já que não dá para disputar dessa forma, podemos desacreditar a política como um todo para abrir brecha para outra coisa que não a democracia, Deputado André Quintão. Às vezes fico temendo isso, porque não é possível não fazer uma discussão real do Brasil, como crescer, que programa ter. Enfim, Sr. Presidente, essa é outra discussão.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/11/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Romel Anízio

nomeando Luana Aparecida Almeida para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Euripedes Correia de Amorim Neto para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Miriam Mendes da Silva Gonçalves para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 116/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 10/12/2012, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de extensão de garantia Dell Pro Suporte.



O edital se encontra à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG), CEP 30190-090, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 128/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 11/12/2012, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço anual, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa para publicação de avisos de licitação em jornal diário.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG), CEP 30190-090, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

EDITAL DE SELEÇÃO ARTÍSTICA

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados que se encontram abertas, no período de 30/11/2012 a 4/1/2013, as inscrições para o Programa de Exposições para o Ano de 2013, na Galeria de Arte Gustavo Capanema, do Espaço Político-Cultural da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Os artistas e as instituições deverão inscrever-se mediante requerimento ao responsável pelo Espaço Político-Cultural, para seleção de propostas nas modalidades de pintura, desenho, objetos, esculturas, artesanato, documentos, fotografias e instalações. As inscrições deverão ser feitas apenas em uma modalidade para exposições, preferencialmente, coletivas. A participação em qualquer evento deve ter um intervalo no mínimo de um ano, e cada mostra terá a duração de 10 dias úteis para artes plásticas e 5 para artesanato. O requerimento deverá estar instruído com portfólio dos documentos e as seguintes informações: a) currículo artístico (identificação, formação e exposições); b) fotos coloridas, ou impressas em alta definição, de no mínimo 5 e de no máximo 10 produções recentes, com 15cm x 10cm, no mínimo, fixadas em papel sulfite ou ofício, com legenda contendo ano da realização, técnica, dimensões reais, título, nome do artista (as fotos deverão registrar o crédito do fotógrafo para divulgação); c) catálogos de exposições anteriores, se houver; d) críticas publicadas sobre a obra, se houver; e) quantidade e dimensões de obras que se pretendem expor; f) declaração comprobatória da autoria das obras constantes na proposta; g) “release” para imprensa contendo informações sobre o artista, a técnica e a estética do trabalho que se pretende expor. Não serão aceitas propostas ou portfólios enviados eletronicamente.

Em caso de exposição de fotografias, as fotos para julgamento deverão ser impressas nas cores originais. Para exposições coletivas, um dos proponentes será o representante do grupo perante a coordenação do Espaço Político-Cultural, para todos os fins de direito. O Conselho Curador poderá selecionar propostas individuais para compor exposições coletivas, dando prioridade a artistas que não tenham exposto na galeria nos últimos dois anos, atendido o requisito de qualidade das propostas. Para as mostras de artesanato, o requerimento deverá ser instruído com declaração de entidade (associação, cooperativa) sem fins lucrativos, que comprove serem os artesãos a ela filiados, sendo responsável ainda pela mediação dos artesãos com o Espaço-Político Cultural. Para exposições didáticas, temáticas, institucionais, políticas ou científicas, o requerimento deverá, ainda, ser instruído com: a) notícias ou informações sobre a importância da mostra no contexto da classe em que a proposta se enquadra; b) público específico; c) plano de divulgação; d) outros documentos ou comprovações que o candidato julgue conveniente apresentar. Após a divulgação do resultado, as propostas não selecionadas deverão ser retiradas na administração da galeria do Espaço Político-Cultural no prazo máximo de 30 dias. Após esse período, elas serão descartadas. Os trabalhos a serem expostos deverão ser os constantes no portfólio, obrigatoriamente. As propostas escolhidas ficarão na galeria até a data da abertura da mostra ou do evento, quando serão devolvidas. É vedada a cessão do espaço em parte ou no todo para terceiros. No caso de mostras coletivas, o responsável por elas deverá enviar listagem contendo o nome dos artistas participantes. Não poderão ser acrescentados posteriormente novos integrantes.

Em caso de desistência após a aprovação e o agendamento, o proponente não poderá participar de nova seleção pelo período de dois anos. As propostas devem ser encaminhadas à coordenação do Espaço Político-Cultural em envelope fechado. Para os residentes em outro Município, Estado ou país, será considerada a data da postagem, não se aceitando, em hipótese alguma, inscrições fora do prazo. Ao enviar a proposta, o interessado afirma ter conhecimento completo do edital e concorda com todas as cláusulas nele contidas. As propostas deverão ser enviadas para: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema - galeria de arte - Rua Rodrigues Caldas, 30 - andar térreo - Bairro Santo Agostinho - CEP: 30.190-921 - Belo Horizonte - Minas Gerais. Para obter mais informações, os interessados devem entrar em contato pelo telefone (31) 2108-7827, pelo fax (31) 2108-7670, no horário das 8 às 18 horas ou no “site” da Assembleia: www.almg.gov.br.



Belo Horizonte, 23 de novembro de 2012.

Lúcio Perez de Carvalho, Diretor de Comunicação Institucional.